

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA RELIGIÃO
MESTRADO EM CIÊNCIA DA RELIGIÃO

Cáio César Nogueira Martins

A Política em nome de Deus: análise do discurso eleitoral iurdiano em 2018

Juiz de Fora

2023

Cáio César Nogueira Martins

A Política em nome de Deus: análise do discurso eleitoral iurdiano em 2018

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Religião.

Orientador: Prof. Dr. Emerson José Sena da Silveira.

Juiz de Fora

2023

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Martins, Cáo César Nogueira.

A Política em nome de Deus : análise do discurso eleitoral iurdiano em 2018 / Cáo César Nogueira Martins. -- 2023.
146 p.

Orientador: Emerson José Sena da Silveira

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião, 2023.

1. Eleição 2018. 2. Folha Universal. 3. Igreja Universal do Reino de Deus. 4. Política. 5. Religião. I. Sena da Silveira, Emerson José, orient. II. Título.

Cáio César Nogueira Martins

A Política em nome de Deus: análise do discurso eleitoral iurdiano em 2018

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Religião.

Aprovada em: ____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Emerson José Sena da Silveira – Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Prof. Dr. Dario Paulo Barrera Rivera
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Prof. Dr. Ronaldo Rômulo Machado de Almeida
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

Juiz de Fora

2023

Dedico este trabalho aos meus pais, Júlio e Rosemary, imensa gratidão pelo apoio diante das dificuldades e por sempre acreditarem em meu potencial. À minha irmã, Milene, pela compreensão ao incomodar seu sono quando meus estudos adentravam as madrugadas. Ao meu avô Nogueira (*in memoriam*), embora sua ausência tenha me privado de enriquecedores debates, sempre esteve em meus pensamentos.

AGRADECIMENTOS

Preciso agradecer pessoas e instituições sem as quais não conseguiria chegar ao término deste trabalho. É uma grande dificuldade lembrar e dar o devido crédito a todos que contribuíram com minha jornada, pois foram muitos que, de diferentes maneiras, cada um à sua, me apoiaram e me ajudaram a realizar o sonho de cursar um mestrado acadêmico.

Inicialmente agradeço meus familiares: meu pai Júlio, minha mãe Rosemary e minha irmã Milene. Obrigado por todo o apoio que me deram e ainda me dão. Sem sombra de dúvidas, grande parte de minha motivação provém do incentivo de vocês. Agradeço, também, a minha namorada, Joice Alves, que me transmitiu paz e confiança nesses últimos meses de curso. Obrigado por seu amor, afeto, carinho, incentivo e paciência nos momentos que mais precisei.

O estimado orientador Prof. Dr. Emerson José Sena da Silveira (UFJF), gratidão por sua amizade, pelo respeito, pelo prazer em compartilhar seus conhecimentos e experiências, bem como pelas relevantes contribuições dadas para a concretização deste trabalho. O também Prof. Dr. Dario Paulo Barrera Rivera (UFJF), que teceu importantes considerações ao participar da banca de qualificação deste trabalho, por compartilhar sua visão sobre a temática. O Prof. Dr. Ronaldo Rômulo Machado de Almeida (UNICAMP), por aceitar prontamente o convite para compor a banca avaliadora desta dissertação de mestrado.

Os amigos que sempre me apoiaram e que, de alguma forma, fizeram o árduo processo de escrita desta dissertação se tornar um pouco mais leve. Prof. Dr. Fabrício Roberto Costa Oliveira (UFV), pela parceria, incentivo, motivação, e aconselhamentos ao longo desta jornada - tenho uma enorme gratidão e admiração por você. Os diletos Edson Bissiati, Lara Leporati, Alexandre Faria e Fábio Silva, que mesmo distantes fisicamente sempre foram amizades fiéis e verdadeiras. O querido Vitor Presotti, que com a mesma estima dos tempos de UEMG me acolheu no PPCIR da UFJF. Os prestigiosos Alisson, Débora, Emanuelle, Mateus e Pablo, pelo apoio e compreensão nos momentos em que estive mais empenhado para a conclusão deste trabalho.

A toda a sociedade brasileira, neste ato representada pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), obrigado pelo financiamento desta pesquisa.

“A candidatura de Jair Bolsonaro era um casamento do neoliberalismo desalmado – representado pelas ideias do economista Paulo Guedes – com o fundamentalismo charlatão de Macedo. Sabe o que está por trás dessa aliança? Em latim chama *auri sacra fames*. Fome de dinheiro”

(Fernando Haddad, em 12/10/2018 sobre o apoio do bispo Edir Macedo a campanha de Bolsonaro – NASCIMENTO, 2019, p. 292).

RESUMO

A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) é uma instituição religiosa brasileira que utiliza variados veículos de comunicação para evangelizar, informar, e se posicionar sobre diferentes assuntos perante sua membresia. Além disso, é considerada uma das igrejas mais atuantes na política institucional brasileira, crescentemente elegendo parlamentares para o Congresso Nacional, bem como celebrando acordos e ocupando cargos nas estruturas dos governos. No transcorrer das Eleições de 2018 diversos pastores e denominações religiosas declararam apoio ao candidato à presidência Jair Messias Bolsonaro (PSL/RJ), inclusive Edir Macedo, bispo fundador da IURD. Parte-se da hipótese de que o jornal *Folha Universal*, mídia impressa oficial da igreja, seja, em ano eleitoral, o principal canal pelo qual um arsenal de bens simbólicos é acionado no intuito de se obter a representação política iurdiana através do voto corporativo dos fiéis. Assim, o objetivo deste trabalho é verificar se naquele ano eleitoral houve mobilização de conteúdos no jornal com intuito de interferir no voto da membresia da igreja. Metodologicamente, optei pela confecção de pequenas sínteses textuais e o uso de ferramentas de Análise do Discurso, tendo como pano de fundo autores da escola francesa como Michel Pêcheux e Michel Foucault. Resultados indicaram que pautas político-partidárias permearam o jornal desde a primeira edição de 2018, intensificando nos períodos mais próximos às votações de primeiro e segundo turno. Assuntos como Fake-news, liberalismo econômico, defesa da família e combate a ideologia de gênero foram recorrentes nas edições estudadas. Também foi possível inferir que o aval à candidatura de Jair Bolsonaro se concretizou mais pelas pautas conservadoras levantadas nas matérias publicadas, que convergiam com as posições ideológicas do candidato, do que pela menção de seu nome ou de pessoas pertencentes a seu grupo político.

Palavras-chaves: Eleição 2018; Folha Universal; Igreja Universal do Reino de Deus; Política; Religião.

ABSTRACT

The Universal Church of the Kingdom of God (IURD) is a Brazilian religious institution that uses various communication vehicles to evangelize, inform, and position itself on different subjects before its membership. In addition, it is considered one of the most active churches in Brazilian institutional politics, increasingly electing parliamentarians to the National Congress, as well as celebrating agreements and occupying positions in government structures. During the 2018 elections, several pastors and religious denominations declared their support for presidential candidate Jair Messias Bolsonaro (PSL/RJ), including Edir Macedo, bishop of the IURD. It is based on the hypothesis that the *Folha Universal* newspaper, the church's official printed media, is the main channel through which an arsenal of symbolic goods is activated in order to obtain IURD political representation through the corporate vote of the faithful. Thus, the objective of this work is to verify if in that electoral year there was mobilization of contents in the newspaper with the intention of interfering in the vote of the church membership. Methodologically, opted for the preparation of small textual syntheses and the use of Discourse Analysis tools, against the backdrop of French school authors such as Michel Pêcheux and Michel Foucault. Results indicate that party-political agendas have permeated the newspaper since the first edition of that year, intensifying in the periods closest to the First and Second Round votes. Issues such as Fake-news, economic liberalism, defense of the family and the fight against gender ideology were recurrent in the editions studied. It is also possible to infer that the endorsement of Jair Bolsonaro's candidacy was achieved more by the conservative guidelines raised in the published articles, which converged with the candidate's ideological positions, than by the mention of his name or people belonging to his political group.

Keywords: Election 2018; Universal Sheet; Universal Church of the Kingdom of God; Policy; Religion

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - As sete razões para votar em Dilma segundo Marcelo Crivella	41
Figura 02 - Produção e Interpretação Discursiva sob a ótica de Michel Pêcheux	52
Figura 03 - Mecanismos de Controle do Discurso sob a ótica de Michel Foucault	53

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Quantidade e percentual de edições da <i>Folha Universal</i> publicadas no ano de 2018 em cada período	49
Tabela 02 - Número de editoriais de cunho político/eleitoral publicados em cada período pela <i>Folha Universal</i> em 2018	50
Tabela 03 - Número de matérias de cunho político/eleitoral publicados em cada período pela <i>Folha Universal</i> em 2018	50
Tabela 04 - Intenções de votos em diferentes cenários do primeiro turno das Eleições Presidenciais de 2018	101
Tabela 05 - Intenções de votos em diferentes cenários do segundo turno das Eleições Presidenciais de 2018	105
Tabela 06 - Distribuição do tempo de Propaganda Eleitoral no rádio e na TV aos candidatos a Presidente em 2018	108
Tabela 07 - Pesquisas Datafolha de intenção de votos para Presidente em primeiro turno ...	116
Tabela 08 - Resultado do primeiro turno das Eleições Presidenciais de 2018	119
Tabela 09 - Pesquisas Datafolha de intenção de votos para Presidente em segundo turno ...	120
Tabela 10 - Resultado do segundo turno das Eleições Presidenciais de 2018	121

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - As sete razões para votar em Dilma segundo Marcelo Crivella	41
Quadro 02 - Principais seções do jornal <i>Folha Universal</i> no ano de 2018	52
Quadro 03 - Divisão do ano eleitoral em períodos de acordo com o TSE	53
Quadro 04 - Relação de chapas presidenciais registradas no TSE em 2018	107

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	A PRESENÇA DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS NA MÍDIA E NA POLÍTICA BRASILEIRA.....	16
2.1	FUNDAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS NO BRASIL.....	21
2.2	A MÍDIA IURDIANA	25
2.3	A IURD E SEU COMPORTAMENTO POLÍTICO/ELEITORAL	29
2.3.1	Collor de Mello a batalha iurdiana contra Lula e o PT	31
2.3.2	A era Fernando Henrique Cardoso: guerra e paz entre os iurdianos e a esquerda	34
2.3.3	O diabo não é tão feio quanto pintam: o casamento com Lula e o PT ...	37
2.3.4	Do apoio a Dilma ao “tchau, querida”: o divórcio com Lula e o PT	40
3	ANÁLISE DOS DISCURSOS POLÍTICO/ELEITORAIS NA FOLHA UNIVERSAL AO LONGO DE 2018	46
3.1	PERÍODO PRÉ-ELEITORAL	54
3.1.1	Extremismo Político	55
3.1.2	Fake-news	60
3.1.3	O papel do Estado na economia	64
3.1.4	Espaço ao PRB	69
3.2	PERÍODO ELEITORAL	73
3.2.1	Primeiro Turno	74
3.2.1.1	<i>Ideologia de Gênero</i>	74
3.2.1.2	<i>Defesa da família cristã e da liberdade de crença</i>	81
3.2.2	Segundo Turno	83
3.2.2.1	<i>Ódio nas Redes Sociais</i>	84
3.2.2.2	<i>Manifestação Política de Bispos e Pastores</i>	86
3.3	PERÍODO PÓS-ELEITORAL	90
3.3.1	União e reconstrução do país	90
3.3.2	Escola sem Partido e Partido com Escola	92
3.3.3	Críticas ao PT e a Haddad	95

4	VOX POPULI, VOX DEI: A CORRIDA PRESIDENCIAL NO ANO DE 2018	99
4.1	A CANDIDATURA PETISTA E OS IMBRÓGLIOS DE LULA COM A JUSTIÇA BRASILEIRA	110
4.2	O ATENTADO CONTRA A VIDA DO MESSIAS	113
4.3	A VITÓRIA DA DIREITA NAS URNAS.....	115
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
	REFERÊNCIAS	128
	APÊNDICE A – Relação de Editoriais de cunho político/eleitoral publicados pelo jornal Folha Universal no ano de 2018	142
	APÊNDICE B – Relação de Matérias de cunho político/eleitoral publicados pelo jornal Folha Universal no ano de 2018	143

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como propósito dar continuidade aos estudos que iniciei no ano de 2019 acerca das relações entre religião e política no Brasil contemporâneo. Meu interesse pela temática surgiu durante o período de graduação em Ciências Sociais, na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), especificamente após o ingresso no *Grupo de Estudos sobre Sociologia da Religião*, momento em que constatei que muito mais do que um elemento de crença dos indivíduos, a religião é um importante componente que se faz presente no cotidiano das pessoas, interferindo diretamente na construção da sociedade e no modo de pensar e agir dos sujeitos.

Sob esta ótica, tenho nos últimos anos me empenhado a compreender a lógica de funcionamento e a atuação de uma organização religiosa específica, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), ou simplesmente Universal. Trata-se de uma instituição evangélica genuinamente brasileira, fundada no subúrbio do Rio de Janeiro no fim dos anos 70, e que se destaca por administrar uma vasta quantidade de templos, a segunda maior rede de televisão brasileira e diversas emissoras de rádio, além de exercer importante influência no campo da política. A igreja conduzida pelo bispo Edir Macedo ainda se destoa no mercado religioso por se fazer presente em todo o território brasileiro, além de possuir filiais em outros 95 países. No Brasil a IURD possui aproximadamente 1,9 milhões de seguidores, contando, ainda, com uma clientela flutuante que, embora não convertida oficialmente, frequenta seus templos em busca de serviços espirituais de cura e prosperidade (SILVEIRA, 1995; MARIANO, 2003; ORO, 2004; NASCIMENTO, 2019).

Um dos principais instrumentos de todo este sucesso consiste nos investimentos de midiaticização de suas atividades. A habilidade comunicacional iurdiana tem se manifestado principalmente através do grande crescimento da *Rede Record (TV Record, Record News, e portal virtual de notícias R7)* e da *Rede Aleluia* de emissoras de rádio, cujas concessões, em grande parte, foram adquiridas como moedas de troca pela atuação política da igreja. No âmbito das mídias virtuais, a igreja se faz presente através de seu site institucional e dos perfis oficiais da IURD em redes sociais como o *Facebook, Twitter e Instagram*, que, se somados contam com mais de 4,5 milhões de seguidores. Não menos importante, a IURD possui sua mídia impressa oficial, o jornal *Folha Universal*, que se configura enquanto semanário distribuído gratuitamente no interior dos templos e em trabalhos de evangelização em comunidades carentes, presídios e hospitais. Com forte penetração nos canais de comunicação de massa, a IURD vai formando redes comunitárias de sociabilidade, sejam no âmbito virtual, no caso da

Internet, ou físico como acontece no interior de seus templos, nos estabelecimentos prisionais e de saúde (BARBOSA, 2020).

Além de sua atuação religiosa e midiática a Universal possui proeminência no âmbito político/eleitoral, sendo considerada uma das igrejas mais atuantes neste cenário, tanto em pleitos nacionais, quanto regionais e locais. Destaco que desde a redemocratização do país ocorrida em meados da década de 80, pessoas vinculadas à cúpula da igreja vêm celebrando acordos políticos e sendo convidadas para ocupar cargos relevantes nos governos federal, estaduais e municipais (ORO, 2003).

Considerando o fato de que durante as eleições de 2018 houve uma aproximação efetiva entre o então candidato Jair Bolsonaro (PSL/RJ, agora filiado ao PL/RJ) e o bispo Edir Macedo, sobretudo evidenciada às vésperas do primeiro turno da eleição presidencial, torna-se importante compreender o comportamento político institucional da IURD durante todo aquele ano (FRAZÃO, 2018). Assim, optei por trabalhar com o jornal *Folha Universal* por ser um importante porta-voz do discurso institucional e pela tradição do semanário em tentar sugerir a opção de voto de seus leitores em anos de eleição.

Para Conrado (2001, p. 87) “a *Folha Universal* marca o período eleitoral no cotidiano pentecostal da IURD”, pois é o canal oficial pelo qual os conflitos são expostos e um arsenal de bens simbólicos é habitualmente acionado no intuito de se obter a representação política e o voto corporativo dos fiéis. Rocha (2006, p. 87) afirma que o jornal iurdiano “tem como principal característica sua linha editorial tendenciosa”, sublinhando que em anos eleitorais, a *Folha Universal* frequentemente realiza ataques aos seus opositores nas urnas, e que lideranças religiosas pertencentes à instituição costumam exercer grande pressão sobre o material veiculado no tabloide. Tais ponderações prenunciam o uso da mídia oficial como instrumento de promoção político/partidária da igreja. Entretanto, resta investigar se houve especificamente no ano de 2018 o uso da mídia impressa oficial da igreja no intuito de interferir no voto dos leitores.

Visando responder esse questionamento, analisei as 51 edições da *Folha Universal* publicadas naquele ano. Segundo informações extraídas das capas dos jornais, cada edição contou com tiragem superior a 1.850.000 unidades impressas¹. Embora a IURD não disponibilize essas edições em seu site oficial, o acesso à versão digital do semanário foi

¹ Dado extraído diretamente da capa dos jornais, não se tendo conhecimento se o semanário religioso se submete a processos de auditoria por empresas externas, uma vez que tal informação não se encontra presente no corpo do tabloide, nem mesmo no site oficial da igreja.

possível através da plataforma *Calaméo*², que franqueou o *download* de todos os números do semanário publicados naquele ano.

Considerando a inexistência de uma seção específica que verse sobre assuntos políticos, tornou-se necessária a realização de um levantamento tanto nos editoriais quanto nas diversas seções do semanário, objetivando: 1) identificar as matérias de cunho político/eleitoral veiculadas pelo jornal, que envolvam temas como liberalismo econômico, Fake-news, combate a Ideologia de Gênero (Kit-Gay), defesa da família tradicional, voto evangélico e liberdade de manifestação política de pastores e bispos; 2) verificar se os discursos do jornal sinalizam direta/indiretamente apoio institucional a algum candidato ou partido político; 3) identificar o posicionamento político/eleitoral iurdiano em relação à candidatura de Jair Bolsonaro, presidente eleito em 2018; 4) investigar como essa mídia iurdiana se posicionou em relação ao Partido dos Trabalhadores (PT) e Fernando Haddad, principal oponente de Bolsonaro naquela eleição.

Fatos como o segmento evangélico margear a 32% da população brasileira³, o progressivo crescimento da bancada evangélica no Congresso Nacional nos últimos pleitos e a vitória de um candidato a presidente que utilizou como *slogan* de campanha a frase “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, justificaram a escolha da temática trabalhada. Desta forma, considero pertinente a realização de pesquisas sobre a atuação institucional das igrejas no âmbito da política, especificamente da IURD, cuja cúpula, no passado, participou dos dois governos do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e dos quatro governos do Partido dos Trabalhadores (PT) - agremiação política derrotada por Bolsonaro em 2018 (NASCIMENTO, 2019).

Partindo do pressuposto de que a religião busca ocupar diferentes espaços públicos (inclusive os parlamentos), esta pesquisa almeja proporcionar uma melhor compreensão da conjuntura política e o comportamento da Igreja Universal à época, oportunizando estudos comparativos com outros pleitos eleitorais. Nesse sentido, estruturei o presente trabalho em três diferentes capítulos.

No capítulo intitulado *A presença da Igreja Universal do Reino de Deus na Mídia e na Política* abordo a presença da IURD no Brasil, destacando sua importância religiosa, seu

² *Calaméo* é uma plataforma de publicação interativa que oferece aos usuários acesso a diversos arquivos como jornais e revistas.

³ Segundo dados do Censo de 2010, os evangélicos correspondiam a cerca de 22,2% da população brasileira. Todavia, Nicolau (2020) pondera que transcorrido treze anos desde o levantamento, se estima que o percentual de evangélicos atualmente pode chegar 32%, devendo ser confirmado somente após a liberação dos dados oficiais do Censo 2022 pelo IBGE.

projeto midiático e sua atuação na política institucional. Para tanto realizei ampla revisão bibliográfica a fim de compreender as particularidades da maior igreja neopentecostal do Brasil em número de fiéis.

No capítulo denominado *Análise dos Discursos Político/Eleitorais na Folha Universal* analiso os discursos institucionais sobre as eleições veiculados no jornal *Folha Universal*. A partir da identificação dos temas que marcaram a tônica dos períodos Pré-eleitoral, Eleitoral e Pós-eleitoral, apresento pequenas sínteses dos textos estampados no semanário e me valho da Análise do Discurso a fim identificar se houve apoio direto/indireto a algum candidato ou agremiação política e, em especial, avalio o comportamento da igreja em relação as candidaturas de Jair Bolsonaro e Fernando Haddad. Para tanto, lanço mão de algumas ferramentas metodológicas oriundas dos estudos de importantes autores vinculados à escola francesa, tais como Michel Pêcheux e Michel Foucault.

No capítulo batizado como *Vox Populi, vox dei: a corrida presidencial no ano de 2018* debruço em contextualizar a corrida presidencial no ano de 2018, de forma a oferecer uma complementação analítica ao capítulo anterior. Trata-se de um pleito singular na história da democracia brasileira, marcado pelo impedimento da candidatura daquele postulante que, segundo os principais institutos de pesquisa do país, liderava as intenções de voto do eleitorado, além do atentado contra a vida de um dos candidatos em um evento público realizado no interior de Minas Gerais. Busco destacar a dinâmica dos acontecimentos e o desempenho dos candidatos nas pesquisas eleitorais ao longo do processo de escolha do novo presidente do país.

Por derradeiro, teço as *Considerações Finais* com intuito de realizar um balanço sobre o conteúdo abordado neste trabalho, analisando a relevância dos evangélicos em espaços públicos como a política.

Como *Apêndice*, apresento quadros com a relação de textos de cunho político/eleitoral filtrados nas edições do jornal *Folha Universal* publicadas no ano de 2018, a fim de oportunizar ao leitor a possibilidade de buscar na íntegra os textos analisados no segundo capítulo.

Espero que essa Dissertação adquira relevância acadêmica por abordar a relação existente entre a IURD e o campo da política, temática essa que tem demandado estudos tanto das Ciências Sociais quanto da Ciência da Religião para a explicação das notórias alianças de duplo viés celebradas entre governos e instituições religiosas.

2 A PRESENÇA DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS NA MÍDIA E NA POLÍTICA BRASILEIRA

Via de regra, as religiões podem ser entendidas como um conjunto de crenças que envolvem a mediação das relações humanas com criaturas ditas sobrenaturais/divinas, bem como um sistema de rituais e códigos morais que derivam dessas crenças e que reverberam nas relações estabelecidas entre os indivíduos e, conseqüentemente, na construção da sociedade (BARBOSA, 2020). A análise etimológica do vernáculo nos remete a dois diferentes vocábulos latinos: *religare* (religar) e *relegere* (reler). Enquanto o primeiro termo centra-se na aproximação entre os seres humanos e as divindades no âmbito privado da fé, o segundo contempla a adoção de comportamentos pelos indivíduos em consonância com as tradições religiosas e seus textos sagrados, o que conseqüentemente reverbera nas relações socialmente estabelecidas (PIEPER, 2019 & BARBOSA 2020). Nesse sentido, cumpre destacar que as religiões deixam de ser um mero elemento de crença privada, se materializando coletivamente através das mais diversificadas atividades humanas, seja por meio de símbolos, ritos ou atitudes cotidianas, constituindo um importante fator para a edificação de uma cosmovisão coletiva de mundo pelos indivíduos (HUFF JR.; PORTELLA, 2020).

Urge destacar que até o século XVI, os valores morais do mundo ocidental foram construídos e reforçados através de ensinamentos religiosos promovidos pela Igreja Católica, instituição religiosa que exercia o monopólio da fé. Todavia, a insatisfação dos fiéis com os abusos políticos, econômicos e teológicos da instituição deram origem a diversos movimentos reformistas que, embora fortemente reprimidos pela Igreja Católica, culminaram na ruptura de boa parte dos fiéis com a igreja liderada pela figura do Papa, fazendo emergir uma pluralidade de outras instituições religiosas cristãs de diferentes características teológicas, identitárias e organizacionais (MARIANO, 2014).

Não menos importante, o advento da Modernidade fez com que o sagrado perdesse seu protagonismo como agente regulador da sociedade, isso porque os processos de transformações sociais oriundos do Iluminismo, da Revolução Francesa e da Revolução Industrial implicaram na racionalização da ordem jurídica e política, culminando na secularização, ou seja, na separação entre igreja e Estado (PIERUCCI, 1998). Crucial destacar que o processo de secularização não implicou no desaparecimento das religiões, mas na redução

de sua importância no espaço público⁴, colocando-as em igualdade de competição com outros grupos de pressão na busca por consensos.

Nesse sentido, analisando especificamente o comportamento das religiões em território brasileiro, é notório o fato de que elas sempre ultrapassaram os muros de seus templos. Sinner (2013) assinala que embora o Brasil ainda possua uma maioria católica, é um país de crescente diversidade religiosa e cujas igrejas marcam presença no espaço público. Esse autor justifica sua assertiva lembrando episódios como a construção da estátua do Cristo Redentor na cidade do Rio de Janeiro em 1931, um dos principais cartões-postais brasileiro; a inauguração do Templo de Salomão pela Igreja Universal do Reino de Deus em 2014, réplica do templo edificado na cidade de Jerusalém que foi destruído por Nabucodonosor II no ano de 583 a.C.; e a viagem do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva à cidade de Roma, em virtude do falecimento do Papa João Paulo II, ocorrido em 2005. Não menos relevante, sublinha que cada vez mais as lideranças das igrejas e seus teólogos tem se pronunciado de diferentes maneiras sobre assuntos de interesse público, como desigualdade social, liberdade de gênero, aborto, dentre outras temáticas que permeiam nossa sociedade.

Para Giumbelli (2008) o processo histórico de laicização do estado brasileiro envolve a luta por legitimação dos quatro principais grupos religiosos brasileiros: católicos, espíritas, candomblecistas/umbandistas e evangélicos. O autor relembra que durante o período colonial e imperial, a religião oficialmente instituída em nosso país era o catolicismo, e que a separação entre Estado e religião só veio a ocorrer por volta do ano de 1890⁵, momento em que os casamentos e os registros civis deixaram de ser atividades exclusivas da Igreja Católica, o ensino deixou de ser obrigatoriamente confessional, os cemitérios passaram a ser secularizados, e se incorporou ao ordenamento jurídico os princípios da liberdade e igualdade religiosa, o que

⁴ Sob a ótica da filosofia habermasiana, entende-se como Espaço Público o *locus* de circulação e tomada de decisões políticas e coletivas, capaz de possibilitar aos cidadãos chegarem a consensos sobre diferentes assuntos de interesse coletivo por meio do diálogo, almejando assim a promoção do bem comum, ainda que por meio da representatividade. Ainda sob a perspectiva de Jürgen Habermas, a busca por consensos perpassa pela ação comunicativa, mecanismo que envolve processos de validação das posições assumidas pelos agentes nos campos deliberativos, valendo-se da liberdade, racionalidade e criticidade. Para a filósofa Hannah Arendt, o Espaço Público também se trata de um local de diálogo, todavia tem como objetivo evidenciar os dissensos e estimular a participação direta dos indivíduos, nos moldes da democracia grega e romana. Assim, enquanto Habermas centra seus estudos na tentativa de operacionalizar a dinâmica deliberativa nos Espaços Públicos, Arendt busca mecanismos para inserir um maior número de pessoas na arena pública de debates (NEVES, 2003).

⁵ Inspirado nos preceitos de liberdade da Constituição norte-americana, Ruy Barbosa editou o Decreto nº 119-A de 1890, reconhecendo a personalidade jurídica a todas as confissões religiosas, bem como instituiu a separação definitiva entre Estado e Igreja, abolindo o catolicismo como religião oficial e passando o Brasil a ser um Estado laico. A laicidade passa a ter caráter constitucional no ano seguinte, sendo incorporada na Carta Magna de 1891 (BARBOSA, 2020).

possibilitou a disseminação e legitimação em território brasileiro de diversos movimentos evangélicos frutos da reforma protestante europeia e seus desdobramentos⁶.

Ainda após a incorporação da laicidade pelo ordenamento jurídico pátrio, o Estado continuou a reprimir algumas práticas religiosas como o espiritismo e os cultos de matriz africana e afro-brasileira. Tais perseguições ocorriam sob a pecha de que esses grupos lidavam com métodos de cura duvidosos e faziam uso de magias e feitiçarias, sendo consideradas seitas perniciosas para a sociedade. Crimes como curandeirismo e charlatanismo eram frequentemente imputados aos praticantes do espiritismo, do candomblé e da umbanda (GIUMBELLI, 2008 & BARBOSA, 2020).

A partir da década de 1930 a visão das autoridades brasileiras sobre o espiritismo começou a sofrer progressiva transformação. Sob o argumento de que suas práticas tinham como objetivo exclusivo a promoção da caridade, os espíritas ficaram menos vulneráveis às reprimendas estatais, passando, então, a ostentar o *status* de religião. Já os adeptos aos cultos de matriz africana e afro-brasileira só conseguiram se legitimar no universo religioso brasileiro a partir da década de 1960, mediante o reconhecimento social da relevância da cultura africana, a popularização dos terreiros na região sudeste, a progressiva adesão de sujeitos de diferentes estratos da sociedade aos terreiros, bem como a iniciação religiosa de pessoas vinculadas ao meio acadêmico e cultural, fatores que culminaram na diminuição das diligências policiais aos terreiros (GIUMBELLI, 2008).

Ao se debruçar sobre a presença das religiões de matriz afro no espaço público, Gomes (2020) reconhece os terreiros como *locus* de pertença, acolhimento e resistência política. A autora narra que desde o início do século XX, muitas famílias de baixa renda recorrem aos terreiros por não gozarem de amparo estatal, ilustrando tal realidade com a fala de um Pai de Santo cuja identidade não foi revelada, mas que ampara e oferece conforto à mães preocupadas com o envolvimento dos filhos com o narcotráfico, à adolescentes grávidas e à esposas que padecem de violência doméstica. Assim “não é no posto de saúde, ou na delegacia, eles vêm aqui [no terreiro]... aqui é um lugar de apoio para as famílias” (GOMES, 2020, p. 96). Dessa forma podemos constatar que a religião chega no lugar em que o Estado por vezes negligencia,

⁶ São frutos do processo reformista na Europa as doutrinas do Luteranismo, Anglicanismo, Metodismo, dentre outras. Já o Pentecostalismo se apresenta como um desdobramento desses movimentos reformistas do velho continente, surgindo nos Estados Unidos entre o final do século XIX e início do século XX, sob forte influência da teologia metodista, tendo como princípios basilares a conversão e a santificação, e incorporando em seus cultos elementos mágicos como a crença nos dons de línguas (glossolalia), as curas sobrenaturais, e o batismo no Espírito Santo (CAMPOS, 2005; MARIANO 2014; MARTINS e OLIVEIRA, 2020; PICOLOTTO, 2016).

extrapolando a fé individual e adotando uma postura assistencialista psicossocial e, simultaneamente, de legitimação e de preservação dos elementos da cultura africana e afro-brasileira.

No âmbito da política, a defesa aos cultos de matriz afro-brasileira ganhou destaque no Congresso Nacional a partir do ano de 2011, quando foi lançada a Frente Parlamentar dos Terreiros (FPT), composta principalmente por parlamentares ligados a partidos da esquerda. Os trabalhos da frente se centravam no combate à intolerância religiosa, à valorização da cultura afro, à igualdade de acesso a bens políticos, econômicos e sociais – tais como benefícios previdenciários aos ialorixás e babalorixás como líderes religiosos, ampliação do número de cestas de alimentos ofertados as comunidades tradicionais e extensão da imunidade tributária aos terreiros. Todavia no ano de 2016 a frente suspendeu sua atuação no Congresso Nacional em razão de significativas mudanças no cenário político brasileiro (CUNHA, 2021).

Outro grupo religioso com forte presença no território brasileiro são os evangélicos, composto em sua maioria por pessoas com reduzidos anos de escolarização, que se declaram negras ou pardas e que residem nas periferias das cidades. Embora se autointitulem uma minoria religiosa perseguida, eles se fazem presentes tanto na mídia quanto na política, deliberando cotidianamente sobre assuntos que extravasam o campo privado da fé, combatendo os avanços legais de pautas tidas como ofensivas à moral cristã e à família tradicional.

Para Barbosa (2020), os evangélicos estão muito mais sujeitos a seguir os ensinamentos de seus líderes no plano moral, religioso e político do que os católicos, isso porque os níveis de participação e laços de sociabilidade nessas igrejas tendem a ser muito mais intensos do que na Igreja Católica. Como forma de subsidiar suas constatações, o autor aponta os resultados da pesquisa realizada pelo *Pew Research Center* em 18 países da América Latina entre os anos de 2013 e 2014. Naquela oportunidade restou constatado que 60% dos evangélicos entrevistados afirmaram orar diariamente, bem como frequentar os cultos de sua igreja ao menos uma vez por semana, enquanto o percentual de católicos que fazem orações todos os dias e participam das santas missas gravitou em torno de 23%. Outro ponto questionado na pesquisa versa sobre evangelização. De acordo com os estudos observados, 43% dos entrevistados evangélicos afirmaram compartilhar sua fé ao menos uma vez por semana com pessoas alheias a sua religião, enquanto apenas 14% dos católicos consultados declararam comungar dessa prática. A pesquisa também questionou sobre a doação de dinheiro para as instituições religiosas. Nela, se observa que 70% dos evangélicos admitiram contribuir com o dízimo em suas igrejas, enquanto apenas 39% dos católicos afirmaram aderir a essa prática. Assim, se pode dizer que as igrejas evangélicas possuem um alto índice de frequência e são

tidas como “verdadeiros celeiros de eleitores congregados que fazem a diferença no jogo eleitoral”, à medida que reúne cotidianamente um considerável número de pessoas (BARBOSA, 2020, p. 11).

Para Siuda-Ambroziak (2018), uma das principais igrejas evangélicas que atuou e ainda continua atuando no espaço público brasileiro é a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Além de possuir diversos templos espalhados pelo território nacional, é uma igreja que detém forte aparato midiático e importante atuação político-partidária, acumulando um histórico de candidaturas vitoriosas nos últimos trinta e cinco anos.

A IURD se insere em círculos concêntricos de movimentos de embate e penetração da religião no espaço público, isso porque elege parlamentares avalizados por sua cúpula para engrossar a Frente Parlamentar Evangélica que, embora composta por deputados e senadores vinculados a diferentes instituições religiosas e a variados partidos políticos, se unem em prol da obtenção de privilégios para as igrejas e em defesa de pautas morais conservadoras. São os evangélicos que trazem para o debate a proibição irrestrita do aborto, a criminalização das discussões sobre gênero e prevenção da homofobia nas escolas, que clamam pelo reconhecimento legal da família como núcleo social formada única e exclusivamente pela união entre um homem e uma mulher, e brada em prol do retrocesso a direitos conquistados por grupos vulneráveis nos últimos anos, se opondo à possibilidade de realização de procedimentos de saúde que envolvem a troca de sexo custeados pelo Sistema Único de Saúde, e burocráticos que resultem na adoção de nome social e na alteração dos registros civis por travestis e transexuais (DIP, 2018).

Segundo as lições de Cunha (2021), embora o Estado brasileiro não adote uma religião oficial, a legitimação das igrejas no espaço público ao longo do tempo tem se dado por duas vias: a via generalista e a via diferencialista. A primeira defende que as instituições religiosas são entidades coletivas de interesse social, promotoras da caridade e do assistencialismo, sendo, portanto, instituições que promovem o bem comum – argumento que vem sendo utilizado pelos grupos religiosos cristãos (católicos, kardecistas e evangélicos). Já a segunda se caracteriza pela luta de grupos religiosos minoritários pelo reconhecimento da sua crença religiosa como parte integrante da cultura brasileira, refutando assim os estigmas de seita, magia ou bruxaria – é o que ocorre com as religiões de matriz afro-brasileiras e ameríndias (CUNHA, 2021). Nas urnas, as instituições que se valem da via generalista têm obtido um maior êxito quando comparadas com aquelas que tem optado pela via diferencialista.

Frente às considerações tecidas, não podemos afirmar que a religião seja único elemento capaz de conformar os indivíduos, as sociedades e o mundo, no entanto, não podemos

relegar seu papel no espaço público, tornando a temática atrativa tanto para a Ciência da Religião, quanto para as Ciências Sociais. Nesse sentido, embora exista uma pluralidade de grupos religiosos no Brasil, cada qual com suas particularidades teológicas e organizacionais, metodologicamente este trabalho se limitará a explorar apenas a Igreja Universal do Reino de Deus, importante instituição cuja atuação midiática e política tem se sobressaído em nossa sociedade.

2.1 FUNDAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS NO BRASIL

A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), também conhecida como Universal, é uma instituição religiosa evangélica fundada no Brasil em 09 de julho de 1977 pelos religiosos Edir Macedo, Romildo Ribeiro Soares (R. R. Soares) e Roberto Augusto Lopes. Tendo como máxima a frase: “Jesus Cristo é o Senhor”, a IURD iniciou suas atividades no bairro da Abolição, subúrbio da zona norte do Rio de Janeiro/RJ. Inicialmente sua sede fora instalada em um imóvel alugado, local onde antes funcionava uma antiga funerária. Hoje a IURD é uma igreja que se destaca por possuir templos em todos os estados da federação brasileira, operar diversas emissoras de rádio e televisão, se inserir nas mídias virtuais, além de exercer importante influência no campo político (FERRARI, 2007; MARIANO, 2014; OLIVEIRA & MARTINS, 2021).

Sobre o passado de seus fundadores, Mariano (2004) destaca que Macedo, Soares e Lopes passaram por outras igrejas evangélicas antes de criarem a IURD. Foram frequentadores da Igreja da Nova Vida até o ano de 1975, quando saíram para participar da fundação da Cruzada do Caminho Eterno, ladeados pelos irmãos Samuel e Fidélis Coutinho. A parceria durou apenas dois anos. Após desentendimentos com os irmãos, o trio desembarcou da instituição. Segundo Nascimento (2019), Samuel Coutinho teria humilhado Edir Macedo em uma reunião com outros pastores e familiares, afirmando que ele não tinha o chamado de Deus para fazer a sua obra e que suas pregações só atraíam pessoas anciãs.

Ainda nos primeiros anos de fundação da IURD, mais precisamente em 1980, surgiram os primeiros desentendimentos entre os bispos fundadores da instituição. Mariano (2014) esclarece que enquanto Edir Macedo defendia a internacionalização da igreja, principalmente nos Estados Unidos (berço do Pentecostalismo), R. R. Soares pleiteava maiores esforços da Universal no Brasil e a contratação de pastores de outras igrejas para pregar em templos iurdianos. Diante do imbróglio, Macedo e seu cunhado colocaram fim à celeuma ao convocar

o presbitério da IURD, formado por 15 pastores, para uma votação. Aquele que tivesse seus projetos preteridos abdicaria de seu cargo na instituição. Macedo recebeu doze votos, contra outros três atribuídos a Soares. Soares, compensado financeiramente, se desligou da IURD e fundou a Igreja Internacional da Graça de Deus.

Segundo Ferrari (2007) e Mariano (2014), no ano de 1987 a Universal perdeu mais um de seus fundadores. Incomodado com os desmandos de Edir Macedo, Roberto Lopes se desentendeu com o bispo primaz e retornou à Igreja da Nova Vida. Macedo então se consolidou como liderança incontestada no seio da Universal.

Para Baptista (2007) as instituições pentecostais são ambíguas, pois ao mesmo tempo em que contam com líderes autoritários e centralizadores, conseguem aglutinar marginalizados sociais e elevar a autoestima de seus milhões de fiéis. É o que se confirma no caso da Universal, pois seu governo eclesiástico é centralizado em torno do seu líder carismático⁷ – o bispo Edir Macedo. Nesse sentido, Mariano (2014) e Nascimento (2019) convergem em apontar que a estrutura de poder iurdiana é vertical e isenta de mecanismos democráticos para tomada de decisões, pois pastores e congregações não possuem autonomia, assim como os fiéis não escolhem seus líderes locais, uma vez que as decisões partem diretamente da cúpula nacional e/ou estadual da igreja.

Teologicamente a IURD adere às principais doutrinas do Pentecostalismo Clássico: a crença nos dons do Espírito Santo e no batismo, a conversão e libertação das garras do demônio, e o puritanismo de conduta. Além disso, Oro (2001) sinaliza que o que diferencia a Universal das demais instituições é a propagação da ideia de exclusividade nos serviços e meios de salvação dos fiéis, e a utilização exacerbada da mídia para propagandear seus rituais de cura e combate ao demônio, rituais estes munidos de forte apelo emocional. Assim, segundo a classificação de Mariano (2014), a IURD se amolda perfeitamente ao tipo ideal neopentecostal⁸.

⁷ Para Weber (1991), a legitimidade deste tipo de dominação encontra-se apoiada na devoção afetiva ou veneração dos dominados aos seus líderes, que são pessoas cujos adoradores atribuem um poder mágico, sobrenatural, religioso, heroico intelectual ou de oratória. Essa dominação é tida como irracional, pois é pautada muitas vezes pela emoção e subjetividade.

⁸ Para Mariano (2014) o Pentecostalismo brasileiro se subdivide em três tipos ideais, a saber: 1- *Pentecostalismo clássico*: cuja característica diferencial é a ênfase no “dom de línguas” (glossolalia), e são as denominações que inauguraram o Pentecostalismo no Brasil; 2- *Deuteropentecostalismo*: caracterizado pelo evangelismo radiofônico centrado na cura divina, provocando a fragmentação denominacional e dinamizando a expansão do Pentecostalismo brasileiro; 3- *Neopentecostalismo*: que se baseia na constante guerra contra o Diabo e seus representantes na terra (Teologia do Domínio), na difusão da crença de que todo cristão deve ser próspero, feliz e vitorioso em seus empreendimentos terrenos (Teologia da Prosperidade), e por rejeitar usos e costumes de santidade pentecostais.

Sobre a ética comportamental, Freston (1993) considera que a igreja é tida como uma das mais liberais dentre as instituições pentecostais: não impõem restrições quanto ao embelezamento feminino e controles disciplinares quanto à conduta de seus fiéis. Entretanto, constantemente condena o uso de drogas, a homossexualidade e a promiscuidade, justificando esses males como sendo investidas do diabo na Terra.

Nesse sentido, Rodrigues (2020) complementa que a moral evangélica em geral perpassa por certas normas que determinam como os indivíduos devem agir socialmente na perspectiva de se alcançar o reino dos céus, dentre as quais se destacam: a obediência às autoridades religiosas, o casamento heteroafetivo, o ato sexual exclusivamente com finalidade de procriação, o cultivo das virtudes e a negação dos vícios e, por fim, o empreendedorismo como meio de enriquecimento e vida plena no presente. Assim, a maior parte dos iurdianos tendem a adotar uma visão conservadora nos costumes e liberal na esfera econômica, posições ratificadas por meio da interpretação literal de trechos da Bíblia Sagrada por bispos, pastores e pelos fiéis.

No que se refere ao clérigo da instituição, há duas classes/estágios de pastores: os nomeados e os consagrados. Os pastores nomeados exercem a função auxiliar, em geral são muito jovens, encarregados de muito trabalho em prol da igreja e quase sempre mal remunerados. Para se tornar consagrado o pastor auxiliar precisa ser casado, ter a vocação espiritual comprovada pelo Espírito Santo e, sobretudo, ser um bom arrecadador de dízimos. Em cada congregação há, em média, três pastores: um titular (consagrado) e outros dois auxiliares (nomeados). Normalmente esses sacerdotes não necessitam de uma formação específica em teologia, sendo facultada a participação em cursos práticos de curta duração fornecidos pela própria IURD. Além dos pastores destacam-se os bispos investidos por Macedo para o exercício de postos de comando na igreja e em seus empreendimentos particulares (MARIANO, 2014; NASCIMENTO 2019).

A IURD é adjetivada por Campos (1999), Jardim (2016), Martins e Oliveira (2020) e Nascimento (2019) como uma instituição polêmica, pois se envolve constantemente em contendas com a Igreja Católica, com as religiões afro-brasileiras e com outras instituições evangélicas. Os membros iurdianos ainda se consideram integrantes de uma “minorias evangélica” perseguida, vítima de constantes injustiças cometidas por parte dos poderes públicos e por veículos de comunicação de relevante alcance nacional (*Revista Veja, Rede Globo de Televisão e Jornal Folha de São Paulo*). Seriam esses encaixos que culminaram na

prisão de Edir Macedo em 24 de maio de 1992 e que constantemente resultam em acusações de curandeirismo, charlatanismo e vilipêndio religioso⁹ aos pastores e bispos iurdianos.

Acerca da expressão “minoría evangélica”, frequentemente repetida pelos iurdianos, Camurça (2020) aponta que não necessariamente se refere ao tamanho ou quantidade de adeptos, mas à autoimagem construída por meio de um discurso institucional em que os evangélicos se julgam vítimas de cerceamento do direito de crença por parte de grupos que agem em defesa do catolicismo, tidos como majoritários. Nesse mesmo sentido, Burity (2015, 2016), sustenta que os evangélicos brasileiros, especialmente os pentecostais, não fazem jus ao título de minoría religiosa por conseguirem preencher espaços de fala tanto no âmbito da indústria cultural (editoras, jornais, gravadoras, programas de rádio e TV), como na política, deliberando cotidianamente sobre assuntos que extravasam o campo privado da fé.

Ainda versando sobre a questão de minoría perseguida, Mafra (1998) explica que nossa sociedade, majoritariamente católica, contribuiu para produzir uma certa invisibilidade sistemática dos pentecostais. Entretanto, destaca que desde a década de 1960 há registros de grandes concentrações de fiéis organizadas por igrejas evangélicas, citando como exemplo a passeata de 1968, que mobilizou cerca de 100 mil pessoas e foi organizada pelo líder Manoel de Melo, vinculado a Igreja Quadrangular. Nesse mesmo passo, acrescenta que no ano de 1987, a IURD conseguiu reunir mais de 120 mil pessoas numa tarde no Maracanã, em abril de 1990 mobilizou cerca de 180 mil pessoas para o estádio de futebol e já em 1992 alcançou a marca de 200 mil pessoas em um único evento, também realizado no estádio carioca. O discurso de minoría perseguida tende a aflorar o sentimento de necessidade de união entre os fiéis, levando a formação de uma multidão que brada em defesa das pautas cristãs e que se organiza de modo a preencher importantes locais de fala na política e na cultura (MAFRA, 1998).

Ao mesmo tempo em que se envolve em querelas, a IURD é tida como uma instituição bem sucedida, pois Jardim (2016), Martins e Oliveira (2020) e Nascimento (2019) sublinham a presença da igreja em mais de 97 países, bem como os milhares de templos espalhados por todo o território nacional¹⁰. Há aqui um destaque especial para o Templo de Salomão, construído na

⁹ Nascimento (2019) narra que em 12 de outubro de 1995, dia dedicado a Padroeira do Brasil, o bispo Sérgio Von Helder, apresentador do programa “*O Despertar da Fé*”, chutou uma imagem de gesso de Nossa Senhora Aparecida ao vivo e em rede nacional, criticando a adoração à santa. O episódio causou indignação aos católicos e integrantes de outras denominações. Os veículos de comunicação exploraram fortemente o episódio, com destaque para a Rede Globo.

¹⁰ Nascimento (2019) aponta que na época de seus estudos a IURD afirmava possuir 7.157 templos espalhados pelo território nacional e outros 2.857 espalhados pelos outros 95 países em que marca presença. Outros dados relevantes apontados pelo autor são referentes ao quantitativo de bispos e pastores: 320 e 14 mil respectivamente.

região do Brás, capital paulista, e inaugurado em 31 de julho de 2014. Nascimento (2019) aponta que o templo, hoje sede principal da IURD, possui 98 mil metros quadrados de área construída e capacidade para 10 mil pessoas. O investimento feito para a sua realização beirou a 680 milhões de reais levantados por meio de doação dos fiéis.

Destaco que os investimentos não são feitos apenas para a construção de templos, mas no televangelismo, no evangelismo radiofônico e nas mídias digitais também. Tais investimentos proporcionaram que a igreja, que nasceu no subúrbio carioca, se propagandasse e atraísse uma vastidão de pessoas à procura de serviços de cura espiritual. Segundo dados do Censo 2010, a Universal é tida como a terceira maior igreja vinculada ao Pentecostalismo no Brasil, com um total de 1.873.243 seguidores, ficando atrás apenas da Assembleia de Deus (com aproximadamente 12.314.440 membros) e da Congregação Cristã do Brasil (com aproximadamente 2.289.646 membros). Não menos importante, a IURD ainda conta com uma enorme clientela flutuante que, embora não convertida à igreja, frequenta seus templos em busca de serviços espirituais imediatos. Nesse sentido, considerando o tamanho da instituição e o protagonismo dos meios de comunicação para o fortalecimento da igreja no concorrido mercado religioso brasileiro, passarei a explicar sobre a midiática das atividades da igreja de Edir Macedo.

2.2 A MÍDIA IURDIANA

Segundo Sá Martino (2012), os estudos sobre mídia e religião vêm ganhando considerável espaço acadêmico em função da utilização em larga escala dos meios de comunicação pelas instituições religiosas nas últimas três décadas. Para o autor, o processo de midiática das igrejas não se resume apenas ao uso da tecnologia para divulgar seus valores e crenças, como também para interferir na tomada de decisões por aqueles que se deixam influenciar por seu conteúdo. Nesse sentido, urge destacar que a principal aposta da IURD para alavancar o número de consumidores de seus serviços e melhor se posicionar no espaço público é através do investimento em diferentes canais de comunicação em massa.

Por sua vez, Bertolini (2019) esclarece que no âmbito midiático o termo “massa” está associado a povo, logo os canais de comunicação em massa são aqueles utilizados para dirigir mensagens a um grande número de pessoas, com perfil heterogêneo e anônimas ao comunicador. Seu conteúdo, portanto, não é voltado para um indivíduo em particular, mas disseminado de forma a atingir o maior número de pessoas possíveis, de maneira rápida e

acessível para consumo imediato. Assim, o autor complementa que o processo de comunicação em massa tem como objetivos informar, divertir, persuadir e/ou ensinar.

A comunicação em massa pela IURD hoje se efetiva através de diferentes veículos de comunicação como a *Rede Record* (*Record TV*, *Record News* e portal eletrônico de notícias *R7*) e da *Rede Aleluia* de emissoras de rádio, do jornal impresso *Folha Universal*, e da inserção da igreja na Internet, em que conta com sites institucionais, perfis oficiais em redes sociais como o *Facebook*, *Twitter* e *Instagram*, além de blogs e *podcasts* de bispos e pastores ligados à cúpula iurdiana. Possui ainda o canal de *streaming Univer Video* e a *WebTv Universal*, que disponibilizam conteúdo gospel 24 horas por dia aos assinantes.

Para Cruz (2009), os meios de comunicação em massa são importantes para a comunicação humana, principalmente por abranger uma vasta gama de pessoas em pouco tempo, sendo muito eficazes para a transmissão de informações. Por essa razão, considera que o uso do rádio foi e ainda é fundamental para a disseminação dos princípios doutrinários iurdianos, tanto pelo seu poder de alcance (principalmente por alcançar camadas economicamente menos abastadas) quanto pelo custo-benefício que o radioevangelismo proporciona. Nesse mesmo sentido, Campos (1999) evidencia que não apenas no Brasil, mas também em outros países da América Latina, o movimento pentecostal tem se valido de uma cultura oral-auditiva, que se sobressai quando comparada com a cultura literária, razão que justifica os investimentos da IURD nas ondas do rádio e da TV¹¹.

Prática rotineira entre os pastores da IURD, principalmente durante as décadas de 1980 e 1990, era o arrendamento de horários nas emissoras de rádio com intuito de cooptação de novos fiéis, geralmente após os programas de pais ou mães-de-santo, para aproveitar da audiência dos cultos afro-brasileiros e pregar o pensamento neopentecostal (MARIANO, 2014). A primeira emissora a transmitir programas da IURD foi a Rádio Copacabana, estação que em 1984 foi adquirida por Edir Macedo.

Ainda na década de 1980 a igreja começava a veicular na televisão seus programas religiosos. Mariano (2014) sustenta que apenas três anos após a sua criação a Universal

¹¹Campos (1999) destaca que a história do radioevangelismo se remete ao movimento pentecostal ainda em seu lugar de origem. Para o autor, desde a década de 1920 pastores norte-americanos já exploravam as ondas do rádio, e no ano de 1925 aproximadamente 63 estações de rádio já pertenciam à igrejas pentecostais. Naquele ano o número de rádios evangélicas já correspondia a uma fatia de aproximadamente 10% do total de emissoras existentes no país. No Brasil, o uso do radioevangelismo remete ao ano de 1955, quando Manoel de Melo, ex-pregador da igreja Assembleia de Deus, iniciou um programa na Rádio América, que meses depois migrou para a Rádio Tupi. No ano seguinte, o programa de quinze minutos apresentado por Melo, chamado “A Voz do Brasil para Cristo”, deu origem à igreja fundada como o mesmo nome – Igreja Evangélica Pentecostal “O Brasil para Cristo”.

conquistou espaço na *TV Bandeirantes*, exibindo diariamente o programa *O Despertar da Fé* para os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Pernambuco e Bahia. Em 1983 a *TV Bandeirantes* já exibia o programa em quase todo o território brasileiro¹².

Em novembro de 1989, a Universal amealhou a *Rede Record*¹³, façanha pouco comum para uma instituição evangélica no Brasil. O negócio consistiu no pagamento de 45 milhões de dólares e a assunção de uma dívida próxima de 300 milhões de dólares – posteriormente quitada pela igreja. Mariano (2014) considera que parte da aquisição e pagamento das dívidas é fruto da campanha “Sacrifício de Isaac”, na qual pastores e fiéis doaram salários, carros e casas em prol dos empreendimentos de divulgação da palavra de Deus. Anos mais tarde, pastores da IURD foram investigados por supostamente se valerem de artifícios pouco convencionais para aumentar a arrecadação nos templos. Havia denúncias de que religiosos fechavam as janelas e desligavam o ar condicionado das igrejas, fazendo com que os fiéis se sentissem mal, induzindo-os a realizar contribuições pecuniárias para que se sentissem melhor. Há, ainda, relatos de curas milagrosas e entregas de bens e dinheiro em troca da “água sagrada”, que, na verdade, se tratava de óleo de soja envazado em pequenas garrafas (NASCIMENTO, 2019).

Como toda e qualquer emissora de televisão, o objetivo da TV Record é o lucro. Nesse sentido, Barbosa (2020) pontua que mesmo sendo administrada por bispos da IURD, não há qualquer rigorismo religioso em sua grade de exibições, que inclui programas de auditório em que cantores profanos são convidados a se apresentar e *reality shows* com pegada erótica, restando as madrugadas para veiculação de programas religiosos, horário em que os canais abertos de TV apresentam baixo faturamento. Entretanto, são nesses horários que se localizam alguns nichos atraentes para a veiculação de programas religiosos, formados por pessoas doentes, depressivas e com insônia, como bem ponderado por Campos (1999).

Além da TV Record, segunda maior rede de televisão brasileira, a IURD adquiriu diversas emissoras regionais, bem como inaugurou, no ano de 2007, a Record News¹⁴, canal de televisão dedicado ao jornalismo. No âmbito radiofônico, ao longo dos anos obteve concessões

¹² O programa foi exibido na emissora até meados do ano de 1989, quando passou a integrar a grade de programações da Rede Record até o ano de 2002.

¹³ Nascimento (2019) pontua que a Rede Record era propriedade do comunicador Sílvio Santos e da família Machado de Carvalho, sendo vendida à pessoa física de Edir Macedo em novembro de 1989 e paga com dinheiro arrecadado pela IURD.

¹⁴ No ano de 1999, Edir Macedo adquiriu o canal de televisão Rede Mulher. Devido a penetração do canal em diversos municípios brasileiros, bem como almejando concorrer com o a Globo News, Edir Macedo optou por transformar a emissora em um canal voltado ao telejornalismo. Em 27 de setembro de 2007 houve a primeira transmissão da Record News, cuja cerimônia de inauguração contou com a presença do então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (NASCIMENTO, 2019).

públicas de exploração, bem como comprou outras várias estações rádios, possuindo hoje um conglomerado denominado *Rede Aleluia*, formado por 92 emissoras (próprias e afiliadas) situadas em 71 cidades (REDE ALELUIA, 2021?).

Cruz (2009) ressalta que os programas religiosos transmitidos pela Internet e pelas emissoras de rádio e TV não garantem automaticamente a conversão e aquisição de novos adeptos, mas despertam a curiosidade e mexem com situações de crises vividas pelos espectadores. Dessa forma, a utilização desses veículos de comunicação acaba aguçando o interesse de seus consumidores em conhecer os templos e as doutrinas da IURD. Nascimento (2019) aponta que, através da mídia, a igreja anuncia a “terapia espiritual”. Entretanto recebê-la requer o comparecimento a um dos diversos templos iurdianos situados no Brasil ou no exterior.

Um dos meios de comunicação mais tradicionais utilizados pela IURD e de fácil acesso por parte dos fiéis é o jornal *Folha Universal*. Trata-se de mídia escrita oficial da instituição, criada no ano de 1992, e composta por 32 páginas em impressão colorida e formato tabloide. Conrado (2000) esclarece que, inicialmente, o jornal possuía edições mensais, e que no ano seguinte passou a adotar o sistema de edições quinzenais. Somente a partir de 1995 é que o jornal passou a ser semanalmente produzido, como ocorre na atualidade.

Embora seu editorial concentre atividades na capital paulista, as pretensões de levar o jornal aos diversos municípios onde a Universal possui templos passa por uma política de descentralização da impressão dos exemplares físicos, contando com os serviços de gráficas de propriedade da IURD sediadas nos estados do Amazonas, Minas Gerais e Rio Grande do Sul (MARTINS & OLIVEIRA, 2019). Segundo Lima e Werneck (2012), os templos recebem os jornais entre sexta-feira e domingo e a distribuição fica a cargo dos pastores e obreiros que os entregam gratuitamente ao longo da semana nos próprios templos e fora deles, em trabalhos de evangelização realizados nas ruas, em presídios e unidades hospitalares.

Ainda que os veículos da mídia iurdiana tenham o condão de serem informativos, de proporcionar entretenimento e conhecimento, não se descuidam do objetivo de evangelizar, cooptar novos fiéis e defender os interesses institucionais. São elas que propagam mensagens capazes de nortear o comportamento dos fiéis, inculcando nos sujeitos a existência de um projeto mundano de destruição da família, dos bons costumes, da educação infanto-juvenil e da ética, os levando a crer que vivemos em uma sociedade perdida que “ameaça a vivência

dos valores cristãos” e cuja salvação o fiel só encontrará frequentando seus templos religiosos (CARRANZA, 2013).

Importante sabermos que as religiões não se resumem apenas em um sistema de ideias, crenças e ideologias. São instituições concretas que existem nas sociedades e dependem dos seus membros para a sua subsistência e reprodução. Assim, os custos não são destinados somente para a manutenção dos templos e projetos assistenciais, mas de todo o projeto midiático da IURD. Logo são repassados aos fiéis que, convictos nas Teologias da Prosperidade e do Domínio, acreditam que ao contribuírem economicamente com a igreja estão patrocinando a luta contra os demônios e que, como uma forma de recompensa, Deus irá lhes conceder uma vida terrena vitoriosa (ORO, 2001).

Nascimento (2019) acrescenta que, sem se sentir culpado por arrecadar o dinheiro dos fiéis, Macedo passou a investir na estruturação empresarial de sua igreja. Nas palavras do autor, o bispo primaz “continua a levar adiante sua política expansionista com a busca por mais templos ao redor do mundo e eficientes veículos de comunicação” (NASCIMENTO, 2019, p. 65). Nesse mesmo sentido, Barbosa (2020) tece que, muito mais que uma igreja, a Universal é tida como uma *holding* empresarial comandada por Edir Macedo, apontado como o empresário da fé.

Após explicar acerca da estrutura midiática iurdiana, passarei a delinear o comportamento político/eleitoral da IURD ao longo dos anos, destacando suas alianças com candidatos à Presidência da República e a formação de sua bancada no Congresso Nacional e Assembleias Estaduais nos últimos anos.

2.3 A IURD E SEU COMPORTAMENTO POLÍTICO/ELEITORAL

Para Ari Pedro Oro (2003) a IURD é uma das instituições religiosas que mais tem atuado na política institucional brasileira em nível federal, estadual e municipal. Sua inserção na política coincide com o processo de redemocratização do Brasil, já que na década de 1980 existia forte movimentação dentro das igrejas no sentido de eleger seus próprios representantes para a Assembleia Nacional Constituinte. Freston (1993) tece que o interesse dos evangélicos, em participar ativamente da vida política e, especialmente da lavratura da nova Carta Magna, se justificava pelo receio do fechamento de templos religiosos, da banalização da família cristã – com a aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo – e da legalização irrestrita do aborto e das drogas, pautas comumente associadas pelos

evangélicos ao comunismo e ao diabo. Não menos importante, se temia o fim da laicidade do estado, com o eventual retorno do catolicismo como a religião oficial do país. Tais preocupações são ratificadas nos trabalhos de pesquisadores como Mariano (2014), Nascimento (2019) e Oliveira e Martins (2021).

Segundo Oro (2003) embora a IURD tenha se inserido no campo da política no ano de 1982, só conseguiu eleger parlamentares a partir de 1986. Corroborando com a afirmativa, Mariano (2014) acrescenta que o bispo Roberto Lopes se candidatou a Câmara dos Deputados pelo PDT/RJ, sendo eleito com 54.332 votos. Nascimento (2019) complementa que Eraldo Macedo Bezerra, irmão de Edir, se elegeu deputado estadual no Rio de Janeiro, também naquele ano. Conforme narrei anteriormente, Lopes se desligou da IURD em 1987. Para Freston (1993) não se pode precisar se o desligamento de Lopes se deu a contragosto de Macedo, uma vez que, na qualidade de parlamentar e forte liderança dentro da igreja, o deputado da Constituinte oferecia riscos à liderança do bispo primaz.

Mariano (2014) afirma que a participação política da IURD se opera nas eleições proporcionais (deputados federais, estaduais, distritais e vereadores) e nas majoritárias (presidente, senadores, governadores e prefeitos). Embora até o pleito eleitoral deflagrado no ano de 2022 a Universal não tenha lançado um candidato próprio à chefe da nação, desde a primeira eleição direta para a Presidência da República pós regime-militar a cúpula da igreja vem declarando apoio a presidenciáveis e se alinhando aos ocupantes do Palácio do Planalto, ganhando espaço na estrutura dos governos independentemente do posicionamento ideológico (direita, centro ou esquerda) do mandatário eleito.

Os alinhamentos entre a IURD e os governos não se tratam de uma estratégia que busca beneficiar somente a igreja e sua cúpula, pelo contrário, o sistema político brasileiro requer a formação de uma bancada sólida nas Casas Legislativas a fim de obter aprovação dos projetos do Poder Executivo. Dessa forma, os benefícios concedidos às igrejas evangélicas visam justamente servir de moeda de barganha em troca do apoio de parlamentares vinculados a essas instituições.

Realizada essa breve explanação acerca da inserção da IURD na política, passarei a explorar o comportamento político da instituição nos mais diferentes mandatos presidenciais, a começar pela primeira eleição direta pós-redemocratização.

2.3.1 Collor de Mello a batalha iurdiana contra Lula e o PT

É válido rememorarmos que no pleito eleitoral de 1989, vinte e dois candidatos postularam ocupar o Palácio do Planalto¹⁵, e que, dentre eles, Edir Macedo e a cúpula de sua igreja apoiaram entusiasticamente o ex-governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello (PRN/AL). Destaco que o apoio ao candidato visava a solução de imbróglios relacionados aos empreendimentos de Macedo. Embora o líder primaz da IURD tenha amealhado a TV Record, havia entraves burocráticos que necessitavam ser resolvidos, como a transferência da titularidade da concessão para o novo proprietário e a renovação da autorização de exploração do canal por mais quinze anos (DE PAULA, 2021).

Durante o período de campanha, Collor se comprometeu, caso eleito, não apenas renovar, mas ampliar o número de concessões midiáticas para a igreja Universal. Nesse sentido, houve a celebração da aliança entre o candidato alagoano e Edir Macedo, passando o bispo iurdiano a entoar o discurso de que Deus havia escolhido apoiar Collor e que, por esse motivo, os fiéis deveriam votar no candidato (NASCIMENTO, 2019; CRUZ, 2009).

O principal oponente de Collor naquele pleito era o líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva (PT/SP). Vinculado ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC-Paulista, o líder político foi eleito deputado constituinte em 1986 e em 1989 postulou o cargo máximo do poder executivo. Como forma de frear o crescimento da intenção de votos do candidato entre sua membresia, a mídia iurdiana propagandeava que caso Lula fosse eleito determinaria o fechamento da Universal, o que causava pânico moral nos fiéis e induzia o voto em Fernando Collor.

Ambos os candidatos caminharam para o segundo turno das eleições, e Collor sagrou-se vitorioso com 53,03% dos votos válidos, sendo o primeiro presidente eleito diretamente pelo povo após a transição lenta e gradual da ditadura civil-militar para a democracia. Mariano (2014) elucida que nas eleições legislativas realizadas no ano seguinte, a IURD elegeu quatro deputados federais e três estaduais dentre seus membros, distribuídos em três estados: Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia.

¹⁵ Conforme dados disponibilizados pelo TSE, concorreram as eleições presidenciais no ano de 1989 os seguintes candidatos: 1- Affonso Camargo Neto; 2- Afif Domingos (PL); 3- Antônio Pereira dos Santos (PPB); 4- Armando Corrêa (PMB); 5- Aureliano Chaves (PFL); 6- Celso Brant (PMN); 7- Eneas Carneiro (PRONA); 8- Eudes Oliveira Mattar (PLP); 9- Fernando Collor de Mello (PRN); 10- Fernando Gabeira (PV); 11- Leonel Brizola (PDT); 12- Livia Maria Pio (PN); 13- Luiz Inácio Lula da Silva (PT); 14- Manoel de Oliveira Horta (PCdoB); 15- Mário Covas (PSDB); 16- Marronzinho (PSP); 17- Paulo Gontijo (PP); 18- Paulo Maluf (PDS); 19- Roberto Freire (PCB); 20- Ronaldo Caiado (PSD); 21- Ulysses Guimarães (PMDB); 22- Zamir José Teixeira (PCN) – (BRASIL, 1989?).

A imagem de Collor, construída por seus marqueteiros de campanha e publicizada pela grande mídia, era a de um presidente que endireitaria as finanças do país, comprometido com o controle da inflação e com o combate aos altos e desproporcionais salários que dizia que alguns funcionários públicos recebiam – os chamados “Marajás”. Comprando esse discurso moralizador, a bancada evangélica integrou o bloco de sustentação do presidente, votando favoravelmente a boa parte das demandas encaminhadas pelo Executivo Federal (NASCIMENTO, 2019).

No plano econômico Collor adotou as medidas recomendadas pelo Consenso de Washington¹⁶, que consistiam na redução e racionalização dos gastos públicos, reforma tributária com intuito de aumentar a base de contribuintes e elevar a arrecadação, abertura comercial, desregulamentação da economia e o enxugamento do Estado através da política de privatização de empresas públicas. Além disso, se valeu do controle de preços e do bloqueio dos saques nas cadernetas de poupança como tentativas para o controle da inflação. O conjunto de intervenções na economia culminaram no sucateamento da indústria nacional, na queda do PIB, no aumento dos índices desemprego e na queda da massa salarial, principalmente nos grandes centros urbanos, local de maior penetração da Universal (PIRES, 2010).

Embora a IURD tenha apoiado sua eleição e dado sustentação a seu governo, Collor se manteve afastado de Macedo desde a posse presidencial, inclusive causando o descontentamento do bispo por permitir que a Universal fosse alvo de investigações que culminaram no episódio de sua prisão no ano de 1992, bem como por postergar a assinatura e renovação da concessão do canal iurdiano, que só ocorreu pouco antes do chefe do Poder Executivo deixar o cargo¹⁷ (DE PAULA, 2021).

No mesmo ano da prisão do bispo, Pedro Collor de Mello (irmão do então chefe do Executivo) fez sérias denúncias a *Revista Veja* sobre esquemas de corrupção envolvendo o presidente e Paulo César Farias (PC Farias), ex-tesoureiro da campanha e homem de confiança de Fernando Collor. Os avanços das investigações foram suficientes para macular a imagem do presidente e dar início a um processo de *impeachment* (DE PAULA, 2021).

¹⁶ O Consenso de Washington consiste em uma série de reuniões realizadas na capital dos Estados Unidos, envolvendo os dirigentes do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Tesouro dos Estados Unidos, além de políticos e economistas latino-americanos (PIRES, 2010).

¹⁷ De Paula (2021) esclarece que Macedo se aproximou do presidente Itamar Franco e mobilizou sua força no Congresso Nacional para finalmente concretizar todas as etapas da concessão da Rede Record, todavia a transferência foi avalizada pelo parlamento somente em 1994, ano em que seria deflagrado um novo processo eleitoral.

Além das acusações de corrupção e tráfico de influência, o presidente era apontado como participante de uma seita satânica que realizava sacrifício de animais em devoção a entidades das trevas, e que franqueava o acesso de mães-de-santo à Casa da Dinda e à residência do político em Brasília, para a realização de trabalhos espirituais (BURCKHARDT, 2014). Ante às denúncias criminais, agravadas pelas acusações de cunho religioso, os parlamentares evangélicos desembarcaram do governo e apoiaram a destituição do chefe do Executivo.

Em 29 de setembro de 1992, a Câmara dos Deputados autorizou a abertura do processo, sendo o pedido aprovado por 441 votos a favor, 38 contra e 24 abstenções ou ausências. Collor foi afastado da presidência oficialmente até a conclusão do julgamento pelo Senado Federal (PIVA, 2010).

Na tentativa de preservar seus direitos políticos, Collor encaminhou uma carta de renúncia ao Congresso Nacional em 29 de dezembro daquele ano, véspera de seu julgamento no Senado Federal. A manobra utilizada almejava colocar fim no processo de cassação, todavia, o processo foi levado a julgamento, momento em que o presidente afastado recebeu 76 votos favoráveis à sua destituição, contra outros 03 que o inocentava e 03 abstenções ou ausências. Mariano (2004) assinala que o líder primaz da IURD não demorou em explicar espiritualmente a queda do presidente. Segundo ele, ao negar as concessões e evitar a proximidade com a IURD, Collor havia ido contra um “ungindo de Deus”, o que gerou sua queda. Piva (2010) ressalta que além da perda do mandato, Collor teve seus direitos políticos suspensos por oito anos, sendo substituído por seu vice Itamar Franco (PMDB/MG).

As promessas de campanha de Collor não se concretizaram e o país se encontrava em profunda crise política e econômica (descrença da população no Poder Executivo, moeda desvalorizada e altos índices de inflação e desemprego), o que corroborou para que Itamar Franco renovasse o gabinete ministerial em seu governo. Na seara econômica, o presidente substituto convidou o sociólogo Fernando Henrique Cardoso (PSDB/SP) para ser o novo Ministro da Fazenda, incumbindo-lhe de coordenar um novo plano econômico – o Plano Real.

Era a sétima tentativa de estabilização da moeda em mais de dez anos de luta contra os altos índices inflacionários. Tendo como sua matriz o plano de estabilização econômica implementado na República de Weimar para conter a hiperinflação alemã entre os anos de 1923 e 1924, o Plano Real conseguiu reduzir uma inflação anual de 2.500%, para menos de 10%, todavia o ônus da estabilidade econômica perpassava pela alta taxa de juros, necessária para atrair o capital externo, a redução significativa dos gastos do Estado e a implantação de uma disciplina fiscal rigorosa, capaz de produzir superávits orçamentários para garantir o pagamento dos juros da dívida externa (PIRES, 2010).

O sucesso inicial do plano no controle da inflação e no fortalecimento da moeda brasileira fez de FHC um natural e forte candidato à sucessão de Itamar ao Palácio do Planalto, sendo o candidato do governo nas eleições de 1994, assunto que será abordado a seguir.

2.3.2 A era Fernando Henrique Cardoso: guerra e paz entre os iurdianos e a esquerda

No ano de 1994, oito candidatos concorreram ao cargo de Presidente da República¹⁸. Naquele ano, a cúpula da igreja de Edir Macedo optou por dar apoio ao candidato governista Fernando Henrique Cardoso. O político havia construído sua carreira no estado de São Paulo, todavia tinha adquirido notabilidade ao chefiar o Ministério da Fazenda no governo de Itamar Franco, sendo considerado um dos pais do Plano Real. Nascimento (2019) tece que a parceria entre os iurdianos e FHC foi selada pelo bispo Carlos Rodrigues, coordenador político da igreja e emissário de Edir Macedo, sob a condição de que caso eleito, o presidente não interferisse no crescimento da Universal. De Paula (2021) levanta a hipótese de que o receio de Macedo era que o peessedebista revisse as concessões dadas a IURD, em especial a da Rede Record.

Mariano (2014) afirma que Macedo e seus aliados continuaram achincalhando os candidatos da esquerda, com especial foco na desmoralização de Lula perante o segmento evangélico, já que ele novamente se candidatara a Presidente da República. As mídias iurdianas, em especial o jornal *Folha Universal*, trabalharam para convencer os eleitores de que Lula era vinculado ao comunismo, a Igreja Católica e ao Candomblé, elementos que, no imaginário evangélico, são associados aos empreendimentos do diabo na Terra. Não menos importante, a IURD utilizou sua estrutura midiática para acusar o Partido dos Trabalhadores (PT) de pretender legalizar o aborto e o casamento homoafetivo, questões que ferem de morte os preceitos da moral evangélica (DE PAULA, 2021; OLIVEIRA & MARTINS, 2021).

Pesquisas eleitorais realizadas às vésperas da eleição indicavam grande probabilidade de FHC se eleger presidente já em primeiro turno. O candidato obteve 54,24% dos votos válidos. No âmbito do poder legislativo, a IURD elegeu seis deputados federais e outros seis deputados estaduais. Novamente tais políticos representavam os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia (MARIANO, 2014).

¹⁸ Conforme dados disponibilizados pelo TSE, concorreram as eleições presidenciais no ano de 1994 os seguintes candidatos: 1- Antônio Carlos Gomes (PRN); 2- Enéas Carneiro (PRONA); 3- Espiridião Amin (PPR); 4- Fernando Henrique Cardoso (PSDB); 5- Hernani Fortuna (PSC); 6- Leonel Brizola (PDT); 7- Luiz Inácio Lula da Silva (PT); 8- Orestes Quécia (PMDB) – (BRASIL, 1994?).

Durante os anos de seu primeiro mandato, Fernando Henrique Cardoso colhia os frutos da estabilidade econômica, gozava de prestígio tanto por parte da elite financeira, que se beneficiava da elevada taxa de juros, quanto da classe trabalhadora, que comemorava o aumento no poder de compra da nova moeda. O governo também foi marcado pela adoção de novas recomendações do Consenso de Washington, tais como reforma jurídica e política, flexibilidade do mercado de trabalho e celebração de acordos com a Organização Mundial do Comércio. Todavia, a estabilidade da economia tinha como consequências o aumento do endividamento externo, baixas taxas de crescimento interno, perda da competitividade nacional devido à equiparação inicial do real ao dólar, aumento do índice de desemprego no país e da concentração de renda entre os mais ricos, novamente prejudicando os mais pobres (PIRES, 2010).

O governo contava com o apoio dos parlamentares evangélicos e, em contrapartida, concedia e renovava concessões de rádio e TV a bispos e pastores (ROLDÃO, 1999). Foi durante o primeiro mandato de FHC que Edir Macedo obteve a regularização da concessão da Rede Mulher, que posteriormente mudaria de nome e daria vida a Record News (DE PAULA, 2021).

Há pouco menos de um ano antes da deflagração de novas eleições, integrantes do governo estudavam uma forma de permitir com que FHC concorresse novamente a presidência do país¹⁹. Legalmente o ordenamento jurídico não previa essa possibilidade, todavia, parlamentares governistas apresentaram ao Congresso Nacional o projeto de Emenda Constitucional nº 16, contemplando a possibilidade de reeleição do Presidente da República, Governadores de Estado e do Distrito Federal, e Prefeitos para um único mandato subsequente. A medida foi aprovada em 04 de junho de 1997, tendo aplicabilidade para as eleições que ocorreria no ano seguinte (PORTO, 2020).

Assim, no ano de 1998, FHC disputou a reeleição presidencial contra onze candidatos²⁰, tendo Lula novamente como seu principal oponente. Entretanto, diferentemente

¹⁹ Porto (2020) esclarece que em 16 de fevereiro de 1995 foi apresentado pelo deputado federal Mendonça Filho (PFL/PB), Proposta de Emenda à Constituição que permitiria a reeleição de presidente da república, governadores de estado e prefeitos para um único mandato subsequente. De tramitação bastante lenta, a proposta só foi aprovada no ano de 1997.

²⁰ Conforme dados disponibilizados pelo TSE, concorreram as eleições presidenciais no ano de 1998 os seguintes candidatos: 1- Alfredo Sirkis (PV); 2- Ciro Gomes (PPS); 3- Enéias Carneiro (PRONA); 4- Fernando Henrique Cardoso (PSDB); 5- Ivan Frota (PMN); 6- João de Deus (PTdoB); 7- José Maria Eymael (PSDC); 8- Luiz Inácio Lula da Silva (PT); 9- Sérgio Bueno (PSC); 10- Tereza Ruiz (PTN); 11- Vasco Azevedo Neto (PSN); 12- Zé Maria (PSTU) – (BRASIL, 2008?).

do que ocorrera nas últimas eleições, os reiterados ataques ao candidato da esquerda e ao PT pela mídia e pelo clérigo da Universal foram praticamente extintos. Cruz (2019) aponta que a postura adotada pela IURD evidenciava certo descontentamento com o governo do peessedebista. Tal agastamento se fazia por dois principais motivos: o avanço de pautas ligadas ao aborto e a direitos à população LGBT relacionadas ao Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-I) aprovado em 1996, e pelo fato de o governo não intervir nas operações da Receita Federal e do Banco Central de análise das contas bancárias, movimentações financeiras e declaração de bens da IURD e de membros da cúpula da igreja. Para Nascimento (2019), cerca de quatro mil contas foram vasculhadas e um milhão de cheques emitidos/recebidos foram rastreados a fim de se apurar suposta ocorrência de crimes contra a ordem tributária.

Fernando Henrique novamente logrou êxito nas urnas, obtendo 53,06% dos votos válidos. Mariano (2014) complementa que naquela eleição a Universal conseguiu a façanha de ampliar significativamente sua representação política para quatorze deputados federais e vinte e seis estaduais, representantes pertencentes a 26 estados e ao Distrito Federal. A força política da IURD se espalhava por todos os estados da federação.

O êxito eleitoral da Universal naquela eleição contou com um aprimoramento em seu *modus operandi*, adotado também nas eleições seguintes. Para Oro (2003) e Martins e Oliveira (2019), a igreja passou a adotar o modelo corporativo de “candidatura oficial”, passando a avaliar o capital político da igreja em cada um de seus templos. Dessa forma, esclarecem que a igreja começou a incentivar o alistamento eleitoral precoce (para os jovens entre 16 e 18 anos, momento em que o voto não é obrigatório), bem como passou a efetuar o recenseamento dos dados eleitorais de seus membros/fiéis. A partir dessas informações, os bispos regionais e o bispo superior passaram a conhecer melhor o potencial eleitoral da instituição religiosa e a traçar estratégias para eleger um maior número de representantes.

Os parlamentares eleitos pela igreja continuavam a integrar a coalizão de apoio ao presidente, porém o segundo governo de FHC enfrentou crises como o agravamento dos índices de desemprego, o colapso no sistema energético, o endividamento do país com o Fundo Monetário Internacional (FMI), os escândalos de corrupção envolvendo as privatizações de empresas públicas como a *Vale do Rio Doce*, a *Companhia Siderúrgica Nacional* e a *Telebrás*, e denúncias sobre a suposta compra de parlamentares para a aprovação da Emenda Constitucional que permitiu a reeleição - eventos fortemente explorados pela grande mídia (PIRES, 2010).

Esses fatos promoveram o desgaste da imagem do governo e do presidente, o que inviabilizava a eleição de seu apadrinhado político ao Palácio do Planalto, o então Ministro da Saúde José Serra (PSDB/SP). Nesse sentido, o apoio de Edir Macedo em 2002 a um candidato vinculado ao governo dificilmente seria proveitoso para seus projetos, fato este que justificaram a aliança de sua igreja com antigos inimigos, conforme veremos a seguir.

2.3.3 O diabo não é tão feio quanto pintam: o casamento com Lula e o PT

No primeiro turno das eleições do ano de 2002 seis candidatos pleitearam ocupar o Palácio do Planalto²¹. No primeiro turno das eleições a IURD apoiou a candidatura do evangélico presbiteriano Anthony Garotinho (PSB/RJ), que ficou em terceiro lugar. O segundo turno foi disputado por José Serra e Lula. A IURD optou por apoiar Lula naquele segundo turno, antigo desafeto da igreja (NASCIMENTO, 2019).

Após três derrotas consecutivas, Lula já não era o mesmo político de outrora. Ao publicar o documento “Carta ao povo brasileiro”, o candidato apresentava um discurso mais moderado e sinalizava que não haveria mudanças drásticas na condução da política econômica do país caso fosse eleito, o que tranquilizava a elite detentora do capital. Assim, “o candidato antes associado ao diabo agora contava com o apoio da classe empresária e era visto como um homem oriundo do povo, comprometido com as causas sociais e com a ética na política” (OLIVEIRA & MARTINS, 2021, p. 241).

Para Cruz (2009), o deputado federal bispo Rodrigues (PL/RJ), homem de confiança de Macedo e de muito prestígio dentro da Universal, foi um importante articulador da aliança entre a Universal, Lula e o PT²². Outro importante intermediário desta aproximação foi o criminalista Márcio Thomaz Bastos, amigo da liderança petista e advogado do bispo Macedo no episódio de sua prisão, no ano de 1992 (NASCIMENTO, 2019).

Sob a promessa de gerar 10 milhões de vagas de emprego em quatro anos, Lula foi eleito com 61,27% dos votos válidos. No âmbito legislativo a Universal elegeu dezesseis deputados federais e dezenove deputados estaduais, distribuídos entre dez estados da

²¹ Conforme dados disponibilizados pelo TSE, concorreram as eleições presidenciais no ano de 2002 os seguintes candidatos: 1- Antony Garotinho (PSB); 2- Ciro Gomes (PPS); 3- José Serra (PSDB); 4- Luiz Inácio Lula da Silva (PT); 5- Rui Costa Pimenta (PCO); 6- Zé Maria (PSTU) – (BRASIL, 2002?).

²² A aliança entre PT e PL resultou na chapa formada por Lula (PT/SP) e o empresário José Alencar (PL/MG). Nascimento (2019) aponta que Alencar era católico, mas frequentemente participava de reuniões de orações com o bispo Marcelo Crivella, sobrinho de Edir Macedo.

federação; não menos importante, o bispo Marcelo Crivella, sobrinho de Edir Macedo, foi eleito Senador da República pelo PL/RJ com aproximadamente 3,2 milhões de votos – façanha inédita para os iurdianos (ORO, 2003).

O primeiro governo Lula foi marcado por grandes avanços no âmbito das políticas econômicas e sociais. O presidente buscou fortalecer as universidades federais e as empresas nacionais estratégicas como a Petrobras e a Eletrobras, além de promover a liberalização do mercado de capitais e a eliminação da burocracia para a criação e desenvolvimento de novos negócios, facilitando o empreendedorismo. Houve qualificação da mão-de-obra, geração de empregos e o reaquecimento da economia. O aprimoramento e expansão dos programas de distribuição de renda e a universalização do acesso ao ensino superior foram o carro-chefe de sua popularidade, inclusive recebendo o aval da bancada evangélica.

A IURD não demorou a colher frutos de seu apoio ao político, pois Lula manteve as concessões de rádio e televisão da igreja, bem como sancionou a Lei nº 10.825/03, que garantiu personalidade jurídica de direito privado as instituições religiosas no país, expressamente vedando ao poder público negar reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários a sua criação e funcionamento (DE PAULA, 2021).

Embora o governo do petista gozasse de grande prestígio por parte da população, escândalos envolvendo o pagamento de mesadas a parlamentares e a lideranças de diversos partidos em troca de apoio no Congresso Nacional resultaram em uma grave crise política²³ e na exoneração de importantes nomes ligados ao Presidente como Antônio Palocci (Ministro-chefe da Casa Civil) e José Dirceu (Ministro da Fazenda) (NASCIMENTO, 2019).

A crise política instalada no governo impactou significativamente nas relações da IURD com os partidos políticos, em especial o Partido Liberal (PL). O bispo Rodrigues, coordenador político da igreja e deputado federal filiado ao PL, foi acusado de receber mensalmente valores em dinheiro para votar favoravelmente as pautas do governo, sendo destituído do cargo de bispo e tendo renunciado ao mandato parlamentar em 2005 (ZAMPIER, 2012). Rodrigues foi preso no ano de 2006, em função dos desdobramentos da

²³ Segundo Darie (2018) o Escândalo do Mensalão foi esquema de corrupção descoberto no ano de 2005 que consistia em pagamentos de propinas mensalmente a diversos partidos políticos e parlamentares para darem sustentação ao governo do então presidente Lula.

Operação Sanguessuga²⁴, e em 2013, em razão de condenação criminal por envolvimento no esquema do Mensalão. As denúncias e prisão do ex-bispo foram suficientes para destruir sua carreira política e macular a imagem do PL (NASCIMENTO, 2019).

Nascimento (2017) aponta que inicialmente a IURD distribuía seus candidatos em diversas agremiações partidárias, o que lhe dava poder de barganha junto às legendas, visto o potencial de sua base eleitoral. A barganha da igreja consistia no oferecimento da sua estrutura: o candidato da igreja levava consigo a base eleitoral, representada pelos fiéis, e uma rede de templos utilizados como local de campanha, o que possibilitaria o aumento significativo do número de votos do partido e corroborava com a eleição de outros candidatos da legenda. Em contrapartida, a igreja não aceitava apenas lançar o candidato, ela também almejava poder de decisão dentro dos partidos. Dentre a diversa gama de agremiações partidárias, a IURD possuía relações com o PL, todavia a vinculação de parlamentares filiados ao partido no esquema do Mensalão, culminou na fundação de uma nova sigla no ano de 2005 - o PMR (Partido Municipalista Renovador) (GUTIERREZ, 2016; NASCIMENTO, 2019).

A fundação do partido motivou diversos políticos vinculados a IURD a migrarem para a nova agremiação, inclusive Crivella. No ano seguinte, o partido sofreu alteração em seu estatuto, tendo seu nome modificado para PRB (Partido Republicano Brasileiro). Nascimento (2019) complementa que o então vice-Presidente da República, José de Alencar, também debandou do PL e filiou-se ao PRB, legitimando ainda mais a aliança do governo com os políticos da IURD. Ainda que diante dos escândalos de corrupção, a reputação e popularidade de Lula permaneceram inalterados. Lula afirmava desconhecer previamente as irregularidades em seu governo, atribuindo os escândalos a atos isolados de correligionários que se deslumbraram com a chegada ao poder. Sob a promessa de continuidade dos programas sociais de seu primeiro mandato, Lula disputou novamente o cargo de chefe máximo do Executivo Federal no ano de 2006, desta vez contra outros seis candidatos²⁵.

²⁴ Segundo a Revista *Veja* (2012) o Escândalo dos Sanguessugas, também conhecido como máfia das ambulâncias, foi um esquema de corrupção envolvendo fraudes em licitações e superfaturamentos na aquisição de ambulâncias com dinheiro público. O esquema liderado por alguns deputados federais veio a público no ano de 2006, dentre os envolvidos estava o ex-deputado Carlos Alberto Rodrigues Pinto, bispo e coordenador político da Igreja Universal.

²⁵ Conforme dados disponibilizados pelo TSE, concorreram as eleições presidenciais no ano de 2006 os seguintes candidatos: 1- Ana Maria Rangel (PRP); 2- Cristóvam Buarque (PDT); 3- Geraldo Alckmin (PSDB); 4- Heloísa Helena (PSOL); 5- José Maria Eymael (PSDC); 6- Luciano Bivar (PSL); 7- Luiz Inácio Lula da Silva (PT) – (BRASIL, 2006?).

Nesse processo eleitoral, Lula avançou para o segundo turno, obtendo 60,83% dos votos válidos, derrotando o peessedebista católico Geraldo Alckmin (NASCIMENTO, 2019).

Gutierrez (2016) aponta que naquele ano o PRB estreou na política participando da coligação que reelegeu Lula e, no âmbito legislativo, conseguiu eleger apenas três deputados estaduais e um deputado federal – o pastor Léo Vivas. A eleição de apenas um representante da IURD para o Congresso Nacional possivelmente está relacionada ao grande impacto do Escândalo dos Sanguessugas, que desdobrou na investigação de 87 deputados federais e três senadores, incluindo parlamentares iurdianos²⁶.

Importante peça dentro dos governos Lula foi a economista Dilma Rousseff (PT/RS). Ao passar pela chefia dos ministérios das Minas-Energia e da Casa Civil, se tornou a candidata apadrinhada pelo Presidente para sucedê-lo nas eleições de 2010. Dilma era propagandeada pelo governo como a natural sucessora de Lula em razão de sua competência e trabalhos prestados ao país. Vítima dos porões da ditadura, a primeira mulher que ocuparia a presidência se ancorava nos altos índices de aprovação dos governos petistas, conforme veremos a seguir.

2.3.4 Do apoio a Dilma ao “tchau, querida”: o divórcio com Lula e o PT

No ano de 2010, Dilma Rousseff disputou as eleições contra oito oponentes²⁷. Com a promessa de continuidade dos governos de Lula, Dilma era noticiada pela mídia iurdiana como a representante da moral evangélica. A candidata avançou para o segundo turno juntamente com o católico José Serra (PSDB/SP). Jardim (2016) aponta que os veículos de comunicação da Universal eram constantemente acionados, seja para defender a candidata ou atacar seus opositores. A exemplo, o pesquisador ilustra sua pesquisa com a contracapa da edição nº 969 do jornal *Folha Universal*, onde Crivella (2010) assinou um artigo intitulado “7 razões para votar em Dilma”, explicitando o apoio da igreja a petista.

²⁶ Segundo a Revista *Veja* (2012), grande parte dos envolvidos não conseguiram se reeleger. A temática permeou a disputa eleitoral em 2006 e associava o ex-deputado Carlos Alberto Rodrigues Pinto, bispo e coordenador político da Igreja Universal como um dos líderes do esquema de corrupção na aquisição de ambulâncias com dinheiro público.

²⁷ Conforme dados disponibilizados pelo TSE, concorreram as eleições presidenciais no ano de 2010 os seguintes candidatos: 1- Dilma Rousseff (PT); 2- Ivan Pinheiro (PCB); 3- José Maria Eymael (PSDC); 4- José Serra (PSDB); 5- Levy Fidelix (PRTB); 6- Marina Silva (PV); 7- Plínio de Arruda Sampaio (PSOL); 8- Rui Costa Pimenta (PCO); 9- Zé Maria (PSTU) – (BRASIL, 2010?).

Figura 01 – As sete razões para votar em Dilma segundo Marcelo Crivella



Fonte: Crivella (2010).

Quadro 01 - As sete razões para votar em Dilma segundo Marcelo Crivella

Motivo	Justificativa
1	“Deus escolheu as coisas loucas do mundo para envergonhar as sábias e escolheu as coisas fracas para envergonhar as fortes” (Coríntios 1:27), como nas histórias do presidente Lula e do bispo Edir Macedo. Eles vieram do povo, foram julgados e perseguidos pelas elites do país e cresceram com a força do povo.
2	Dilma vai prosseguir o governo de Lula, que já tirou 24 milhões de brasileiros da pobreza. Nunca um governo conseguiu reduzir tanto a desigualdade entre ricos e pobres.
3	A população carente tem hoje mais do que comida na mesa, tem dignidade. Além da ajuda direta dos programas sociais do governo Lula, o povo ganhou emprego. Mais de 15 milhões de vagas foram criadas. Isso precisa continuar.
4	Dilma é respeitada no exterior por sua competência mostrada durante o governo Lula. Ajudou a devolver a autoestima dos brasileiros com a descoberta de novas reservas de petróleo e com as conquistas da Olimpíada e da Copa do Mundo.
5	Conhece como ninguém o PAC, que é o maior programa de obras da história do país. Nossa economia está firme. Fomos os últimos a entrar e os primeiros a sair da maior crise econômica das últimas décadas. Optar por outro candidato é correr o risco de jogar fora todas as conquistas do povo brasileiro.
6	É hora de uma mulher no governo. Tem as cicatrizes da tortura na sua luta por justiça e liberdade nos tempos da ditadura. Aprendeu na pele o que é democracia.
7	Vai governar respeitando as igrejas de todas as denominações e a liberdade de culto. Respeita os valores cristãos de defesa da vida e da família. Tem um compromisso pessoal em apoiar os ideais do Evangelho, princípio maior da Igreja Universal do Reino de Deus.

Fonte: Crivella (2010), adaptado pelo autor.

No segundo turno das eleições de 2010, Dilma obteve 56,05% dos votos válidos, derrotando o ex-governador paulista José Serra (PSDB/SP) e se tornando a primeira Presidenta do Brasil. Aponta Gutierrez (2016) que naquele mesmo ano, no âmbito legislativo, o PRB elegeu oito deputados federais, dezessete deputados estaduais e reelegeu Marcelo Crivella Senador da República.

Atendendo a uma demanda da bancada evangélica, que almejava maior espaço junto ao Poder Executivo, em 2012 Dilma Rousseff ofereceu o Ministério da Pesca e Aquicultura ao senador e bispo Marcelo Crivella, que permaneceu no posto até o ano de 2014, quando se desincompatibilizou para concorrer ao cargo de governador do Rio de Janeiro. Eduardo Lopes, pastor vinculado a IURD e suplente de Crivella no senado o substituiu no ministério até o final do mandato de Dilma Rousseff (NASCIMENTO, 2019).

Assim como nos governos de seu padrinho político, o governo Dilma foi marcado por avanços sociais e escândalos de um esquema bilionário de corrupção na Petrobras, ocorrido durante os governos petistas, que envolvia cobrança de propina de empreiteiras, lavagem de dinheiro, evasão de divisas e superfaturamentos de obras, tudo com intuito de abastecer os cofres de partidos políticos, funcionários da estatal e parlamentares. Não menos importante, no ano de 2013 o governo foi surpreendido com inúmeros protestos contra a classe política e em defesa do Poder Judiciário (OLIVEIRA & MARTINS, 2021). Mesmo com sua imagem dilacerada pela mídia e a consequente diminuição de sua popularidade, Dilma e o PT optaram por novamente submeter o nome da presidenta ao crivo dos eleitores.

No ano de 2014 onze candidatos pleitearam a cadeira principal do executivo nacional²⁸. A eleição foi marcada pelo acidente aéreo que vitimou um dos candidatos – Eduardo Campos (PSB/PE)²⁹ – e pela disputa presidencial mais acirrada desde a redemocratização. Diante do desgaste da então presidenta e da indefinição do cenário eleitoral, a IURD optou pela neutralidade (JARDIM, 2016).

O segundo turno foi disputado por Dilma Rousseff e por Aécio Neves (PSDB/MG). Dilma obteve 51,64% dos votos válidos, logrando êxito em sua reeleição. Nas redes sociais se ventilava a possibilidade de fraude no processo de totalização dos votos, razão pela qual a

²⁸ Conforme dados disponibilizados pelo TSE, concorreram as eleições presidenciais no ano de 2014 os seguintes candidatos: 1- Aécio Neves (PSDB); 2- Dilma Rousseff (PT); 3- Eduardo Jorge (PV); 4- José Maria de Almeida (PSTU); 5- José Maria Eymael (PSDC); 6- Levy Fidelix (PRTB); 7- Luciana Genro (PSOL); 8- Marina Silva (PSB); 9- Mauro Iasi (PCB); 10- Pastor Everaldo (PSC); 11- Rui Costa Pimenta (PCO) – (BRASIL, 2014?).

²⁹ Eduardo Campos (PSB) compunha a chapa com Marina Silva. Após o falecimento do candidato o PSB formou a chapa Marina Silva (PSB) e Beto Albuquerque (PSB).

coordenação de campanha de Aécio Neves formulou pedido de auditoria dos resultados (G1, 2014). Na prática, tal atitude suscitou dúvidas quanto a lisura do pleito e a integridade do TSE, instituição responsável por garantir a normalidade e transparência dos processos eleitorais no Brasil, acirrando ainda mais os ânimos entre governistas e opositores.

Não satisfeitos com a derrota nas urnas, a cúpula do PSDB protocolou uma série de ações judiciais junto ao TSE, objetivando a cassação do diploma e/ou mandato eletivo da chapa formada por Dilma Rousseff e Michel Temer. Dentre os argumentos suscitados pelos demandantes estavam supostas práticas de crimes eleitorais como abuso de poder econômico e político, ilícitos relacionados a recebimento de valores para a campanha oriundos do esquema investigado pela Operação Lava-Jato.

Embora a ação ainda estivesse tramitando na Corte Eleitoral, Dilma tomou posse para o exercício de seu segundo mandato. Novamente a presidenta deu espaço para integrantes da cúpula iurdiana, oferecendo o Ministério dos Esportes ao deputado federal e pastor George Hilton. Na época se tratava de uma pasta com grande visibilidade, tendo em vista que no ano de 2016 ocorreriam os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro (NASCIMENTO, 2019).

Oliveira e Martins (2021) rememoram que o segundo mandato de Dilma foi marcado pelo agravamento da crise política e um colapso econômico negados pela candidata durante todo o período de campanha. Ainda nos primeiros meses de mandato, Dilma era acusada pelos partidos de oposição e pela mídia de ter praticado estelionato eleitoral, ao passar aos eleitores um retrato da situação econômica muito diferente da realidade enfrentada pelo país, marcada pela queda no PIB e elevado crescimento dos índices de desemprego, impactados, inclusive, pelos desdobramentos da Operação Lava-Jato, que culminaram na anulação de contratos com a iniciativa privada para realização de obras públicas.

Os processos contra a chapa Dilma e Temer caminhavam a vagarosos passos junto à Corte Eleitoral. Todavia a pressão midiática e o descrédito da população nas instituições políticas afetavam significativamente a popularidade da presidenta. Diversos pedidos de *impeachment* foram protocolados no Congresso Nacional na tentativa de destituir Dilma, porém o seu maior alzo foi o peemedebista Eduardo Cunha (DIP, 2018).

Eduardo Cunha (PMDB/RJ) se elegeu presidente da Câmara dos Deputados com o apoio de parlamentares do “Centrão” e da bancada evangélica, sem o aval do Palácio do Planalto. No ano de 2016 o deputado respondia a um processo no Conselho de Ética por suposta cobrança de propina para facilitar a exploração de petróleo pela Petrobrás na África (NASCIMENTO, 2019). Frente à iminência da cassação de seu mandato, tentou articular com parlamentares petistas votos para sua absolvição, não logrando êxito na empreitada. Como

medida de retaliação, Cunha acolheu a denúncia formulada pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Jr. e Janaína Paschoal por supostos crimes de responsabilidade contra a Lei Orçamentária praticados por Dilma (JANUARY JÚNIOR, 2015).

Através da articulação de Cunha com partidos de oposição e do “Centrão”, no dia 17 de abril de 2016 a Câmara dos Deputados autorizou a abertura do processo de *impeachment* da presidenta por 367 votos favoráveis, 137 contrários e 05 abstenções/ausências. Dilma foi, então, afastada até o julgamento que ocorreria pelo Senado Federal em 31 de agosto daquele ano. Tanto no Congresso Nacional quanto nas ruas e nas redes sociais parlamentares opositoristas ao governo e cidadãos favoráveis ao afastamento da presidenta propagandeavam o slogan “tchau, querida”, em alusão a uma fala do ex-presidente Lula com Dilma em uma conversa telefônica interceptada pela Operação Lava-Jato e publicizada pelos principais canais de comunicação naquele ano³⁰.

Diferentemente do procedimento que destituiu Collor da presidência, no processo envolvendo Dilma houve o fatiamento da votação, ou seja, primeiramente os senadores deliberaram sobre a cassação, e posteriormente deliberaram sobre a suspensão dos direitos políticos da presidenta afastada. Dilma recebeu 61 votos favoráveis à sua cassação e 20 contrários, não houve abstenções/ausências naquela votação. Posteriormente, os senadores votaram favoravelmente à manutenção dos direitos políticos da ex-presidenta³¹.

Em reportagem veiculada na época, Marcos Pereira, presidente do PRB, afirmou que os vinte e dois deputados federais de seu partido e o senador Marcelo Crivella haviam decidido, por unanimidade, votar a favor do afastamento de Dilma (G1, 2016). Era o desembarque dos parlamentares iurdianos de um governo que estava se esfacelando. Pereira, além de uma importante liderança dentro da Universal, foi funcionário da *TV Record*, emissora de Edir Macedo (GUTIERREZ, 2016).

No mesmo dia da votação do *impeachment* no Senado, Michel Temer (PMDB/RJ) foi chamado ao Congresso Federal para prestar o juramento constitucional e assumir definitivamente a presidência do Brasil. Todavia, é importante destacar que ainda pairava sobre

³⁰ No dia 16 de março de 2016, o juiz Sergio Moro retirou o sigilo de uma interceptação telefônica do ex-presidente Lula com a presidenta Dilma. Visando tirar Lula da jurisdição do magistrado, a presidenta enviou através de um emissário o termo de posse do petista como Ministro da Casa Civil. Na qualidade de ministro, Lula passaria a ter foro privilegiado e só poderia ser julgado pela Corte do STF. Em decisão monocrática do Ministro do STF Gilmar Mendes, houve a suspensão da nomeação, sob a alegação de desvio da finalidade do ato administrativo (NASCIMENTO, 2019).

³¹ Sob minha ótica, o fatiamento da votação está em desconformidade com a redação dada ao artigo 52, parágrafo único da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, uma vez que se trata de pena cumulativa, e não alternativa ou acessória.

o presidente empossado incertezas sobre a sua situação política. As ações judiciais almejando a cassação da chapa Dilma-Temer ainda tramitavam perante o TSE.

Com o embarque do PSDB no governo de Temer, a cúpula do partido cogitou desistir dos processos, todavia, por se tratar de ações cuja intervenção do Ministério Público é obrigatória, ainda que desistissem da ação o Procurador Geral de Justiça assumiria a titularidade das demandas. No dia 09 de junho de 2017, em apertada votação (4x3), o plenário da Corte Eleitoral julgou improcedentes as acusações de abuso de poder econômico e político atribuídas a chapa Dilma-Temer (FUERWERKER, 2018).

Destaco que tanto o PRB quanto a Universal embarcaram no governo tampão de Michel Temer (PMDB/SP), sucessor de Dilma Rousseff. Prova disso foi o convite feito a Marcos Pereira para ocupar o ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, cargo que exerceu entre os anos de 2016 e 2018. O iurdiano chefiou a pasta pelo período de dois anos, pedindo demissão em janeiro de 2018 após ter seu nome mencionado nas investigações da Operação Lava-Jato. Pairavam sobre o Pereira acusações de ter solicitado e recebido dinheiro ilegal para cobrir gastos referentes a campanha de 2014 (NASCIMENTO, 2019).

Para Almeida (2019) os protestos de rua em junho de 2013, a crise política e econômica agravada após as eleições de 2014, o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff em 2016 e os sucessivos escândalos de corrupção envolvendo diversos partidos políticos culminaram no fortalecimento da nova direita no Brasil, cujas principais bandeiras são o liberalismo econômico e o conservadorismo nos costumes. Não menos importante, os evangélicos, especialmente os pentecostais conservadores, se consolidaram como novos atores políticos no cenário brasileiro, se enveredando por duas frentes: a demonização da esquerda política, que luta pelos direitos das minorias, e a consolidação de uma direita cristã conservadora, que brada em defesa da estrutura familiar heteronormativa (CARRANZA, 2020).

Ante ao exposto, procurei neste primeiro capítulo explicar sobre a presença da religião no espaço público, com especial ênfase na atuação midiática e eleitoral da IURD nas últimas décadas. Tendo em vista que a este trabalho centra esforços em compreender a atuação da igreja durante o pleito de 2018, no capítulo seguinte passarei a analisar o discurso político institucional estampado nas páginas do semanário *Folha Universal*.

3 ANÁLISE DOS DISCURSOS POLÍTICO/ELEITORAIS NA *FOLHA UNIVERSAL* AO LONGO DE 2018

Partindo da premissa de que o ser humano é, por natureza, um ser comunicativo que se expressa através da linguagem, Costa (2012) sustenta que todo discurso se manifesta através de um texto, ou seja, de um conjunto de regras organizadas e estruturadas segundo as normas da língua, podendo se apresentar na forma oral, escrita ou simbólica. Nessa perspectiva, o discurso pode ser melhor compreendido como a palavra em movimento, dotada de sentido e capaz de mediar as relações sociais, oportunizando tanto a continuidade quanto a transformação do homem e da sociedade que o circunda, uma vez que sua produção está calcada em diversos processos histórico-sociais e ideológicos, estando envolto a paixões, crenças, e visões de mundo individuais e/ou coletiva. É através do discurso que os interlocutores buscam convencer os espectadores acerca do ponto de vista que manifestam, produzindo sentidos para quem os interpreta (ORLANDI, 2020).

É importante ressaltar que os discursos não se resumem a manifestações individuais, pois são também construídos para exprimir os interesses institucionais, ou seja, de organismos socialmente criados com intuito de promover a integração dos sujeitos em prol de se alcançar objetivos em comum. Nesse sentido, urge destacar que a IURD, enquanto instituição religiosa formada por um corpo de bispos, pastores e obreiros sob o comando de Edir Macedo, utiliza não apenas dos púlpitos de seus templos, mas de toda sua estrutura midiática preparada para divulgar não apenas os preceitos teológicos de sua igreja, mas interferir também na tomada de decisões cotidianas daqueles que se deixam influenciar por seu discurso.

Dito isso, e considerando a pretensão de estudar as relações entre religião e política no Brasil contemporâneo – especificamente a atuação política/eleitoral da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) via jornal *Folha Universal* – em 2018, optei pela realização da análise discursiva dos principais textos publicados pelo semanário naquele ano. Este recorte é sustentado pelo conceito de “tempo da política” (HEREDIA & PALMEIRA, 2006), período em que a política deixa de ser atividade exclusiva de mandatários de cargos eletivos e partidos, e passa a ser parte integrante da vida cotidiana da população, sendo frequentemente abordada nas mídias, nas redes sociais e nas rodas de conversas. É o momento em que os cidadãos dedicam maior tempo para refletir o grau de satisfação com os agentes políticos e discutir os rumos que o próximo governo precisa tomar, expondo pontos de vistas e analisando as diferentes propostas dos candidatos para temas como saúde, educação, segurança pública, economia, geração de emprego, dentre outras pautas.

Conforme relatado no capítulo anterior, a *Folha Universal* é a mídia escrita oficial da IURD, criada no ano de 1992. Atualmente é um jornal composto por 32 páginas coloridas e diagramadas em formato tabloide. O semanário é impresso em gráficas pertencentes à IURD e distribuído gratuitamente, seja nos templos iurdianos ou nos trabalhos de evangelização realizados pelos obreiros em comunidades carentes, presídios e hospitais (CONRADO, 2000; NASCIMENTO, 2019).

Especificamente no ano de 2018 foram publicadas 51 edições do jornal³². Segundo informações extraídas das capas da *Folha Universal*, o tabloide contou com tiragens semanais próximas a 1.850.000 de unidades, todavia se trata de número exclusivamente informado pela IURD, não se tendo conhecimento se o semanário religioso se submete a processos de auditoria por empresas especializadas, uma vez que tal informação não está presente no corpo do jornal e nem mesmo no site oficial da igreja. Dentre a bibliografia levantada, também não consta informações sobre a submissão do periódico iurdiano a processos de checagem externas.

Importante salientar que em 2017 e 2019, anos tidos como “não-eleitorais”, o jornal manteve tiragens próximas ao quantitativo de 2018. Assim, tendo como base apenas os números estampados nas capas do tabloide, observamos que em 2018 a IURD não majorou a impressão por se tratar de ano eleitoral.

Também não consta nas páginas do jornal ou no site oficial da igreja informações acerca dos valores gastos e a fonte de custeio para a publicação das edições. Acredita-se que o financiamento da produção possa vir tanto de empresas vinculadas a Edir Macedo, como de anunciantes parceiros da cúpula da instituição religiosa. Nas edições estudadas é possível identificar a divulgação de livros religiosos publicados por pastores da igreja pela Editora Unipro, chamadas sobre conteúdos disponíveis na plataforma de *streaming* Univer Vídeo, e imagens de itens gospels comercializados pela empresa ArcaCenter, tida como loja oficial da Universal. Ainda é possível encontrar propagandas de outras empresas, como a fabricante de calçados masculinos Jota Pé, a construtora MRV, o banco virtual Digi+ e a instituição de ensino Universidade Brasil.

³² Insta destacar que no dia 03/06/2018 o jornal não publicou um novo exemplar, distribuindo naquela semana a Edição do semanário nº 1.364, que deveria ter sido distribuída na semana de 27/05/2022 a 02/06/2022. Na Edição nº 1.365, a IURD explicou ter enfrentado problemas para distribuir o semanário em virtude da Greve dos Caminhoneiros que assolou o país. Naquela oportunidade os caminhoneiros paralisaram suas atividades por dez dias e obstruíram as rodovias como forma de protesto pelo frequente aumento nos combustíveis. O movimento ocasionou a escassez de alimentos, medicamentos e combustíveis, levando à suspensão das aulas em diversas escolas e à paralização das atividades de diversas empresas. O governo precisou negociar com os líderes do movimento, reduzindo o preço dos combustíveis e demitindo o presidente da Petrobras, na época Pedro Parente, enquanto Ivan Monteiro assumia a presidência da empresa (UOL, 2018).

Como tantos outros jornais, a *Folha Universal* também adota uma divisão interna em seções. Essa estratégia editorial tende a contribuir para uma melhor organização dos temas tratados, bem como busca facilitar o direcionamento do leitor para o conteúdo de seu interesse. Naquele ano de 2018 o jornal era formado por diversas seções, sendo as principais apresentadas no quadro abaixo:

Quadro 02 - Principais seções do jornal *Folha Universal* no ano de 2018

Seções	Conteúdo
<i>Opinião</i>	Reservado à “Mensagem do Bispo Edir Macedo”, cujo foco é transmitir ensinamentos religiosos aos leitores, o “Editorial” versa sobre assuntos variados; e “Seus Comentários” é um espaço destinado para participação dos leitores.
<i>Templo de Salomão</i>	Dedicada promoção dos cultos no templo-sede da igreja.
<i>Godllywood</i>	Voltada para o público feminino da igreja.
<i>Projeto Intellimen</i>	Cujo foco é o aprimoramento do homem cristão.
<i>Espaço do Presidiário</i>	Busca divulgar os trabalhos de evangelização da população carcerária.
<i>Cura</i>	Dedicada a testemunhos de fé de pessoas que superaram enfermidades.
<i>Sucesso Financeiro</i>	Voltada à promoção do empreendedorismo e dicas de superação de problemas econômicos.
<i>Panorama</i>	Utilizado para abordar assuntos cotidianos diversos.
<i>Capa</i>	Utilizada para explorar as pautas estampadas na primeira página do semanário iurdiano.
<i>Lições de Fé</i>	Seção que estimula o uso dos princípios religiosos iurdianos no cotidiano.

Fonte: elaborado pelo autor (2021).

Destaco que não havia nas edições estudadas uma seção dedicada exclusivamente para política. Mas, durante aquele ano de 2018, o jornal abordou a temática em diferentes espaços, principalmente nos Editoriais e nas seções Panorama e Capa. É importante rememorar que a *Folha Universal* possui certa tradição em manifestar o posicionamento político da igreja, tendo mobilizado conteúdos tanto a favor de determinados candidatos, como ocorreu com Dilma Rousseff em 2010, quanto contra, buscando macular as imagens de outros candidatos não simpáticos à cúpula da igreja, como ocorreu com Lula no ano de 1994 (NASCIMENTO, 2019).

Considerando a realização de estudos prévios envolvendo essa fonte primária de pesquisa, optei por continuar a adotar a mesma metodologia de organização dos jornais, tendo como referência o calendário oficial do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)³³. Nesse sentido, cumpre destacar que a justiça especializada em organizar e fiscalizar a regularidade das eleições no Brasil divide o ano eleitoral em três diferentes períodos, a saber:

³³ Resultados preliminares desta pesquisa, tendo como base a mesma metodologia de organização dos jornais, foram apresentados via artigo intitulado “O discurso eleitoral da Igreja Universal do Reino de Deus e a ascensão de Bolsonaro”, publicado pela Revista Plural (USP), v.28, n. 01, 2021.

Quadro 03 - Divisão do ano eleitoral em períodos de acordo com o TSE

Período	Descrição
Pré-eleitoral	Inicia-se no primeiro dia do ano e finda na data para o registro de candidaturas junto ao Tribunal Eleitoral competente. Durante esse período é vedado o pedido expresso de voto, podendo os pretensos candidatos apenas manifestar publicamente o interesse em concorrer às eleições. É o período em que ocorre a Pré-campanha. No ano de 2018 o período pré-eleitoral se findou em 15 de agosto daquele ano, término do prazo para o registro de candidatura pelas agremiações partidárias.
Eleitoral	Começa no dia posterior a data limite para o registro de candidaturas perante o Tribunal Eleitoral competente, e finda com a proclamação dos eleitos. É o momento em que as agremiações partidárias e os candidatos assumem uma postura mais efetiva na conquista do eleitorado, realizando atos oficiais de campanha e participando de eventos públicos com intuito de angariar votos e apoio político. Subdivide-se em: <u>Primeiro Turno:</u> de 16 de agosto até 07 de outubro daquele ano; <u>Segundo Turno:</u> de 08 de outubro até 28 de outubro daquele ano.
Pós-eleitoral	Inaugura no primeiro dia após a proclamação dos eleitos, se estendendo até o dia 31 de dezembro, último dia do ano. É nesse período em que ocorre a diplomação dos eleitos e a transição de governo.

Fonte: elaborado pelo autor (2021).

Importante destacar que a adoção dessa metodologia tem como principal vantagem evidenciar possíveis oscilações e intensificações no posicionamento da IURD sobre determinados temas ou candidatos à medida com que o cenário eleitoral foi se desenhando naquele ano de 2018, o que pode nos levar a identificar se o posicionamento político institucional iurdiano tende a ter caráter puramente ideológico ou se perfaz de certo pragmatismo. Após delimitar os períodos procurei identificar a quantidade de edições publicadas em cada um deles, chegando aos resultados demonstrados abaixo:

Tabela 01 - Quantidade e percentual de edições da *Folha Universal* publicadas no ano de 2018 em cada período

Período	Quantidade de Edições publicadas no período	Percentual (%)
Pré-eleitoral	31	60,78
1º Turno	7	13,72
2º Turno	4	7,85
Pós-eleitoral	9	17,65
Total	51	100,00

Fonte: elaborado pelo autor (2021).

Apurado o quantitativo de jornais publicados em cada um dos períodos delineados anteriormente, iniciei a leitura dos textos contidos nos jornais. Por se tratar de um periódico extenso e que a cada edição aborda diversos temas, o maior desafio foi filtrar os textos de cunho político/eleitoral. Através da leitura preliminar de todo o material empírico coletado identifiquei, a princípio, 97 textos entre editoriais e matérias.

Em sua essência, o editorial consiste em um pequeno artigo que busca exprimir o posicionamento da empresa jornalística sobre determinado tema, motivo pelo qual normalmente não recebe a assinatura de um colunista específico. Dessa forma, o editorial da *Folha Universal* tende a publicizar a posição da IURD sobre diferentes temáticas, o que em anos eleitorais inclui a política. Através da tabela apresentada abaixo podemos verificar a quantidade de editoriais de cunho político/eleitoral publicados em cada período³⁴:

Tabela 02 - Número de editoriais de cunho político/eleitoral publicados em cada período pela *Folha Universal* em 2018

Período	Número de Editoriais de cunho político/eleitoral	Número de Edições
Pré-eleitoral	18	31
1º Turno	7	7
2º Turno	4	4
Pós-eleitoral	5	9
Total	34	51

Fonte: elaborado pelo autor (2021).

Além dos editoriais, o jornal publicou cerca de 63 matérias³⁵, assinadas por diferentes colaboradores, com pautas dos mais variados assuntos explícita/implicitamente relacionados ao pleito eleitoral de 2018. Apresento na tabela abaixo o número de publicações dessas matérias em cada um dos períodos:

Tabela 03 - Número de matérias de cunho político/eleitoral publicadas em cada período pela *Folha Universal* em 2018

Período	Número de matérias de cunho político/eleitoral	Número de Edições
Pré-eleitoral	12	31
1º Turno	37	7
2º Turno	9	4
Pós-eleitoral	5	9
Total	63	51

Fonte: elaborado pelo autor (2021).

³⁴ Informações complementares como o título, página e edição em que os textos editoriais foram publicados podem ser obtidas em consulta ao Apêndice A - Relação de Editoriais de cunho político/eleitoral publicados pelo jornal *Folha Universal* no ano de 2018.

³⁵ Informações complementares como o título, página e edição em que as matérias foram publicadas podem ser obtidas em consulta ao Apêndice B - Relação de Matérias de cunho político/eleitoral publicados pelo jornal *Folha Universal* no ano de 2018.

Destaco que, mesmo após essa filtragem, a grande quantidade de textos encontrados me levou a selecionar somente aqueles cujo conteúdo poderia, em tese, ter o condão de interferir na opinião de voto dos leitores. Dessa forma, abri mão de trabalhar com as composições que se resumiram a explicar a função dos agentes políticos, o funcionamento das urnas, e as nuances do regramento eleitoral vigente.

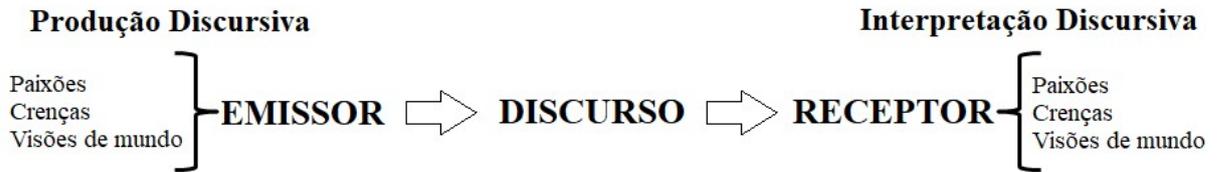
É sabido que a análise de discursos institucionais não se exaure com o simples estudo de um ou mais textos, mas carece de compreensão da lógica de funcionamento dessas instituições para uma correta identificação dos interesses que permeiam os discursos. Por esse motivo, utilizei o primeiro capítulo dessa dissertação para abordar a história e trajetória da Igreja Universal, com especial destaque em sua atuação religiosa, midiática e política ao longo das últimas décadas.

Não menos importante, além da compreensão da lógica de funcionamento institucional, se faz necessária a utilização de ferramentas metodológicas como instrumentos capazes de pavimentar o caminho da análise de discursos. Nesse sentido, optei por dois autores vinculados à escola francesa, a saber: Michel Pêcheux e Michel Foucault.

Tido como um dos precursores na Análise do Discurso, Pêcheux (2015) buscou associar seus estudos à teoria marxista do materialismo histórico, ou seja, à noção de que a organização da sociedade e seus processos históricos perpassam pela capacidade de produção material e pelo processo de interação entre as classes dominantes e dominadas. Nessa perspectiva, o filósofo francês lançou a ideia de que todo o processo discursivo se insere numa relação intraclasses e/ou interclasses, sendo construído e interpretado de acordo com os valores e as condições sócio-históricas, e estando propenso a permanecer em consonância com a formação ideológica da sociedade em que se está inserido. Assim, parto da premissa de que todo discurso estampado nas páginas do jornal *Folha Universal* se encontra imerso na ideologia da própria instituição, ou seja, envolto em um arcabouço de valores, crenças, sentimentos e opiniões produzidas e disseminadas pela cúpula da IURD, acatada por significativa parcela de sua membresia e criticada por aqueles que não compartilham do mesmo ponto de vista da igreja.

Avançando na teoria de Pêcheux (2015), o autor sustenta que todo discurso envolve pelo menos dois sujeitos, o Emissor (aquele que constrói o discurso) e o Receptor (aquele recebe o discurso), ambos dotados de crenças e visões de mundos próprias que interferem na elaboração do conteúdo a ser transmitido e no modo como o conteúdo será interpretado. Vejamos a figura a seguir:

Figura 02 - Produção e Interpretação Discursiva sob a ótica de Michel Pêcheux



Fonte: Pêcheux (2015), adaptado pelo autor.

Frente aos apontamentos tecidos acima, se conclui que a *Folha Universal* é o canal pelo qual o discurso circula, tendo como Emissor a própria instituição religiosa, que se manifesta através de seus prepostos, ou seja, de pessoas legitimadas a representá-la, como o corpo editorial e os colunistas do jornal; e como Receptores os leitores que consomem o material produzido pela igreja.

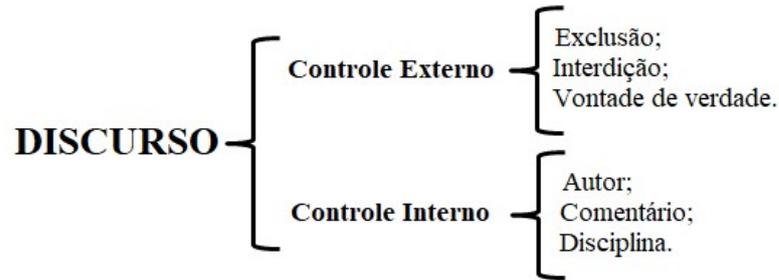
Estabelecido os agentes envolvidos no processo de produção e interpretação dos discursos, Pêcheux (2015) esclarece que prática discursiva não se resume a um mero processo de transmissão e decodificação de informações, pelo contrário, envolve um complexo sistema de identificação, argumentação, subjetivação e construção da realidade, capaz de dotar de sentido tanto o que se fala/escreve quanto o que se escuta/lê. Nesse sentido, cabe aos analistas identificarem as condições de produção, o modo como se diz e suas possíveis interpretações a fim de compreender a intencionalidade dos sentidos ali produzidos.

Assim, a formação do discurso ainda perpassa por dois importantes conceitos: o Interdiscurso e o Intradiscurso. Enquanto o primeiro pode ser compreendido como algo preexistente ao que se pretende dizer, que aciona em nossa memória elementos que nos remete a um dado contexto social, histórico, ideológico e simbólico, o segundo pode ser entendido como o que está sendo propriamente dito, o contexto imediato da mensagem apresentada ao Receptor.

Outro importante estudioso no âmbito da Análise do Discurso é Michel Foucault. É válido ressaltar que sob a ótica de seus trabalhos toda e qualquer produção discursiva tende a se ordenar de forma a valorizar e reforçar o poder-saber daqueles que as professam. Assim, os indivíduos que discursam tendem a se impor como detentores da verdade. Foucault destaca, ainda, a existência de dois tipos de discursos: os corriqueiros e os cristalizantes. Os corriqueiros são aqueles que se exaurem com a concretização do ato de quem os pronunciou; os cristalizantes são aqueles que se perpetuam ao longo do tempo, “são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer” (FOUCAULT, 2014, p. 21), servindo de base para outros discursos que os retomam de forma a reproduzi-los ou transformá-los.

Embora os discursos sejam inerentes à capacidade humana de concatenar pensamentos e exprimi-los aos seus semelhantes, Foucault (2014) reconhece que os indivíduos, enquanto seres sociais, não podem dizer indiscriminadamente tudo o que pensam e assim considera que a produção discursiva está submetida a Mecanismos de Controle do Discurso, conforme apresentado na figura abaixo:

Figura 03 – Mecanismos de Controle do Discurso sob a ótica de Michel Foucault



Fonte: Foucault (2014), adaptado pelo autor.

Ao explicar os Mecanismos de Controle Externos, Foucault (2014) tece que partem das pessoas que recebem os discursos, e, portanto, devem ser levados em consideração de antemão pelos emissores a fim de ganharem adesão. O intelectual francês destaca a existência de três diferentes mecanismos, a saber: Exclusão, Interdição e de Vontade de Verdade. Para o autor, no processo de Exclusão o receptor tende a afastar, ignorar e/ou anular a existência de posições antagônicas a suas convicções. Dessa forma, o emissor deve se atentar para o posicionamento do público no momento da construção discursiva, evitando, assim, a rejeição da mensagem. A Interdição perpassa pela definição do que pode ser dito e o que é proibido de se dizer em dada circunstância, e por quem pode ser dito. Dessa forma, o emissor deve se preocupar não apenas com o conteúdo do discurso, mas com a legitimidade dada pelos receptores a quem o profere. Por fim, a Vontade de Verdade diz respeito à pressão e coerção social exercidas por grupos sobre os indivíduos para que os discursos sejam construídos em torno daquilo que esses grupos estabelecem arbitrariamente como “verdades”. Assim, o emissor deve elaborar seus discursos de forma a se aproximar ao máximo dos valores, crenças, sentimentos e opiniões dos receptores.

Já acerca dos Mecanismos de Controle Interno, Foucault (2014) esclarece que estes partem dos próprios discursos, destacando a existência de três diferentes tipos: Autor, Comentário e Disciplina. O Autor deve ser entendido para além do indivíduo que pronuncia ou escreve determinado texto, mas como aquele sujeito que agrupa e ordena um conjunto de ideias e conhecimentos dotados de significações, tendo como foco a transmissão de uma mensagem

coerente. Assim, no caso da *Folha Universal*, o corpo editorial e os colunistas do jornal devem estruturar seus discursos tendo em mente que falam em nome da IURD, transmitindo uma mensagem de acordo com os preceitos e opiniões da igreja. O Comentário diz respeito ao desnível entre um ou mais textos do passado e o texto do presente, proporcionando a construção de um discurso capaz de reatualizar o que já foi dito e evidenciar o que está implícito nos textos do passado, ou seja, no caso do tabloide iurdiano os redatores devem se atentar a discursos anteriores, de modo a validar e respaldar aquilo que se pretende transmitir. Já a Disciplina diz respeito à obediência das crenças, princípios e valores durante a elaboração dos discursos, de forma a disseminar fidedignamente a ideologia do emissor, no caso da *Folha Universal*, e as convicções iurdianas.

Ainda há, para Foucault (2014), discursos elaborados para circular de forma restrita entre um grupo, o qual ele denomina de “sociedades de discurso”, e discursos que são formulados para circular de forma irrestrita entre grupos, a fim de alcançar o maior número de pessoas possíveis, o que ele nomeia de “doutrinas”. Nesse sentido, as doutrinas (religiosas, políticas, filosóficas, científicas) são de suma importância, pois elas norteiam diuturnamente as relações sociais cotidianas, reverberando na construção de discursos capazes de interferir na ação e na opinião dos indivíduos.

Tenho ciência de que a análise do jornal por si só não esgotará os discursos iurdianos, todavia acredito ser esse um importante veículo norteador das pregações dos pastores da instituição, evidenciando os principais posicionamentos discursivos da igreja sobre assuntos do cotidiano, razão pela qual não pode ter sua importância menosprezada pelo meio acadêmico. Assim, me valerei dos autores mencionados como pano de fundo para analisar os discursos político/eleitorais publicados na mídia impressa iurdiana, tendo como unidades de análise pequenas sínteses textuais construídas a partir de alguns dos textos estampados no semanário *Folha Universal*.

3.1 PERÍODO PRÉ-ELEITORAL

Entende-se como período pré-eleitoral todo aquele que antecede o registro de candidaturas junto ao Tribunal Eleitoral competente, sendo o momento em que os candidatos manifestam o interesse em disputar um cargo eletivo. Embora seja vedado o pedido expresso de votos, é uma época de grande importância para os partidos políticos e para os pretensos candidatos, pois ali se intensifica o contato com os eleitores e a exposição na mídia, se escuta as demandas da população, e se constrói o Plano de Governo, documento que deve ser

registrado na Justiça Eleitoral. Também é nesse período que os partidos negociam, nos bastidores, apoios e avaliam a conveniência de candidaturas próprias ao Poder Executivo. Via de regra, tende a se apresentar como o período mais longo do calendário em ano eleitoral, contando com cerca de 32 semanas.

Ao analisar as 31 edições semanais publicadas durante o Período Pré-eleitoral, é possível identificar a existência de 18 editoriais e 12 notícias de cunho político/eleitoral, todavia devido à extensa quantidade de material, optei por analisar especificamente 13 textos. Observei uma preocupação do jornal em informar os fiéis acerca da estrutura política instituída, bem como conscientizá-los sobre a importância do voto como instrumento capaz de tornar o país um lugar melhor para se viver. Temáticas como o combate ao extremismo político, Fake-news, o papel do Estado na economia e a exaltação de políticos do PRB foram recorrentes nas edições estudadas.

3.1.1 Extremismo Político

A expressão “Extremismo Político”, explorada pelo semanário iurdiano no período pré-eleitoral, pode ser associada à doutrinas ou projetos políticos que preconizam soluções extremas no enfrentamento dos problemas que assolam a sociedade, recusando negociações e prezando pela inflexibilidade de seus objetivos (BELLIGNI, 1986). Quando referido a posições adotadas por um movimento ou grupo político, o termo possui uma conotação pejorativa, assumindo o papel de categoria acusatória que indica a tendência a um comportamento que rejeita as regras de uma comunidade política, procurando transformá-la abruptamente e de forma não democrática. Assim, o extremismo foi adotado em diferentes lugares e ocasiões, por diversos movimentos sociais e políticos, de diferentes orientações ideológicas, principalmente em épocas conturbadas de intensa mobilização social e de profundas transformações econômicas e institucionais (BELLIGNI, 1986).

Durante o período pré-eleitoral de 2018, o jornal abordou o assunto em três diferentes momentos. Inicialmente a temática foi abordada em texto publicado na edição nº 1.346, em meia página, na seção Opinião, especificamente no espaço reservado ao Editorial. O jornal foi distribuído para os leitores entre os dias 21 e 27 de janeiro de 2018. Segundo informações contidas na capa do jornal, a tiragem do semanário naquela semana alcançou o número de 1.854.875 unidades. Vejamos:

Síntese 01

No editorial intitulado “*A importância do Parlamento*”, o jornal destaca que o Congresso brasileiro é um local de representatividade e pluralidade e que a escolha de representante deve sempre ser pautada pelo pensamento crítico e responsabilidade. Destaca que “conhecer o candidato, suas ideias, seus compromissos, sua vida anterior é importante para medir se ele está apto a encaminhar nossas demandas no Congresso. Além dessa relevância, ele [o Congresso] também é fundamental por representar um equilíbrio entre as propostas das diversas candidaturas, evitando-se extremistas e aventureiros, uma vez que, para atingir um cargo público, esses candidatos têm que passar pelo pleito, pelo exame decisivo de milhões de votantes”. Reforça que governos ditatoriais não se consolidam sem menosprezar o Parlamento, uma instituição que tem como essência a expressão dos interesses populares. Alerta aos leitores para fazerem boas escolhas e não confiarem em candidatos extremistas e aventureiros, uma vez que as decisões do Congresso reverberam cotidianamente na vida dos cidadãos e no país.

Fonte: A importância (2018), sintetizado pelo autor.

A segunda vez que o assunto foi abordado foi em texto publicado na edição nº 1.347, também em meia página, na seção Opinião, em área destinada ao Editorial. O jornal foi distribuído para os leitores no período de 28 de janeiro a 03 de fevereiro de 2018. Informações extraídas da capa do jornal apontam que a tiragem de impressões naquela semana foi de 1.854.875 unidades. Vejamos:

Síntese 02

No editorial intitulado “*Toda forma de radicalismo atenta contra a democracia*”, o jornal reforça a ideia de combate ao extremismo, afirmando que os movimentos radicais são fruto de frustrações da população com a economia e com os políticos. Destaca que “regimes políticos que cedem à tentação das ideias extremistas se bloqueiam para o diálogo” e que “a grande questão é que discursos extremos são totalizantes. Isto é, eles se bastam”. Pontua a necessidade de se manter um Parlamento representativo, aberto ao diálogo e capaz de garantir os direitos das minorias, pois “apesar do endurecimento do jogo democrático assistido nos últimos anos, o Brasil não deve perder a disposição para o diálogo e para a composição de interesses maiores”.

Fonte: Toda (2018), sintetizado pelo autor.

A terceira oportunidade em que o assunto foi explorado foi na edição nº 1.357, novamente em texto de meia página, na seção Opinião, no espaço Editorial. O jornal foi distribuído para os leitores no período de 08 e 14 de abril de 2018. Segundo informações contidas na capa do jornal, a tiragem naquele período chegou a 1.857.375 unidades. Vejamos:

Síntese 03

No editorial intitulado “*Você teria condições de escolher o capitão da seleção do Brasil? E o presidente?*”, o jornal destaca que a Copa do Mundo já se aproximava e que o Brasil é declaradamente o país do futebol. Entretanto, além de 2018 ser um ano de Copa, era também o ano das eleições. Diferentemente da Copa, as eleições não valem apenas como um título, seus resultados impactam o futuro do país e podem melhorá-lo. O editorial salienta que “em um time de futebol, é escolhido como capitão aquele jogador que tem uma maior capacidade de liderança dentro do elenco”, que “assim como o capitão, o presidente que assumir o Brasil em 2019 deverá ter pulso firme, pois a capacidade de mediar conflitos será bastante cobrada de quem almeja este cargo” e que “o que se pode concluir é que o perfil do novo presidente está bem distanciado dos discursos extremistas”. Ressalta que a cada quatro anos é transferida ao eleitor a capacidade de ser o técnico da seleção e escolher o capitão que carregará a faixa presidencial. Explica que a população espera um governante que se valha do diálogo para investir no social e garantir estabilidade econômica, que são bandeiras historicamente vinculadas a ideologias distintas (esquerda e direita). Finaliza dizendo que cabe ao capitão erguer a taça ao final de um campeonato, e que a taça que cabe ao presidente levantar ao final de seu mandato é entregar um país economicamente estável, sem crises e impasses ao seu sucessor.

Fonte: Você (2018), sintetizado pelo autor.

Através das três sínteses apresentadas é possível verificar que o jornal se preocupou em externalizar sua posição ideológica favorável à democracia representativa, ou seja, ao regime político em que o poder se concentra na mão dos cidadãos que o exerce através de representantes alçados por meio do voto direto, secreto e igualitário. Essa posição se encontra intrínseca a história da própria IURD, que viu na eleição de membros da igreja uma forma de garantir o funcionamento da instituição e de ter voz nos parlamentos, principalmente para frear o avanço de pautas tidas como ofensivas aos preceitos morais dos evangélicos.

Intradiscursivamente o jornal privilegiou a necessidade de os eleitores avaliarem bem as propostas de seus candidatos para não elegerem políticos aventureiros ou que não fossem abertos ao diálogo, e que a eleição de políticos com esse perfil seria um atentado contra a democracia. Destacou a importância do Congresso brasileiro e do chefe do Poder Executivo, e que a escolha de seus ocupantes por parte dos eleitores deveria sempre ser pautada pelo pensamento crítico e pela responsabilidade, evitando assim a eleição de políticos ditos extremistas.

Ao se valer da categoria dos extremistas, interdiscursivamente o tabloide buscou acionar elementos histórico-sociais sobre a Ditadura Militar brasileira, compreendida entre os anos de 1964 e 1985. Naquele tempo o país viveu um regime de exceção chefiado por militares, caracterizado pelo fim de eleições diretas para Presidente da República, fechamento do Congresso Nacional, extinção do pluripartidarismo, suspensão de direitos políticos, censura ao direito à livre manifestação, prisões arbitrárias e torturas, inclusive resultando em mortes misteriosas e no desaparecimento de diversos presos tidos como subversivos da ordem pública (FICO, 2004). O semanário iurdiano fazia questão de frisar que a ascensão de regimes

ditatoriais perpassa pelo enfraquecimento do Congresso Nacional, *locus* de fiscalização dos atos do Executivo e palco de importantes disputas sobre questões fundamentais para o cotidiano do país e seus cidadãos.

Dentre as classificações dos discursos trazidas por Foucault (2014), os editoriais apresentados se enquadram como discurso já cristalizado nas sociedades democráticas, e foi reproduzido no jornal em ano eleitoral a fim de reforçar a necessidade dos leitores de se atentarem sobre a vida pregressa e as propostas dos candidatos. Trata-se de um discurso em consonância com os valores democráticos da instituição religiosa, e que é reatualizado periodicamente, principalmente em anos eleitorais.

É importante termos em mente que no ano de 2018 pesquisas apontavam uma descrença por parte da população nas instituições políticas³⁶, fruto do envolvimento de parlamentares e lideranças partidárias em esquemas de corrupção investigados pela Operação Lava-Jato. Nesse sentido, personalidades da TV, do setor empresarial e do poder judiciário manifestavam o desejo de ingressar na política com a promessa de solucionar os inúmeros problemas que assolam o Brasil. Todavia era clarividente a preocupação da classe política e de estudiosos (principalmente cientistas sociais e economistas) sobre os efeitos negativos que a eleição de *outsiders*³⁷ poderia trazer para a condução do país. O jornal destacava a importância da manutenção de um parlamento plural, capaz de salvaguardar os interesses das minorias. No entanto, nos resta um questionamento: a quais minorias o jornal se refere? O jornal deixava a critério do leitor a identificação/exclusão dos grupos minoritários dignos de defesa no parlamento.

Não se pode olvidar o fato de que os evangélicos se autointitulam uma minoria religiosa que carece de espaço na sociedade, entretanto cabe repisar que os pentecostais

³⁶ Pesquisa realizada pelo *Instituto Datafolha* entre os dias 06 e 07/06/2018 sinalizava que 68% dos entrevistados declararam não ter confiança nos partidos políticos, 67% declararam não ter confiança no Congresso Nacional, e 64% na Presidência da República, enquanto as taxas de confiança foram, respectivamente 31% (2% confia muito e 28% um pouco), 31% (3% confia muito e 28% um pouco) e 34% (5% confia muito e 29% um pouco). Foram entrevistadas 2.824 pessoas em 174 municípios brasileiros. A margem de erro da pesquisa é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos considerando um nível de confiança de 95% (UOL, 2018).

³⁷ Para Picussa e Codato (2022), os *insiders* são aqueles líderes que ganham notoriedade política por sua trajetória construída dentro dos partidos políticos. Já os *outsiders* são aqueles líderes que constroem sua relevância política fora do sistema partidário, ou seja, em outros setores da sociedade. Via de regra, esses últimos ganham visibilidade se valendo do discurso de serem *anti-establishment*, frequentemente tecendo críticas aos políticos tradicionais. Os autores destacam que os *outsiders* tendem a aparecer com maior frequência em países: 1) cujas eleições presidenciais e legislativas não ocorrem simultaneamente; 2) cujo voto é obrigatório aos cidadãos; e 3) não há reeleição ao cargo de presidente. Destacam que fatores como o aumento da inflação e da pobreza, bem como a percepção da corrupção pela população tende a corroborar para o êxito dos *outsiders* nas urnas.

(históricos e neopentecostais) preenchem espaços de fala tanto no âmbito da indústria cultural, como na política, deliberando cotidianamente sobre assuntos relevantes que impactam na dinâmica social (BURITY, 2015, 2016; CAMURÇA, 2020). Assim, a “defesa das minorias” mencionada no semanário, ainda que no plural, pode se referir muito mais à continuidade da representatividade dos evangélicos nas casas deliberativas, em especial os iurdianos, do que empunhar bandeiras em defesa dos direitos de outros grupos como as mulheres, os negros ou os indígenas, por exemplo.

Importante destacar que via de regra, nos anos que acontecem as eleições presidenciais brasileiras também ocorre um importante evento esportivo – a Copa do Mundo de Futebol masculino. O esporte é considerado uma paixão nacional, e a seleção brasileira é uma das mais respeitadas no mundo. A cada edição do campeonato, a seleção brasileira é considerada uma das favoritas ao título e a população brasileira mobiliza atenção para assistir os jogos da sua seleção.

Ao questionar os leitores se teriam condições de escolher o capitão da seleção e o Presidente da República, o jornal buscou fazer uma analogia entre o futebol e a política, enfatizando que tanto a vaga de técnico da seleção quanto a de Presidente da República são cargos de suma importância para o êxito de um projeto – seja a disputa de uma competição esportiva, seja na condução do país, e que diferentemente da escolha dos técnicos da seleção brasileira, a escolha do próximo ocupante do Palácio do Planalto estava nas mãos dos eleitores, que tinham como obrigação a escolha de pessoas abertas ao diálogo e que estejam comprometidas com o futuro do país, evitando candidatos extremistas.

Embora o pré-candidato Jair Bolsonaro (PSL/RJ) constantemente se valesse de sua condição de militar pertencente aos quadros da reserva do Exército Brasileiro, não se pode afirmar que o uso da palavra “capitão” tenha sido propositalmente incluído no jornal para beneficiá-lo. Isso porque nos momentos em que a temática do extremismo foi abordada não era possível precisar quem seriam os candidatos que disputariam a presidência da República. Reinava uma incerteza sobre qual posicionamento a IURD tomaria no quesito eleições presidenciais.

Para Maingueneau (2015), a análise de discursos institucionais perpassa pela correta identificação dos interesses da instituição que os profere. Dessa forma se mostrava precoce a guinada em defesa de algum dos pré-candidatos, optando a igreja por externalizar seu compromisso com a democracia (postura praticamente unânime entre as instituições brasileiras), e manter uma neutralidade frente à indefinição do cenário político.

Finalizada neste trabalho a análise do tema Extremismo Político, passarei a discorrer sobre outro tema em voga nas edições do jornal no período pré-eleitoral, qual seja: Fake-news.

3.1.2 Fake-news

Outro assunto que polemizou as eleições no ano de 2018 foram as chamadas Fake-news, ou seja, notícias sem base factual ou mentirosas utilizadas tanto para favorecer determinados candidatos, quanto para detratar seus adversários. Nicolau (2020) destaca que esse tipo de estratégia sempre esteve presente na política brasileira, todavia, a popularização dos *smartphones*, a democratização do acesso à Internet e o advento das redes sociais conseguiram ampliar a velocidade de disseminação desses boatos, contaminando sobremaneira a disputa eleitoral.

Segundo Recuero e Gruzd (2019), existem três elementos essenciais capazes de definir as Fake-news, a saber: 1) o uso da narrativa jornalística e dos componentes noticiosos; 2) a falsidade total ou de parte dessas narrativas e; 3) a intenção de engodar ou criar falsas percepções através da propagação dessas narrativas na mídia. Diante disso, Almeida (2019) acrescenta que as plataformas do *Facebook*, *Twitter* e *WhatsApp* tiveram papel decisivo na deslegitimação dos candidatos que disputaram as eleições em 2018, aumentando-lhes a rejeição em razão da rápida circulação de mensagens falseadas.

A *Folha Universal* tratou de abordar a temática em quatro oportunidades. A primeira delas refere-se a texto publicado na edição nº 1.358, em quatro páginas, na seção Capa. O jornal foi distribuído para os leitores entre os dias 15 e 21 de abril de 2018. Segundo informações contidas na capa do tabloide, a tiragem do semanário alcançou o número de 1.855.375 unidades. Vejamos:

Síntese 01

Na reportagem intitulada “*Você já foi enganado por notícias falsas*”, o jornal problematiza a circulação de informações falsas nas redes sociais, como se fossem verdadeiras. Menciona que um estudo realizado pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) revelou que as Fake-news se espalham 70% mais rápido e com mais abrangência do que os fatos reais. Pontua que a preocupação com as Fake-news é tamanha que o TSE apontou o fenômeno como um grande desafio a ser enfrentado nas eleições de 2018. Afirma que as redes sociais como *Facebook* e *Twitter* não possui capacidade de filtrar as notícias falsas, todavia destaca que tais plataformas têm feito parcerias com agências de notícias a fim de verificar se o conteúdo compartilhado pelos usuários são notícias reais. Destaca que muitas notícias falsas são compartilhadas via conversas de *WhatsApp* e que o aplicativo tem dificuldades em impedir tal circulação de conteúdos falsos. Destaca que “a responsabilidade por passar adiante um boato cabe a todo cidadão”. O jornal reforça que a parcialidade nas notícias sempre existiu em veículos de comunicação em massa, e que tanto a *Universal* quanto o Bispo Macedo há muito tempo são alvos de notícias falsas. Pontua que através do filme *Nada a Perder* as pessoas têm

a oportunidade de conhecer a verdade sobre a igreja e seu líder, porém afirma que o jornal *Folha de São Paulo* fez uma cobertura tendenciosa do lançamento do filme, mencionando que “veículos de imprensa preconceituosos, inconformados com o sucesso do filme, continuam a divulgar informações inverídicas”, fazendo alusão à matéria divulgada pela *Folha de São Paulo* em que enfatiza lugares vagos nas salas de cinema. O jornal faz um apelo para que “na dúvida, não compartilhe nem publique notícias que não se sabe se são verdadeiras”, e que a propagação de notícias inverídicas pode trazer consequências ruins tanto para o leitor quanto para toda a coletividade. Assina a reportagem Janaína Medeiros.

Fonte: Medeiros (2018), sintetizado pelo autor.

A temática também foi abordada na edição nº 1.360, em texto de meia página, publicado na seção Opinião, especificamente no espaço reservado ao Editorial. O jornal foi distribuído para os leitores entre os dias 29 de abril a 05 de maio de 2018. Segundo informações contidas na capa do jornal, a tiragem do semanário alcançou o número de 1.855.375 unidades.

Vejamos:

Síntese 02

No editorial intitulado “*Fake-news e o discurso de ódio nas eleições*”, o jornal destaca que com a proximidade das eleições havia disseminação de notícias falsas sobre possíveis candidatos. Assinala que com os avanços na informática a disseminação desses boatos ganhou ainda mais velocidade e em tal situação poderia ser facilmente utilizada para desinformar e contaminar o debate político, e, ainda assim, serem decisivas na disputa do voto. Pontua que as Fake-news são os principais desafios para as eleições, sendo grande a preocupação do TSE pelo tema. O jornal pede aos leitores para que “procurem ponderar e avaliar o seu discurso sobre linhas partidárias e as outras ideologias antes de repercutir qualquer mensagem sobre elas”, e que “não é porque costuma seguir partidos ou candidatos da oposição, por exemplo, que é adequado disseminar informações agressivas sobre os da situação e vice-versa”, ressaltando que as notícias falsas podem ofender não apenas os candidatos, mas a coletividade, ao incitar atos de violência e discriminação de grupos. Reforça a necessidade do leitor se informar sobre os candidatos e sempre ficar atento à origem das notícias, bem como a não compartilhar conteúdos duvidosos. Defende que agindo dessa forma o leitor contribui com a democracia brasileira.

Fonte: Fake-news (2018), sintetizado pelo autor.

A terceira vez que o assunto foi abordado no período pré-eleitoral foi em texto publicado na edição nº 1.368, em página inteira, na seção Panorama. O jornal foi distribuído para os leitores entre os dias 01 e 07 de julho de 2018, mantendo a tiragem de 1.855.375 unidades. Vejamos:

Síntese 03

Em reportagem intitulada “*As eleições de 2018 e as notícias falsas*” o jornal noticia o fórum Impacto Social, Político e Econômico das Fake-news, realizado no dia 20 de junho de 2018 e organizado pela Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abratel). Pontua a fala do Ministro do TSE Luiz Fux sobre o interesse e disposição do Tribunal em investigar e punir pessoas que disseminam notícias falsas que visem desestabilizar a campanha de qualquer candidato. Destaca a fala do ministro no

sentido de que os cidadãos devem fazer uma checagem profunda das matérias divulgadas na Internet antes de compartilhá-las. Menciona trechos do discurso de Marcos Novaes, presidente da Abratel, sobre a importância de “um jornalismo de credibilidade, sério responsável e de qualidade”. Por fim destaca que o Brasil se aproxima de mais um pleito eleitoral, e que “é dever de cada cidadão não espalhar boatos como se fossem fatos” e que as Fake-news têm como objetivos o enfraquecimento da democracia e da verdade. Assina a reportagem André Batista.

Fonte: Batista (2018), sintetizado pelo autor.

Por fim, o assunto foi abordado em período pré-eleitoral na edição 1.369, em texto de meia página, alocado na seção Opinião, especificamente no espaço reservado ao Editorial. O jornal foi distribuído para os leitores entre os dias 08 e 14 de julho de 2018, conservando o número de 1.855.375 unidades impressas. Vejamos:

Síntese 04

No editorial intitulado “*Fake-news nas eleições: muito além das redes sociais*”, o jornal retoma a temática das notícias falsas destacando a guerra travada pelo TSE contra a proliferação de notícias eleitorais falsas. Pontua que “informações falsas levam a decisões equivocadas” e que “é um erro supor que a imprensa não produza Fake-news”. O jornal exemplifica que nas eleições municipais de 2016 a revista *Veja* utilizou uma foto de Marcelo Crivella aparentemente sendo “fichado” pela polícia e que a imagem insinuaria que ele era bandido e, conseqüentemente, motivaria o eleitor desistir de votar no candidato. Complementa dizendo que a prisão foi desmentida pelo candidato em seu site oficial e em outros veículos de informação. O editorial destaca a necessidade de um jornalismo independente e responsável, além de eleitores que façam uma leitura crítica das notícias, principalmente quando estas denigrem a imagem de alguém. Encerra recomendando que os eleitores sejam mais racionais ao consumir e selecionar informações, independente da fonte.

Fonte: Fake-news (2018), sintetizado pelo autor.

Ante as sínteses apresentadas, é possível verificar que intradiscursivamente o jornal buscou destacar que diante a proximidade das eleições, havia disseminação de notícias falsas sobre pré-candidatos, e que tal situação poderia ser facilmente utilizada para desinformar e contaminar o debate político e, ainda assim, serem decisivas na disputa pelo voto. Nesse sentido, a mídia iurdiana buscou conscientizar os leitores sobre a importância de não compartilhar em suas redes sociais conteúdos de fontes duvidosas. A IURD demonstrava preocupação com a lisura das eleições, e principalmente ressaltava a necessidade de que os eleitores buscassem fontes confiáveis para se informar sobre a vida e os projetos políticos dos pré-candidatos. Tratava-se de um discurso cristalizado, já utilizado em pleitos anteriores pela Justiça Eleitoral e reproduzido por diferentes instituições democráticas.

Contudo, fica clarividente que a abordagem da temática no jornal tinha outros objetivos. Interdiscursivamente é possível verificar que a mídia impressa iurdiana buscava se legitimar como porta-voz da verdade, inculcando nos leitores a ideia de que todas as informações

estampadas no tabloide eram devidamente checadas, e que o jornal era uma fonte isenta e confiável. Para ratificar essa credibilidade, o semanário adotou a estratégia de sustentar seus posicionamentos com a reprodução de falas de autoridades públicas e de representantes de organizações de renome da sociedade civil. A reprodução da fala de especialistas no assunto ou autoridades de renome foi um recurso retórico frequentemente utilizado no semanário em 2018.

Outro objetivo enxergado nos textos sobre Fake-news é o de atacar mídias tidas como inimigas de Edir Macedo e de sua igreja. O semanário iurdiano se enveredou explicitamente em deslegitimar o jornal *Folha de São Paulo* e a revista *Veja*, ambos veículos considerados pela cúpula da igreja como parciais e perseguidores dos evangélicos. Para tanto acionou interdiscursivamente na memória dos leitores a ideia de minoria perseguida, acusando as mídias adversárias de serem preconceituosas com os evangélicos e de faltarem com a verdade sobre a igreja e suas lideranças. Esse tipo de discurso é frequentemente acionado no mundo neopentecostal e repetidas vezes propagado pela Universal.

Urge contextualizar que os ataques ao jornal *Folha de São Paulo* se deram em virtude de reportagem de cunho depreciativo ao filme *Nada a Perder*, publicada em 03 de abril de 2018. Naquela oportunidade, o jornal paulista destacava que embora a IURD tivesse divulgado a venda de mais de 4 milhões de ingressos para o filme que conta a história de seu fundador, havia inúmeras salas vazias na estreia do longa-metragem, e que grande parte desses ingressos foram comprados por pastores e bispos iurdianos e distribuídos gratuitamente aos fiéis, o que insuflava os dados sobre o sucesso da produção cinematográfica (FOLHA, 2018).

A resposta da IURD veio na semana seguinte. Ao problematizar as Fake-news de cunho eleitoral, o jornal desviou-se do conteúdo político e estampou que também sofre com inverdades disseminadas pela mídia, assinalando que “veículos de imprensa preconceituosos, inconformados com o sucesso do filme, continuam a divulgar informações inverídicas”, mencionando a mídia paulista.

Desde a década de 1990, a *Folha de São Paulo* e outros veículos da grande mídia eram acusados de pelas lideranças iurdianas de nutrir preconceito contra os evangélicos, além de promover a desinformação dos leitores sobre a igreja (NASCIMENTO, 2019).

Já as críticas tecidas em desfavor da revista *Veja* se remontam as eleições municipais deflagradas em 2016. Na ocasião, o bispo Crivella (PRB/RJ) disputava com Marcelo Freixo (PSOL/RJ) a prefeitura da capital carioca, e a revista estampou em suas páginas supostas fotos do candidato iurdiano sendo “fichado” na 9ª Delegacia de Polícia do bairro do Catete, no início dos anos de 1990 (LEITÃO e PRADO, 2016). Mesmo com a campanha negativa, Crivella saiu vitorioso das urnas e sagrou-se prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

No ano de 2018 o jornal resgatou a notícia divulgada pela revista *Veja* para ilustrar que “é um erro supor que a imprensa não produza Fake-news”, esclarecendo que a falsa prisão havia sido desmentida pelo candidato e outros veículos de comunicação. O jornal insistia que a membresia da igreja é constantemente perseguida pela *Editora Abril*, responsável pela *Veja* e outros conglomerados de comunicação.

Assim como a crítica ao extremismo político, a condenação do uso de Fake-news é um posicionamento esperado de toda e qualquer instituição que defenda os preceitos democráticos. Todavia é notório que a Universal se valeu da temática apenas como subterfúgio para se colocar como vítima de inverdades e para atacar a *Folha de São Paulo* e a revista *Veja*. Ao citar exemplos de Fake-news associados as duas mídias, o semanário buscou, ainda que nas entrelinhas, macular a credibilidade de ambas as empresas, reatualizando o discurso de igreja perseguida, tido como verdade por seus fiéis. Entretanto, ainda que a IURD defenda um jornalismo independente e responsável, busca em suas falas mascarar o uso de suas mídias para fins profanos, como a política. Conforme pontuado no capítulo anterior, a IURD se vale de seus canais oficiais como a *Folha Universal* para legitimar apoio aos candidatos da igreja, e enodoar a imagem de seus adversários.

No momento em que o assunto foi abordado, de fato havia a circulação de diversas Fake-news sobre diferentes pré-candidatos, todavia seria precoce qualquer manifestação da IURD em defesa ou ataque a quaisquer postulantes ao Palácio do Planalto ou a partido político. Reinava uma indefinição sobre quem realmente concorreria a Presidência da República, conforme se pode ver no terceiro capítulo deste trabalho.

Realizada a análise do discurso anti Fake-news publicizado pelo jornal, passarei a abordar outro tema que marcou a tônica do período pré-eleitoral, qual seja: o papel do Estado na economia brasileira.

3.1.3 O papel do Estado na economia

Durante o período pré-eleitoral o jornal envidou esforços em problematizar a forma como o Estado vem interferindo na vida dos cidadãos. Se trata de um assunto debatido constantemente por políticos de variados países e de diferentes orientações ideológicas. No plano ideal, aqueles indivíduos que se situam mais à esquerda no espectro político tendem a militar em prol de um Estado cada vez mais amplo, capaz de interferir e regular diferentes setores da sociedade, no intuito de garantir e promover o bem estar social. Lado outro, aqueles indivíduos que se situam mais à direita do espectro político buscam defender um Estado

menor, capaz de garantir a liberdade dos cidadãos, existindo para tutelar apenas direitos essenciais como a vida e a propriedade privada.

Imperioso destacar que a Assembleia Nacional Constituinte de 1988 contou com a participação de parlamentares de diversos setores da sociedade e de diferentes matrizes ideológicas. Todavia, o texto constitucional acabou por positivar diferentes direitos políticos, civis e sociais, tendo como premissas a erradicação da pobreza e da marginalidade, bem como a redução das desigualdades sociais e a promoção do bem comum, sem distinção de raça, cor e gênero (HACK, 2012). Nesse sentido, o acesso gratuito a serviços básicos de saúde e educação, os benefícios de assistência social, e a garantia aos trabalhadores de um salário-mínimo capaz de suprir suas principais necessidades passaram pelo crivo dos deputados constituintes e adquiriram força de norma constitucional no ordenamento jurídico pátrio.

Durante a década de 1990 os governos de Fernando Collor (PRN/AL) e Fernando Henrique Cardoso (PSDB/SP) adotaram medidas neoliberais com intuito de contornar a herança econômica advinda do regime militar. Políticas como a privatização de empresas públicas, as concessões de direitos a exploração e execução de serviços de utilidade pública para a iniciativa privada, a contenção de gastos públicos, e a instituição do Plano Real foram providências implementadas na tentativa de equilibrar a economia e controlar a inflação que assolava os brasileiros (PIRES, 2010).

No ano de 2001, FHC instituiu o Bolsa Escola, programa social de distribuição de renda que tinha como objetivo estimular a frequência escolar de alunos de baixa renda e substituir as ajudas humanitárias que o governo vinha dando esporadicamente às famílias pobres. Com a ascensão dos governos petistas, o programa passou por um processo de aprimoramento e expansão, sendo rebatizado para Bolsa Família, e serviu como importante política de promoção dos governos de Lula e Dilma Rousseff (PIRES, 2010).

Tradicionalmente, a proximidade dos pleitos eleitorais tende a trazer à tona a discussão sobre qual o papel que o Estado deve adotar. Para os simpáticos da direita, não cabe ao Estado realizar pagamentos mensais aos cidadãos menos favorecidos, pois tal medida cria uma dependência dos beneficiários e desestimula a procura de emprego. Lado outro, os defensores da esquerda apontam que os programas de distribuição de renda servem para reduzir e/ou mitigar a situação de pobreza e as desigualdades sociais (SOUZA, et. al, 2019).

A temática do papel do Estado na economia foi abordada pelo tabloide iurdiano em duas oportunidades. A primeira delas foi na edição nº 1.348, em texto de meia página, na seção Opinião, especificamente no espaço reservado ao Editorial. O jornal foi distribuído para

os leitores entre os dias 04 e 10 de fevereiro de 2018. Segundo informações extraídas da capa, a tiragem do semanário naquele período alcançou 1.855.375 unidades. Vejamos:

Síntese 01

No editorial intitulado “*A virtude do equilíbrio contra o sistema*”, o jornal problematiza a questão dos extremos, dessa vez abordando a questão de Estado Mínimo e Estado Máximo, afirmando que o ideal é tirar o que há de melhor nessas concepções. Complementa que o mesmo deve acontecer em relação à esquerda e a direita, sinalizando que o ideal é o equilíbrio político. Afirma que embora tenhamos uma das Constituições mais avançadas do mundo, ainda há muito que ser feito para tornar o Brasil um país mais justo e igualitário, principalmente no aspecto econômico. Que essa tarefa só pode ser atribuída a governantes capacitados, honestos e incorruptíveis, e não a aventureiros extremados. “Os salvadores da Pátria não existem e a aposta em propostas mirabolantes, a história mostra, não costuma dar bons resultados”.

Fonte: A virtude (2018), sintetizado pelo autor.

A temática também foi abordada na edição nº 1.351, em texto de meia página, na seção Opinião, também no espaço reservado ao Editorial. O tabloide iurdiano foi distribuído para os leitores entre os dias 25 de fevereiro e 03 de março de 2018, sendo produzidas 1.854.875 unidades do jornal. Vejamos:

Síntese 02

No editorial intitulado “*Estado forte, interventor ou mais autonomia do cidadão*”, o jornal problematiza a questão do Estado Mínimo e do Estado Máximo, afirmando que para alguns o Estado deve intervir na economia, adquirindo e controlando empresas estatais, além de viabilizar tudo aquilo que a maioria dos cidadãos julgam ser atribuições exclusivas do governo (educação, emprego, saúde, previdência, transporte, lazer, cultura, dentre outros direitos sociais). Afirma que “a população está cansada de saber que esse modelo que concentra muitas obrigações para o Estado nunca foi a melhor alternativa”. Destaca que tal sistema não funciona e que prova disso é o sucateamento de hospitais e escolas. Tece que a ideia do Estado Mínimo surgiu do pensamento do filósofo Robert Nozick, defensor de que a função estatal seria garantir proteção à vida e ao patrimônio dos cidadãos. Afirma que o Estado Forte tenta resolver os problemas de todas as áreas, porém não é especialista em nenhuma função, o que resulta em políticas públicas de baixa eficiência, esquemas de corrupção e escândalos como a operação Lava-Jato. O jornal menciona uma entrevista do ex-presidente Lula concedida em 2003 ao jornal *Folha de São Paulo*, em que o então presidente se mostra defensor do Estado forte e interventor, sendo enfático ao dizer “é preciso dar o peixe e ensinar a pescar”. Para o jornal “o importante não é dar o peixe e sim criar condições favoráveis à pesca e comercialização dos peixes”. Defende que o cidadão precisa de mais iniciativa, que não fique parado esperando a ajuda do governo, mas que se organize em associações para reformar a praça ou a quadra da sua comunidade, contando com o apoio da iniciativa privada.

Fonte: Estado (2018), sintetizado pelo autor.

Ao abordar a questão do papel do Estado na economia, intradiscursivamente o semanário iurdiano assumiu uma postura dupla. Em um primeiro momento a mídia oficial da igreja de Edir Macedo defendeu a existência de elementos positivos tanto no Estado Mínimo,

quanto no Estado Máximo. O jornal reforçava a necessidade de os leitores optarem por candidatos cuja vida política progressa não estivesse envolvida com escândalos de corrupção, bem como que não fosse candidatos extremistas, ou seja, aversos ao diálogo com os diferentes grupos da sociedade.

Todavia, transcorrido 21 dias da publicação do editorial defendendo o equilíbrio entre as duas concepções, o jornal passou a tecer severas críticas ao Estado Máximo, associando o modelo a ineficiência e corrupção. O jornal era enfático ao dizer que o Estado Máximo não era uma boa opção, visto o sucateamento de hospitais e a qualidade ruim da educação brasileira. Não menos relevante, apontava que Estados organizados dessa maneira tendem a colaborar para o surgimento de esquemas de corrupção.

Verificamos que interdiscursivamente, o jornal mobilizou elementos capazes de reavivar na mente dos leitores os escândalos que vieram à tona durante os governos petistas, em especial os episódios do Mensalão e do Petrolão, fortemente explorados pela mídia nacional. Nesse mesmo passo, ao reforçar a necessidade de se escolher políticos cujo passado não estivesse envolto por escândalos de corrupção, o jornal defendia nas entrelinhas o voto anti-Lula, vez que o pré-candidato figurava como líder nas pesquisas de intenção de voto e que respondia a processos criminais junto a 13ª Vara Federal de Curitiba/PR, responsável pela condução dos trabalhos da Operação Lava-Jato (IBRAHIM, 2021).

O jornal era comedido em suas palavras contra Lula e o PT, mas deixava claro ser contrário ao ex-presidente no que tange à sua política assistencialista. Ao problematizar a questão, o tabloide citou trecho de uma suposta entrevista concedida no ano de 2003 pelo petista ao jornal *Folha de São Paulo*, em que ele afirmava que “é necessário dar o peixe e ensinar a pescar”. Urge esclarecer se tratar de figura de linguagem empregada pelo entrevistado para demonstrar ser curial ao governo intervir diretamente na vida dos cidadãos, de forma a corrigir as distorções socioeconômicas, para então inseri-los no mercado de trabalho de maneira a emancipá-los da dependência estatal.

Ao pontuar que diferentemente do pensamento do petista, “o importante não é dar o peixe e sim criar condições favoráveis à pesca e comercialização dos peixes” o jornal defendia o sucateamento dos programas sociais de distribuição de renda, bem como a desregulamentação da economia, de forma a favorecer o empreendedorismo. Todavia, o semanário vinculado à igreja de Edir Macedo excluía de seus comentários os investimentos dos governos petistas com o ensino profissionalizante (PRONATEC e SISU), bem como a

aprovação da Lei Complementar nº 128/2008, que criou a figura do microempreendedor individual (MEI), trazendo para a formalidade diversos profissionais.

A defesa do Estado Mínimo pelos iurdianos pode ser justificada pela ideologia em defesa da Teologia da Prosperidade, amplamente propagandeada pela membresia da igreja. Para Almeida (2019), trata de um discurso cristalizado entre os neopentecostais, pois se acredita que ao realizar esforços pecuniários para financiar os empreendimentos de Deus na Terra, o fiel se torna uma espécie de credor da divindade, recebendo como moeda de troca bênçãos divinas como estabilidade econômica, saúde, ascensão social, equilíbrio nos relacionamentos pessoais, e pleno gozo de bens e serviços na Terra, etc.

É possível verificar, ainda que nas entrelinhas, que a igreja compartilha da ideia de que a dependência de sua membresia a programas sociais de distribuição de renda tende a limitar os esforços financeiros a patamares mínimos, o que conseqüentemente impacta negativamente nas receitas da instituição. Nesse sentido, cabe trazer a lume o fato de que a IURD incentiva o empreendedorismo de seus fiéis, promovendo eventos e disseminando a ideia de que “todo aquele que se une a ela (Teologia da Prosperidade) é abençoado por Deus, progride e prospera grandemente, além de exercer sua capacidade plena de consumir” (CARVALHO, 2017, p. 13).

Mariano (2014) pontua que há cultos da Universal em que além de se exortar o pagamento do dízimo, os fiéis são incentivados a abandonar sua condição de empregados para abrir um negócio próprio, se transformado em seus próprios patrões. Sob a ótica da igreja de Macedo “para enriquecer, portanto, não adianta apenas confessar a fé e exigir seus direitos, devem trabalhar, ser astutos e aproveitar as oportunidades” (MARIANO, 2014, p. 163). Dessa forma, a ascensão social e econômica dos fiéis tende a contribuir não apenas para levar a palavra de Deus a um maior número de pessoas, mas para aumentar as arrecadações dos templos de modo a financiar os projetos evangelizadores, midiáticos, econômicos e de poder da cúpula iurdiana.

Embora o jornal tenha mencionado o nome Lula (PT/SP), era moderado em suas críticas. No momento em que os textos foram publicados pelo tabloide o ex-presidente liderava com larga vantagem as pesquisas eleitorais, todavia juristas já cogitavam a possibilidade de o petista não poder concorrer às eleições em virtude dos processos judiciais que tramitavam em desfavor do pré-candidato no TRF da 4ª Região, cujo assunto será oportunamente pormenorizado no último capítulo deste trabalho.

Explorado o posicionamento iurdiano acerca do papel do Estado na economia, debruçarei em analisar o discurso em prol do PRB estampado nas páginas da *Folha Universal*.

3.1.4 Espaço ao PRB

Consoante demonstrado no primeiro capítulo deste trabalho, a IURD possui uma atuação política forte desde o processo de reabertura democrática do país, ocorrido durante a década de 1980. Ao longo de sua existência, a igreja vem lançando diversas candidaturas exitosas ao poder legislativo e celebrando diferentes alianças com governos locais, regionais e federal. Até o ano de 2005, a IURD tinha como *práxis* o lançamento de candidaturas avalizadas pela igreja em diferentes siglas partidárias, todavia existia uma forte ligação da cúpula da instituição religiosa com o PL, o que fazia do partido um importante braço político da igreja de Edir Macedo. Contudo, o envolvimento de diferentes partidos no escândalo do Mensalão, inclusive o PL, culminou no afastamento entre a igreja e o partido, levando a fundação de uma nova sigla pelos iurdianos – o PRB (MARIANO, 2014; GUTIERREZ, 2016; NASCIMENTO, 2019).

Muito embora o antigo PRB, atual Republicanos, se preocupe em relegar sua proximidade com a IURD e se mostrar um partido laico, a participação da igreja na legenda é notória desde a sua fundação. Cerqueira (2021) tece que tanto a redação do estatuto do partido como o pedido de registro junto ao TSE ficaram a cargo do advogado e pastor Vítor Paulo Araújo dos Santos. Não menos importante, a escolha de Marcos Pereira como presidente da legenda, bem como a composição significativa dos cargos de direção do PRB por pessoas ligadas à igreja evidenciam as relações entre ambas as instituições (GUTIERREZ, 2016).

Diferentes trabalhos sobre a IURD apontam que a instituição de Edir Macedo se vale da estrutura da igreja para fazer política. Nesse passo, o uso da mídia iurdiana para fins políticos no ano de 2018 se tornou ainda mais explícito à medida com que a *Folha Universal* franqueou espaço para o partido, cuja membresia da igreja ajudou em sua fundação.

O jornal concedeu espaço de fala ao partido em três diferentes oportunidades. A primeira delas foi na edição nº 1.349, em texto de página inteira, na seção Panorama. O jornal foi distribuído para os leitores na semana de 11 e 17 de fevereiro de 2018. Segundo informações trazidas nas capas, a tiragem do tabloide no período foi de 1.854.875 unidades. Vejamos:

Síntese 01

Em reportagem intitulada “*Gestão de Marcos Pereira foi marcada por resultados positivos*” o jornal noticiou que no dia 03 de janeiro de 2018 o presidente nacional do Partido Republicano Brasileiro (PRB), Marcos Pereira, optou por deixar o cargo de ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. O jornal aponta que a gestão de Pereira no governo Temer “teve alta performance frente ao desafiador cenário econômico brasileiro”, pontuando que a economia enfrentava uma grande crise há aproximadamente dois anos. O jornal destaca que o presidente do PRB havia deixado um histórico de bons resultados, mencionando a nota emitida pela Associação Brasileira das Empresas Importadoras e Fabricantes de Veículos Automotores, agradecendo o trabalho do ex-ministro na condução das negociações do setor. O jornal menciona que a revista *Veja* noticiou que o Brasil bateu recordes de registros de patentes no ano de 2017, e que o portal de notícias *GI* apontou que também em 2017 a balança comercial brasileira registrou o melhor resultado em 29 anos. A reportagem ainda mencionou que o jornal *O Estado de São Paulo* noticiou a aprovação pelo ex-ministro da Zona de Processamento de Exportação no Porto Açu, no Rio de Janeiro, destacando que a medida ajudaria no desenvolvimento da indústria local na geração de empregos e na balança comercial brasileira. Assina a reportagem “a redação”.

Fonte: Gestão (2018), sintetizado pelo autor.

A segunda oportunidade em que o jornal mencionou políticos do PRB foi em texto publicado na edição nº 1.350, em meia página, na seção Opinião, especificamente no espaço reservado ao Editorial. O jornal foi distribuído para os leitores entre os dias 18 a 24 de fevereiro de 2018. Segundo informações contidas na capa do jornal, a tiragem do semanário alcançou o número de 1.854.875 unidades. Vejamos:

Síntese 02

No editorial intitulado “*Doação Incompreensível*”, o jornal destaca que por meio de medida provisória o então deputado federal Rodrigo Maia, na condição de Presidente da República em exercício, assinou a doação de R\$ 792 mil dos cofres públicos para a Basílica de Natividade, situada em Belém, na Cisjordânia. O jornal destaca que a doação por meio de MP estaria em desconformidade com a Constituição Federal, que prevê requisitos para a edição de MPs, quais sejam: relevância e urgência. O jornal problematiza o fato de se realizar a doação no momento em que o país enfrentava dificuldades econômicas. Destaca que “devemos lembrar que o ex-senador e agora prefeito do Rio de Janeiro Marcelo Crivella (PRB/RJ), chegou a apresentar no Senado proposta que facilitava a captação de recursos para restauração de templos de diversas denominações religiosas, os quais se mostram necessitados de apoio para preservação de um patrimônio histórico e arquitetônico do Brasil. Ainda acrescenta que “é de estranhar que o deputado Rodrigo Maia tenha tomado uma decisão de tal envergadura num período de curta interinidade. Tudo indica que colocou seus interesses pessoais acima de qualquer questionamento”. Tal postura, de fato, deixa sob suspeita um favorecimento que, além do custo em si, mostra um desrespeito ao contribuinte, que paga sem retorno uma conta que não é sua. Por fim, destaca que a 7ª Vara da Justiça Federal de Brasília havia suspenso a MP, impedindo a doação.

Fonte: Doação (2018), sintetizado pelo autor.

A terceira reportagem concedendo espaço ao partido iurdiano foi publicada na edição nº 1.367, em página inteira, na seção Panorama. O jornal foi distribuído para os leitores na

semana de 24 e 30 de junho de 2018. Conforme dados extraídos da capa do jornal, a tiragem do tabloide alcançou 1.855.375 exemplares. Vejamos:

Síntese 03

Em reportagem intitulada “*O que pensa Flávio Rocha*” o jornal abre espaço para uma entrevista exclusiva do pré-candidato do PRB a Presidência da República. Destaca que “o empresário Flávio Rocha, de 60 anos, é conhecido por ser dono das lojas Riachuelo. Casado há 28 anos, pai de quatro filhos e cristão”. O jornal destaca que “Rocha defende um Estado liberal na economia e conservador nos costumes”. Destaca que o empresário foi membro da Assembleia Nacional Constituinte, que em 1995 assumiu seu segundo mandato como deputado federal e que em 2018 disputaria as eleições com propostas como a privatização de empresas estatais e a reforma da Previdência. Assina a reportagem Rê Campbell.

Fonte: Campbell (2018), sintetizado pelo autor.

Em análise aos textos publicados pelo semanário iurdiano, verificamos intradiscursivamente a preocupação da instituição religiosa em destacar no jornal importantes nomes de seus quadros na política, como o ex-ministro Marcos Pereira, o ex-senador Marcelo Crivella e, por fim, o pré-candidato à presidência Flávio Rocha.

No primeiro texto sobre a temática o jornal buscou exaltar a atuação do presidente do Partido Republicanos, Marcos Pereira, junto ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. O jornal foi enfático em pontuar que mesmo durante um período de crise econômica, a atuação do ministro era digna de elogios por veículos de imprensa como a revista *Veja*, o portal de notícias *GI* (pertencente ao grupo Globo) e o jornal *Folha de São Paulo*.

Como já pontuado anteriormente, a IURD possui um histórico de rugas com diversos conglomerados midiáticos nacionais, se julgando perseguida pela grande imprensa e valendo-se de seus canais oficiais para autodefesa e ataque aos rivais. Ao trazer a lume que tais veículos noticiaram positivamente a condução dos trabalhos por político vinculado ao partido da igreja, o jornal buscou evidenciar, ainda que nas entrelinhas, que até mesmo seus adversários reconheciam a competência dos evangélicos na vida pública. Nesse sentido, a *Folha Universal* se valeu de mecanismos de controle do discurso capazes de reatualizar aquilo que foi dito anteriormente, ainda que de forma corriqueira pela grande mídia.

Outro ponto interessante a ser explorado diz respeito ao segundo texto destinado à exortação de políticos do PRB. Nele, o jornal problematizou o fato do então Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM/RJ), ter doado R\$ 792 mil dos cofres públicos para a Basílica de Natividade, situada em Belém, na Cisjordânia. Na oportunidade, o jornal frisava que embora o político tenha reservado verbas para templos fora do país, Marcelo

Crivella, quando senador pelo PRB, apresentou projeto de lei que facilitava a captação de recursos para restauração de templos de diversas denominações religiosas situados no Brasil.

O semanário estrategicamente buscou causar indignação aos leitores, principalmente ao reiterar que o país passava por um período de crise econômica e que a doação seria uma espécie de desrespeito com o contribuinte, que a duras penas arca com uma elevada carga tributária. Todavia, devemos ter em mente que o deputado criticado é pertencente ao grupo opositor ao liderado por Marcelo Crivella (PRB/RJ), e que Maia ensaiava concorrer ao cargo de Presidente da República, candidatura que não foi oficializada pelo Democratas. Nesse sentido, é possível identificar que interdursivamente, o tabloide buscou atacar o adversário político e minar entre os evangélicos eventuais adesões à candidatura do democrata ao Palácio do Planalto, reatualizando entre seus leitores a rixa entre os dois políticos.

O jornal buscou, ainda, destacar a atuação do bispo Marcelo Crivella quanto a facilitação de captação de recursos para restauração de templos religiosos. Giumbelli (2008) esclarece que o projeto de lei apresentado pelo bispo alterou o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), mais conhecido como Lei Rouanet, que permite que empresas invistam em projetos culturais parte dos valores devidos a título de imposto de renda. Valendo-se do argumento de que as religiões possuem um papel civilizatório na cultura nacional, o parlamentar propôs ao Congresso Nacional que recursos do programa fossem utilizados para a preservação de templos religiosos históricos, justificando como “igrejas históricas” as edificações da igreja católica e das igrejas evangélicas, excluindo de sua fala os terreiros de umbanda e candomblé. Porém, foi através da emenda de outro parlamentar que o texto incorporou a expressão “templos de qualquer natureza ou credo religioso” (GIUMBELLI, 2008).

Ao mencionar a iniciativa legiferante de Marcelo Crivella, o tabloide constrói uma narrativa capaz de convencer o leitor de que o bispo e sua igreja promovem o respeito a todas as crenças religiosas e que ambos zelam pela preservação do patrimônio histórico e cultural brasileiro, excluindo das páginas do jornal todo o histórico de ataques a Igreja Católica e as religiões afro-brasileiras proferidos em edições mais remotas da *Folha Universal*. Não menos relevante, o jornal ocultou dos leitores o fato do projeto de Crivella ter desagradado parcela significativa da classe artística, que acusava a proposta do parlamentar de diminuir o incentivo a shows e peças teatrais, à medida que as igrejas passavam a concorrer os mesmos recursos antes destinados ao patrocínio de espetáculos culturais.

Por fim, o jornal abriu espaço para o pré-candidato à presidência pelo PRB, Flávio Rocha. O jornal buscou destacar o passado do candidato, reforçando ser um empresário bem

sucedido, homem de família e cristão. Urge destacar que o jornal buscou moldar o posicionamento do político à visão de mundo dos evangélicos, de forma a criar um vínculo de identificação capaz, em tese, de reverberar nas urnas. Nesse sentido, Rodrigues (2020) reforça que a ideologia iurdiana valoriza o empreendedorismo como meio de enriquecimento e vida plena no presente, o casamento heteroafetivo com fins de constituição de um núcleo familiar nos moldes bíblicos, e o respeito e obediência a Deus e às autoridades religiosas. Assim, Flávio era apresentado como um político sério, cuja vida se baliza sob os preceitos bíblicos, sendo, portanto, digno da confiança evangélica.

O semanário pontuava que o pré-candidato era um liberal na economia. Consoante já explanado anteriormente, a defesa do liberalismo econômico pode ser justificada pela Teologia da Prosperidade, amplamente propagandeada pelas instituições neopentecostais. Trata de um discurso cristalizado entre os iurdianos, pois bispos e pastores sustentam que uma menor intervenção estatal na economia favorece a atividade empreendedora, e consequentemente contribui no aumento da arrecadação dos templos religiosos, tendo em vista a crença de que ao se realizar esforços pecuniários para financiar os empreendimentos de Deus na Terra, o retorno ocorrerá através bênçãos divinas como estabilidade econômica, saúde, ascensão social, equilíbrio nos relacionamentos pessoais (ALMEIDA, 2019).

Embora a pré-campanha do empresário tenha sido lançada oficialmente em 27 de março de 2018, o jornal só noticiou o fato no mês de junho. O espaço concedido a Flávio Rocha pode ser entendido como uma das últimas cartadas para tentar alavancar o pré-candidato nas pesquisas eleitorais, todavia sem sucesso. Com baixo desempenho nas sondagens, no mês seguinte a entrevista a cúpula do PRB decidiu abdicar do lançamento de uma candidatura própria ao Palácio do Planalto, passando a engrossar o coro de partidos que apoiaram o peessedebista Geraldo Alckmin (CAMPOS, 2018).

Encerrada neste trabalho a análise das principais pautas que marcaram o período pré-eleitoral do semanário iurdiano *Folha Universal*, passarei a explorar os temas trabalhados pelo jornal durante o período eleitoral propriamente dito, momento em que partidos e candidatos se apresentam oficialmente à sociedade, expondo suas propostas e competindo pelo voto dos eleitores.

3.2 PERÍODO ELEITORAL

O Período Eleitoral é o momento em que os partidos políticos e os candidatos escolhidos em convenção assumem uma postura mais efetiva na conquista do eleitorado,

realizando atos oficiais de campanha como passeatas, carreatas, comícios e debates. É também o momento em que se inicia a propaganda eleitoral no rádio e na TV, e que os candidatos tendem a ganhar maior visibilidade na mídia com intuito de angariar votos e apoio político. Via de regra, tende a se apresentar como um período curto, iniciando no dia posterior ao registro de candidaturas perante o Tribunal Eleitoral, se estendendo por sete semanas (caso o candidato ao Poder Executivo obtenha a maioria absoluta dos votos válidos em primeiro turno), ou onze semanas (caso seja necessária a realização de segundo turno).

No ano de 2018 o Período Eleitoral teve a duração de onze semanas, assim subdivididas:

Primeiro Turno: de 16 de agosto até 07 de outubro daquele ano;

Segundo Turno: de 08 de outubro até 28 de outubro daquele ano.

3.2.1 Primeiro Turno

Ao analisar as 07 edições semanais publicadas durante o período do primeiro turno (Ed. 1.375, 1.376, 1.377, 1.378, 1.379, 1.380 e 1.381) é possível identificar a existência de 07 editoriais e 37 notícias de cunho político/eleitoral. Nessa época o número de matérias de cunho político/eleitoral cresceu vertiginosamente, sendo abordado em todas as edições. É possível identificar a persistência do semanário em informar os fiéis acerca da estrutura política instituída, bem como conscientizá-los sobre a importância do voto, instrumento capaz de mudar política do país. Entretanto, temáticas como ideologia de gênero e defesa da família cristã merecem destaque dentre as publicações realizadas naquele período. Assim, buscarei destacar alguns dos textos estampados no jornal que versam sobre os assuntos mencionados.

3.2.1.1 Ideologia de Gênero

Um importante assunto tratado na *Folha Universal*, e que vem permeando os debates políticos desde a década de 1990 diz respeito à Ideologia de Gênero. Diversos movimentos formados por lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais bradavam por direitos e pela criminalização da discriminação, todavia foi somente a partir dos anos 2000 que organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) passaram a sedimentar o entendimento de que a liberdade de orientação sexual e a autoidentificação de gênero se enquadram como direitos humanos universais. Nesse sentido, tais organismos internacionais começaram a pressionar os governos de diversos

países para que promovessem equidade de tratamento entre sujeitos, incentivando a criação de legislações a fim de coibir e punir atos de violência e discriminação contra as minorias (REIS & EGGERT, 2017).

Ao longo do primeiro governo da petista Dilma Rousseff, a temática ganhou ainda mais os holofotes, não só no Congresso Nacional, mas em toda a sociedade brasileira. Isso porque, no ano de 2013, o assunto foi pautado pelo Poder Legislativo durante a elaboração do Plano Nacional de Educação. Enquanto deputados e senadores vinculados a partidos de esquerda e a grupos minoritários defendiam o amplo debate sobre o assunto nas escolas, parlamentares de direita, em especial Jair Messias Bolsonaro (então filiado ao PP/RJ), Magno Malta (PR/ES) e Marco Feliciano (PSC/SP) combatiam ferrenhamente a proposta, sob o argumento de que os governistas buscavam relativizar os valores cristãos.

Para Bourdieu (2014) a escola é tão importante para o campo cultural quanto a igreja é para campo religioso, isso porque ambas as instituições corroboram com a construção uma visão de mundo pelos indivíduos. Nessa linha, ideologicamente evangélicos conservadores se opunham à proposta, sob a pecha de que os professores passariam a relativizar os preceitos bíblicos, causando confusão na cabeça das crianças e adolescentes e gerando conflitos com os valores reproduzidos pelas famílias cristãs.

Assim como nas eleições de 2014, o assunto novamente ganhou espaço na disputa eleitoral de 2018. Isso porque o ex-capitão Jair Messias Bolsonaro, parlamentar com estreita ligação com o segmento evangélico e crítico aos avanços das pautas minoritárias, pleiteava ocupar o Palácio do Planalto.

Durante o primeiro turno, as discussões sobre a Ideologia de Gênero ganharam as páginas do semanário iurdiano. Dentre as quatro vezes que o assunto foi explorado, a primeira delas refere-se a texto publicado na edição nº 1.376, em página inteira, na seção Panorama. O jornal foi distribuído para os leitores na semana de 26 de agosto a 01 de setembro de 2018. Segundo informações extraídas da capa do tabloide, foram impressas 1.860.375 unidades da *Folha Universal* naquele período. Vejamos:

Síntese 01

<p>Em reportagem intitulada “<i>Novela para adolescentes promove ideologia de gênero</i>” o jornal problematiza uma cena exibida na novela global <i>Malhação</i>, onde os atores supostamente teriam explicado o que é identidade de gênero e detalham as diferentes nomenclaturas. O semanário destaca que a postura da emissora contraria diversos estudos, pois considera que “discussões delicadas, como a discussão sobre gênero, veiculadas de maneira leviana prejudicam muito a formação do adolescente e podem gerar conflitos”. O jornal ainda pontua que “A cena da novela <i>Malhação</i>, da <i>Rede Globo</i>, é ofensiva para crianças porque levanta uma discussão da qual elas não</p>

estão prontas para fazer parte, já que o repertório cognitivo delas ainda não é adequado para aprender a discutir questões de gênero. Além disso, empurrar esse assunto goela abaixo delas podem leva-las a um problema”. O jornal traz a fala da psicóloga Cristiane Pertusi para justificar seus argumentos: “Eu acho que temos que prestar atenção nessa questão para não gerar uma confusão sexual ou um estímulo precoce à sexualidade”. Por fim, reforça que a repercussão da cena foi muito negativa, e que o público não gostou da forma como a emissora abordou o tema, ainda mais por se tratar da educação de crianças. Assina a reportagem Ana Carolina Cury.

Fonte: Cury (2018), sintetizado pelo autor.

A segunda oportunidade em que o jornal abordou o assunto foi no Editorial de meia página, estampado na edição nº 1.379. O jornal foi disponibilizado entre os dias 16 a 22 de setembro de 2018, contando com tiragem de 1.860.375 unidades. Vejamos:

Síntese 02

No editorial intitulado “*A ditadura da Ideologia de Gênero*” o jornal retoma a temática da liberdade de gênero, afirmando que “para os defensores desse pensamento, menino pode escolher ser menina, menina pode escolher ser menino ou ambos podem escolher não ser nada. Achou confuso? Agora imagine impor essa ideologia como única e verdadeira para as crianças e para os adolescentes por meio das escolas, filmes, novelas, etc.”. O jornal novamente problematiza a cena da novela *Malhação*, e complementa “Não precisa ser nenhum estudioso para concluir que essa tal ideologia de gênero, sob a imagem do ‘politicamente correto’, busca fazer com que esse pensamento se torne único para, assim, silenciar tudo e todos que se posicionam ao contrário”. O semanário pontua que “nessa tentativa absurda de impor uma ideia, segue procurando, de todas as formas, levar essa ideologia para crianças e adolescentes, seja por meio de livros escolares, seja por meio de peças de teatro, seja por meio de cenas de novelas, etc.”. Complementa que diversas pesquisas apontam que a ideologia de gênero, além de trazer confusão na mente dos jovens, não possui nenhuma base científica que sustente as hipóteses de seus ideólogos. O jornal afirma ser crucial que seus leitores escolham candidatos que representem os seus valores e que esses possuem uma importante arma para frear aqueles que buscam destruir valores cristãos importantes como a família. O jornal encerra a reportagem dizendo “Não permita que façam da cultura, do entretenimento e da educação um experimento para confundir o que Deus estabeleceu na criação do ser humano. As crianças não podem, não devem e não são cobaias da ideologia de gênero”.

Fonte: A ditadura (2018) sintetizado pelo autor.

A terceira vez em que o tabloide problematizou o assunto foi em texto publicado na edição nº 1.380, em página inteira, na seção Panorama. O jornal foi disponibilizado aos leitores entre os dias 23 e 29 de setembro de 2018. O semanário trazia como tiragem o número de 1.860.375 unidades. Vejamos:

Síntese 03

Em reportagem intitulada “*Roupas para meninos e meninas podem estar com os dias contados*” o jornal pontua que novas marcas infantis estão confeccionando roupas sem distinção entre meninos e meninas. Afirma que “existem casos de crianças com distúrbios causados pela ideologia de gênero”, e que esse número tem crescido em diversos países. O semanário reforça que o assunto confunde as crianças e cita que o governo estadual de São Paulo instituiu por meio de portaria banheiros de gênero neutro. Que medida semelhante já havia sido instituída na cidade de Belo

Horizonte, ocasionando muitos problemas, fato que levou o governo a voltar atrás na medida. O jornal problematiza o caso de uma professora que disse a crianças de 04 anos que meninos poderiam usar saia, brincos e esmaltes, confundindo a cabeça dos infantes. Para o jornal “Devemos procurar eger candidatos que sejam contrários a esse tipo de ensino” e que “Nós temos que observar nos discursos dos candidatos se eles estão fundamentados em um único princípio, que é sustentar, promover e auxiliar a família”. Assina a reportagem Ana Carolina Cury.

Fonte: Roupas (2018), sintetizado pelo autor.

A quarta oportunidade em que o assunto Ideologia de Gênero foi trabalhado diz respeito a texto publicado na edição nº 1.381, em quatro páginas, na seção Capa. O jornal foi distribuído para os leitores na semana de 30 de setembro a 06 de outubro de 2018. Na capa do semanário consta como tiragem o número de 1.860.375 unidades. Vejamos:

Síntese 04

Em reportagem intitulada “*Por que 7 de outubro será o Dia das Crianças*” o jornal pontua que a família brasileira sofre ataques e o principal alvo são as crianças. Que projetos de leis incentivam a ideologia de gênero, afirmando que tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 5002/2013, proposto pelos deputados Jean Wyllys (PSOL/RJ) e Erika Kokay (PT/DF) que prevê a possibilidade de que crianças façam cirurgia de mudança de sexo mesmo sem o consentimento dos pais, bastando ao infante procurar a Defensoria Pública para que sua vontade seja atendida. O jornal sustenta que políticas de ideologia de gênero já aconteceram em outros países e não deu certo, menciona que “na Escócia, houve aumento de casos de jovens confusos sobre suas identidades” e que os defensores da ideologia de gênero querem nos impor “goela abaixo” seu pensamento. Novamente retoma a cena da novela *Malhação*. O jornal pontua que “a ciência mostra que os gêneros não dependem de fatores sociais nem culturais” destacando que “existem pelo menos 6,5 mil diferenças genéticas entre homens e mulheres. Hormônios e cirurgias não podem mudar isso, mas a identidade não é biológica, é psicológica”. Destaca que as crianças não estão prontas para essa discussão. O jornal reforça que “não ser a favor da ideologia de gênero não significa ter um posicionamento contrário aos homossexuais, mas contra o que essa ideologia quer implementar em toda a sociedade”. Reforça a importância do voto no dia 07 de outubro como forma de proteger as crianças contra o avanço de projetos que favorecem a ideologia de gênero. Assina a reportagem Ana Carolina Cury.

Fonte: Cury (2018), sintetizado pelo autor.

O semanário iurdiano trazia um assunto já cristalizado no mundo evangélico, pois antes mesmo da promulgação da Carta Magna de 1988, já havia receio por parte das igrejas do avanço de pautas que implicassem na banalização da família cristã. Nesse sentido, o jornal buscou reatualizar seu posicionamento e atacar inimigos da IURD como a TV Globo e parlamentares esquerdistas defensores das minorias de gênero, como Jean Wyllys (PSOL/SP) e Erika Kokay (PT/DF).

A *Folha Universal* problematizou uma cena da novela *Malhação*, exibida no dia 02 de agosto de 2018 pelo canal de televisão da família Marinho, em que os atores abordavam o tema Identidade de Gênero e buscavam esclarecer aos telespectadores a pluralidade de nomenclaturas

existentes³⁸. Em um cenário escolar, dois atores apresentavam um seminário para os demais integrantes da turma, afirmando que “para não pagar mico” era necessário saber diferenciar Sexo Biológico, Identidade de Gênero, Expressão de Gênero e Orientação Sexual.

Em linhas gerais os atores afirmavam que o Sexo Biológico parte de uma classificação binária entre homem ou mulher, que ocorre em razão de aspectos físicos do corpo humano, em especial a genitália. Mas que diferentemente do sexo biológico, a Identidade de Gênero diz respeito a como as pessoas se enxergam no mundo. Lado outro, Expressão de Gênero é explicado pelos atores como sendo a forma como as pessoas se expressam no mundo em que vivem, enquanto o termo Orientação Sexual está relacionado a capacidade de se atrair sexualmente e afetivamente por outra pessoa, seja ela homem ou mulher. Frisavam que não cabe a sociedade padronizar os indivíduos, mas respeitar a liberdade de escolha de cada pessoa, ou seja, a diversidade. Terminaram a cena convidando a coreógrafa transsexual Priscila Ferraz para explicar os percalços que enfrenta na vida, momento em que a convidada ressaltou ter conseguido alterar seu nome na certidão de nascimento, mas que lamentava o fato de o Brasil ser um dos países que mais assassina pessoas transsexuais e que, na contramão deste dado, é também o país que mais consome conteúdo pornográfico envolvendo essas pessoas.

Para o jornal, a postura da emissora era ofensiva à família, pois além de estimular precocemente a sexualidade de crianças e adolescentes, buscava “empurrar goela abaixo” um assunto tão delicado quanto a orientação sexual e a liberdade de gênero. O semanário iurdiano demonstrava preocupação com a naturalização do assunto, e construía um discurso em prol de convencer os leitores de que a conduta da Rede Globo era irresponsável e que poderia ser nociva a crianças e adolescentes. Para estimular a adesão ao discurso construído pela igreja, o jornal utilizou a estratégia de replicar uma breve fala de uma psicóloga sobre o assunto, revestindo de credibilidade a narrativa construída e dando um ar de cientificidade a mesma. Ao mencionar a reprovação dos telespectadores, o tabloide buscou se beneficiar da estratégia de generalizar a opinião daqueles que supostamente assistiram a cena, no intuito de aumentar entre os leitores o grau de reprovação a programação da emissora dos Marinheiros.

Lado outro, fundamental destacar que além de se posicionar contra a avanços da liberdade de orientação sexual e a autoidentificação de gênero, a IURD buscou atacar a emissora líder da preferência dos lares brasileiros. Tendo em vista que o faturamento das emissoras está associado à veiculação de publicidade pelos anunciantes nos intervalos da

³⁸ Michel e Jade explicam as diferenças de gênero e sexualidade. Cena de Malhação exibida em 02 ago. 2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6917634/>. Acesso em: 30 jan. 2023.

programação, e que esses levam em consideração os índices do IBOPE. Assim, o desestímulo ao consumo de produtos do canal tende a contribuir para a diminuição da audiência, podendo favorecer a Record TV, cujo objetivo é o lucro (BARBOSA, 2020). Calha pontuar que a IURD não franqueou espaço para que a Rede Globo se defendesse das acusações.

Em uma das oportunidades que o assunto foi explorado, o jornal atribuiu ao texto o seguinte título: *A ditadura da Ideologia de Gênero*. O termo ditadura possui uma carga discursiva altamente negativa, pois interdiscursivamente, é capaz de acionar elementos que remetem a imposição de uma forma única de pensamento. Nesse sentido, o jornal potencializava a necessidade do combate aos avanços de pautas que ferem a moral cristã, buscando reatualizar o que é certo e o que é errado, reforçando para os leitores a posição institucional da igreja sobre o tema.

A mídia impressa da IURD reiterava a importância de os leitores escolherem candidatos defensores da família e dos valores cristãos. Para Mariano (2014), essa é uma fala frequentemente repisada pelos bispos e pastores, tanto nos cultos quanto nos trabalhos de evangelização. Ao jogar a responsabilidade pela escolha de um Congresso que freie os avanços da liberdade de orientação sexual e a autoidentificação de gênero nos leitores, implicitamente a igreja estimula o voto em candidatos avalizados pela IURD. O jornal transmitia a ideia de que a sociedade, em especial as crianças, se encontravam em iminente risco, e que naquele ano caberia aos leitores impedirem que a cultura, o entretenimento televisivo e a educação fossem utilizadas em prol da destruição da família.

Na semana que antecederam as eleições o jornal trouxe reportagem intitulada *Por que 07 de outubro será o Dia das Crianças?*. Tradicionalmente a data destinada aos infantes é celebrada no dia 12, todavia a mídia impressa da IURD construía uma narrativa de que as famílias, e em especial as crianças, estavam sofrendo ataques e que o voto seria um importante instrumento para coibir tais práticas, por isso o dia das eleições seria também o dia das crianças. Nesse sentido, o jornal buscou criar um clima de pânico entre os leitores, afirmando que tramitava no Congresso Nacional projeto de lei apresentado pelos deputados Jean Wyllys (PSOL/SP) e Erika Kokay (PT/DF) que estabelecia a possibilidade de crianças se submeterem a cirurgia de mudança de sexo mesmo sem o consentimento dos pais.

Ao atribuir a parlamentares do PT e do PSOL a autoria e apoio a projetos relacionados à ideologia de gênero, ainda que nas entrelinhas o jornal mobilizava seu arsenal em prol de promover o descrédito dos presidenciáveis daqueles partidos, principalmente a desconstrução da imagem de Fernando Haddad (PT/SP). No momento em que as críticas à esquerda se

mostraram mais contundentes, o TSE já havia indeferido o registro de candidatura de Lula, e o PT já havia oficializado a candidatura de Fernando Haddad (PT/SP) para presidente, cujos motivos detalharei no capítulo seguinte.

Nascimento (2019) pontua que o candidato petista recebia constantes críticas dos evangélicos conservadores por, supostamente, ser o responsável pelo lançamento de um “Kit-gay” nas escolas, termo pejorativo para se referir ao material didático do programa *Escola sem Homofobia*, que, na verdade, era uma iniciativa do Legislativo. O autor complementa que “a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados havia encomendado o projeto ao Ministério da Educação no ano de 2004, um ano antes de Haddad assumir o cargo” (NASCIMENTO, 2019, p. 290). Haddad comandou o Ministério da Educação (MEC) durante os anos de 2005 a 2012.

O candidato petista tinha Bolsonaro, então líder nas pesquisas, como seu principal oponente. O combate ao “Kit-gay” era um dos carros chefes da campanha do então deputado federal à presidência, assunto frequentemente acionado como meio de ataque à esquerda e de aproximação aos evangélicos, seja em atos de campanha, seja em entrevistas enquanto parlamentar.

No dia 28 de agosto de 2018, Bolsonaro participou da tradicional sabatina do Jornal Nacional. O ex-capitão foi interpelado pelos entrevistadores Renata Vasconcelos e Willian Bonner sobre sua posição pessoal a respeito da homofobia, momento em que afirmou: “Um pai não quer chegar em casa e encontrar o filho brincando de boneca por influência da escola” e “Estão ensinando em algumas escolas que homem com mulher está errado, pode ser sim homem com homem e mulher com mulher”. O candidato exibiu suposto livro distribuído pelo MEC durante os anos de gestão petista, sendo repreendido pelos jornalistas da Rede Globo, vez que as regras da sabatina não previam a exibição de documentos e livros (VIRAL, 2018). Assim, o ferrenho defensor dos valores da família cristã era tido como o único candidato que falava o idioma dos evangélicos, ou seja, discursava contra o aborto, as minorias de gênero e a própria esquerda, e bradava por um país mais próximo dos ensinamentos bíblicos (ALEXANDRE, 2020). Tendo em vista que o assunto abordado pelo semanário durante o período eleitoral era uma pauta de campanha comum a Bolsonaro, não se pode afirmar categoricamente que o jornal fazia campanha para o ex-capitão do Exército, entretanto não se pode ignorar que, ao problematizar o assunto, os leitores tinham a tendência de melhor se identificarem com o candidato da ultradireita. Esgotada a análise sobre Ideologia de Gênero, passarei a explorar o

segundo principal tema que ganhou as páginas da *Folha Universal*: a defesa da família cristã e da liberdade de crença.

3.2.1.2 Defesa da família cristã e da liberdade de crença

Outras temáticas abordadas nas páginas da *Folha Universal* durante o primeiro turno das eleições dizem respeito à família cristã e à liberdade de crença, assuntos que, na visão dos neopentecostais, estão sob constante ameaça em razão do avanço das pautas mundanas.

Alexandre (2020) esclarece que no universo evangélico a expressão “mundana” é frequentemente acionada para adjetivar algo que se opõe aos preceitos bíblicos, tidos como “do reino de Deus”. Assim, tudo aquilo que vem na contramão do consumo da igreja e em dissonância com a interpretação literal dos textos da Bíblia é tido como ofensivo a Deus e, conseqüentemente, como produto do diabo no plano terreno. Nesse sentido, ideologicamente emerge a Teologia do Domínio, que consiste em uma versão reatualizada do maniqueísmo de que Deus e o diabo seriam forças autônomas e equivalentes brigando por um mesmo espaço. Assim o dominionismo defende que “Deus criou o homem para governar toda a criação, mas o pecado ‘entregou’ esse domínio ao diabo, agora os crentes em Jesus têm a missão de reclamar o domínio de volta” (ALEXANDRE, 2020, p. 157).

Através da interpretação literal dos textos bíblicos, os evangélicos tendem a defender como valores familiares cristãos a indissolubilidade do casamento, a união entre homem e mulher para fins de procriação, a dedicação do homem a manutenção e sustento do grupo familiar. Calha repisar que a inserção dos neopentecostais na vida política/partidária se deu em virtude do receio ao fechamento de templos religiosos e da banalização dos valores cristãos, pautas essas tidas pelos evangélicos como investidas do diabo no plano terreno (FREESTON, 2003).

Sob a ótica dos evangélicos, a instituição do divórcio, o reconhecimento estatal do casamento de pessoas do mesmo sexo e até mesmo o uso de métodos contraceptivos podem ser enxergados como avanços das pautas mundanas, fruto da banalização dos valores cristãos e da perseguição ao povo de Cristo. Nesse sentido, constantemente se vitimizam como “minorias perseguidas”, propagando o discurso que o mundo está cada vez mais subvertido e de que temem o momento em que haverá uma intervenção estatal na liberdade de culto.

Considerando que no ano de 2018 treze candidatos de diferentes crenças e ideologias disputaram o cargo máximo do Poder Executivo, o semanário iurdiano tornou explícita suas preocupações em Editorial de meia página, estampado na edição nº 1.381. O jornal foi

disponibilizado entre os dias 30 de setembro a 06 de outubro, contando com tiragem de 1.860.375 unidades. Vejamos:

Síntese 01

No editorial intitulado “*Cuidado, não vote contra a fé*” o jornal problematiza a liberdade de crença destacando a polêmica em torno de um projeto de Lei na China que prevê a proibição de diversos conteúdos de várias crenças na Internet. Afirma que na Bolívia algo parecido também ocorreu quando o governo federal de lá tentou criminalizar a evangelização. Dessa forma o jornal destaca que “a liberdade de expressão da fé pode ser censurada pelos eleitos” e que “é prudente escolhermos líderes que defendam princípios de acordo com o que Deus quer de nós e que valorizem os valores familiares e a liberdade de poder expressar a fé e compartilhá-la com outras pessoas, levando a elas a importância da Salvação e o caminho para chegar até ela. O semanário pontua que é preciso ter cuidado com quem escolhemos para os cargos políticos, pois há vários candidatos com diferentes crenças, opiniões e linhas de pensamento, entretanto é prudente a escolha de líderes que defendam princípios de Deus, como a família e a liberdade de poder expressar a fé, reforçando mais uma vez a importância do voto consciente e responsável.

Fonte: Cuidado (2018), sintetizado pelo autor.

Ao analisar a síntese textual acima, se verifica que o jornal alertava os leitores sobre os riscos de se escolher candidatos que não estejam comprometidos com os valores cristãos. Intradiscursivamente o jornal cobrava cautela e prudência no processo do voto, reforçando a importância de se eleger políticos comprometidos com a família e com a liberdade de crença.

O semanário iurdiano buscou incutir medo nos leitores ao construir o discurso de que já havia em alguns países projetos de leis que buscavam limitar e criminalizar as atividades religiosas. Todavia, a *Folha Universal* não mencionava que eventual limitação, no Brasil, colidiria com os preceitos do texto Constitucional, uma vez que, consoante expressa previsão normativa insculpida no rol de direitos fundamentais, são invioláveis a liberdade de consciência e de crença, sendo garantido o livre exercício de cultos religiosos e assegurada a proteção aos locais de cultos e as suas liturgias (HACK 2012). Nesse sentido, a estratégia utilizada pela *Universal*, via jornal, foi de reforçar o velho discurso da perseguição aos cristãos.

Ao exemplificar os países que supostamente se enveredaram em limitar o exercício da fé, o jornal se incumbiu de mencionar dois países tidos como socialistas: Bolívia e China. O socialismo consiste em uma doutrina política e econômica que prima pela abolição da propriedade privada e estatização dos meios de produção, tendo como um de seus principais expoentes o filósofo alemão Karl Marx. Crítico à religião e à família, o movimento marxista prega o enfraquecimento de ambas as instituições (MARX, 2010).

Ocorre que a crença neopentecostal na Teologia da Prosperidade e do Domínio colide diretamente com os ideários econômicos e morais dos socialistas, isso porque enquanto os

primeiros tendem a defender o liberalismo econômico e a manutenção dos preceitos religiosos como regras moralizantes para a sociedade, os segundos almejam a planificação da economia, ou seja, a instauração de um Estado capaz de controlar todos os setores econômicos da sociedade, bem como se mostram críticos a família e a religião³⁹.

Importante pontuar que desde a Guerra Fria, a utilização dos termos comunismo e socialismo tem servido como categorias de acusação por parte de religiosos e políticos conservadores, isso porque os movimentos de esquerda têm sido associados ao pensamento de Karl Marx. Nesse sentido, o jornal buscou intradiscursivamente acionar elementos capazes de associar eventuais riscos à família cristã e à liberdade de culto à vitória nas urnas de candidaturas ligadas a partidos da esquerda brasileira.

Outro ponto importante de ser destacado é que Jair Bolsonaro (PSL/RJ) frequentemente se valia dessa categoria acusatória para destratar seus adversários, principalmente Fernando Haddad (PT/SP) e Guilherme Boulos (PSOL/SP). Acusava-os de serem uma ameaça à família cristã, em especial de pretenderem legalizar o aborto, as drogas e a ideologia de gênero.

Embora os institutos de pesquisas indicassem que Jair Bolsonaro (PSL/RJ) e Fernando Haddad (PR/SP) possivelmente caminhariam para a disputa em segundo turno, a igreja de Edir Macedo ainda se mostrava cautelosa em estampar em sua mídia oficial o nome do ex-capitão do Exército como o candidato da instituição. Os assuntos abordados em primeiro turno eram pautas caras tanto aos evangélicos, quanto ao candidato da extrema-direita. Nesse sentido, mesmo não publicando o nome do ex-capitão das Forças Armadas, o jornal discretamente ratificava diante de seus leitores o apoio ao discurso do presidencialista.

3.2.2 Segundo Turno

Ao analisar as 04 edições semanais publicadas durante o período do segundo turno (Ed. 1.382, 1.383, 1.384 e 1.385) foi possível verificar a existência de 04 editoriais e 09 notícias de cunho político/eleitoral. O tabloide iurdiano insistia em informar os fiéis acerca da importância do voto, instrumento capaz de mudar politicamente do país. Todavia, temáticas

³⁹ É atribuída a Karl Marx a frase “A religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração, assim como o espírito de estados de coisas embrutecidos. Ela é o ópio do povo” (MARX, 2010, p. 145). O autor era crítico as religiões e tinha como mote central a emancipação do homem e do Estado em relação às amarras da religião. Por esse motivo o pensamento marxista é tido como contrário à liberdade religiosa.

como o ódio nas redes sociais, e a defesa do direito de manifestação política de pastores e bispos marcaram a tônica das publicações naquele período. Dessa forma, buscarei destacar alguns dos textos estampados no jornal que versam sobre os assuntos mencionados.

3.2.2.1 Ódio nas Redes Sociais

Um dos assuntos abordados no semanário iurdiano ao longo do segundo turno versa sobre os discursos de ódio associados a política-partidária disseminados nas redes sociais. Via de regra, todo pleito eleitoral perpassa por um complexo processo comunicativo, no qual um restrito número de pessoas se esforça para convencer um grupo bem maior de indivíduos a escolher determinado nome nas urnas. Nesse sentido, Feres Jr (2019) tece que tradicionalmente os candidatos usufruem de três diferentes canais de comunicação com o eleitorado potencial: 1) os eventos de campanha, que implicam no corpo-a-corpo com os eleitores; 2) o acesso ao horário eleitoral gratuito, exibido no rádio e na TV; 3) e a cobertura pela grande mídia. O autor complementa que em 2018, as redes sociais se transformaram em um quarto canal de comunicação, assumindo um papel relevante no resultado das urnas.

Tradicionalmente os três principais meios citados por Feres Jr (2018) tendem a favorecer os partidos mais tradicionais e as campanhas com maior acesso a recursos financeiros. Tanto é que no período compreendido entre os anos de 1994 e 2016, apenas dois partidos polarizaram a política nacional – PT e PSDB. Diante disso, se faz necessário destacar que o acesso a recursos financeiros para confecção de material de campanha e organização de atos públicos estão vinculados ao acesso ao Fundo Partidário Eleitoral e ao recebimento de doações por pessoas físicas. Já a exposição midiática dos candidatos, muitas vezes tende a considerar os interesses privados dos conglomerados de comunicação (ALVES, 2019)⁴⁰.

Alves (2019) destaca que diferentemente das grandes empresas de comunicação, as mídias sociais são plataformas que podem facilitar a comunicação política, inclusive permitindo o surgimento de *startups* jornalísticas, veículos de jornalismo independente e iniciativas de midiativismo. Noutras palavras, podem representar o aumento na liberdade de expressão dos

⁴⁰ Nos bastidores da política são frequentes as barganhas de apoio da grande mídia em troca de benesses em um futuro governo. Dessa forma, embora não seja impossível, o êxito de candidaturas ao Palácio do Planalto por partidos menores e candidatos de pouca expressividade tendem a enfrentar maiores dificuldades do que aquelas lançadas pelos partidos maiores (ALVES, 2019).

indivíduos e na redução do poder de monopólio das informações por um pequeno e seletivo grupo de famílias que dominam o jornalismo brasileiro⁴¹.

Embora as redes sociais tenham sido utilizadas politicamente desde o ano de 2010, foi a partir do pleito de 2018 que *WhatsApp*, *Facebook* e *Twitter* se mostraram importantes canais de comunicação eleitoral. Entretanto, devido a facilidade em se produzir e disseminar conteúdo sem qualquer espécie de filtragem das informações, essas redes sociais contribuíram sobremaneira com a circulação de Fake-news e discursos de ódio, resultando em desinformação, ataques a candidatos e troca de ofensas entre eleitores.

Assim, o ódio nas redes sociais foi abordado na *Folha Universal* em texto publicado na edição nº 1.382, em meia página, na seção Opinião, especificamente no espaço reservado ao Editorial. O jornal foi distribuído para os leitores entre os dias 07 a 06 de outubro de 2018. Segundo informações na capa, a tiragem do semanário alcançou o número de 1.860.375 unidades. Vejamos:

Síntese 01

No editorial intitulado “*A agressão nos assuntos políticos movimentada as redes sociais*”, o jornal tecia que “As eleições deste ano marcam um período em que o país busca alternativas para construir o futuro depois dos escândalos de corrupção e da crise econômica. O povo quer mudança. E a transformação começa nas urnas”. Destaca que durante o primeiro turno muitos eleitores foram levados pelas emoções, momento em que o antagonismo e a polarização ganharam espaço, assim como o ódio substituiu as propostas. Familiares e amigos estavam brigando por conta de comentários políticos postados na Internet. Grupos mal intencionados se aproveitaram dessa fragilidade para disseminar Fake-news. O jornal apontou que apesar dos problemas os cidadãos estão mais interessados em discutir política, o que pode ser confirmado com pesquisas desenvolvidas pela UFMG e pelo instituto Datafolha. Ressalta que o aumento do interesse pela política não garante a qualidade do debate e nem a solução para os problemas do país. Pontua que, independentemente das pessoas que forem eleitas, uma coisa é certa: “o resultado das urnas terá reflexos na vida de todos os cidadãos brasileiros”. “A população brasileira precisa permanecer unida para discutir os temas mais importantes para o país, cobrar ações dos representantes eleitos e fiscalizar e administrar os bens públicos”.

Fonte: A agressão (2018), sintetizado pelo autor.

Ao analisar a síntese apresentada é possível identificar que o jornal reconhecia que durante o primeiro turno diversos eleitores foram levados pelas emoções e as divergências político-partidárias estavam causando brigas entre familiares e amigos. O jornal enfatizava que

⁴¹ A grande mídia brasileira se encontra sob o controle de um pequeno número de famílias. Tendo em vista as quatro principais emissoras de TV aberta, é de conhecimento público que a família Marinho é a proprietária do grupo Globo; o clã de Edir Macedo comanda a Rede Record, a família Saad administra a Rede Bandeirantes; e a família Abravanel está à frente do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT).

embora o debate entre direita e esquerda tenha dominado as redes sociais naquele período, havia algo de positivo, pois os brasileiros se mostravam mais dispostos a discutir política. Para sustentar os argumentos alinhavados e dar aos mesmos o ar de cientificidade, o tabloide mencionou pesquisas realizadas pela UFMG e pelo instituto Datafolha. A mídia iurdiana reforçava a necessidade de a sociedade permanecer unida para discutir os rumos do país, fiscalizar e cobrar dos representantes eleitos o zelo com a coisa pública.

Embora tenha utilizado como pano de fundo a temática do ódio nas redes sociais, intradiscursivamente o semanário iurdiano se posicionava a favor da mudança. Naquele momento dois candidatos disputavam a preferência do eleitorado: Jair Bolsonaro (PSL/RJ) e Fernando Haddad (PT/SP). Publicamente Bolsonaro se apresentava como o candidato da transformação, aquele que colocaria o país nos trilhos e que combateria a corrupção; e apresentava seu adversário como o candidato do sistema, defensor da velha-política e filiado ao partido do Mensalão e do Petrolão.

Ainda que não estampasse apoio ao deputado conservador, o jornal continuava a ratificar suas pautas e falas de campanha. Não menos importante, calha destacar que Edir Macedo já havia se manifestado publicamente, sinalizando seu voto no ex-capitão, entretanto a igreja agia com pragmatismo. Embora o PT tivesse avançado para o turno final na segunda colocação, contava com uma militância forte e capaz de reverter o quadro de vantagem do candidato do PSL. Ainda que a campanha de Bolsonaro estivesse consolidada, havia receio por parte da igreja de uma eventual vitória petista, e tomar partido explicitamente poderia comprometer os planos futuros da IURD. Assim, o jornal não pedia votos para Bolsonaro, mas deixava nas entrelinhas que ele era o candidato ideal para os iurdianos.

Finalizada neste trabalho a análise sobre a temática do ódio nas eleições, utilizada como plano de fundo para reforçar a necessidade de mudanças no país, passarei a explorar outro assunto que permeou o semanário no segundo turno, qual seja: o direito à manifestação política por bispos e pastores.

3.2.2.2 Manifestação Política de Bispos e Pastores

Outro importante tema que ganhou as páginas do tabloide da Igreja Universal diz respeito ao direito de manifestação política de bispos e pastores da instituição. A temática tem sido fruto de discussão nos últimos anos, isso porque, ao se manifestarem politicamente, as lideranças religiosas acabam valendo de sua autoridade sacerdotal para interferir no voto da

membresia de sua igreja, influenciando na soberania do voto de seus fiéis. Nesse aspecto, nasceu a figura do abuso de poder religioso.

A figura do abuso de poder, fortemente combatida pelos tribunais eleitorais pátrios, é tida como toda conduta que envolva a utilização de recursos financeiros ou acesso a bens ou serviços que tenha potencialidade para gerar desequilíbrio entre os candidatos (CARVALHO JR, 2019). Dessa forma, a figura do abuso de poder religioso acontece quando uma liderança religiosa se vale da sua posição privilegiada, da estrutura da igreja e da fé de seus adeptos para convencê-los a votar em determinado candidato, por vezes atrelando sua indicação pessoal ou institucional aos desígnios de Deus (OLIVEIRA & MARTINS, 2021).

Prandi, Santos e Bonato (2019) destacam que as igrejas evangélicas no Brasil desempenham papel tão ou mais efetivo que os próprios partidos políticos, sendo inclusive capazes de desequilibrar pleitos eleitorais. Além de pedir expressamente o voto dos fiéis, beneficiam seus apadrinhados com serviços de gráficas, advogados e marqueteiros. Por vezes, essas mesmas igrejas acabam subvertendo as doações dos fiéis e abastecendo campanhas com transações financeiras irregulares, que frequentemente são ocultadas da Justiça Eleitoral, ensejando uma contabilidade paralela a declarada aos tribunais – prática essa popularmente denominada como Caixa Dois⁴².

Nesse sentido, a *Folha Universal* buscou problematizar o assunto em duas diferentes oportunidades. A primeira delas ocorreu em texto publicado na edição nº 1.383, em meia página, na seção Opinião, especificamente no espaço reservado ao Editorial. O jornal foi disponibilizado aos leitores na semana de 14 a 20 de outubro de 2018, alcançando a tiragem de 1.860.375 unidades. Vejamos:

Síntese 01

No editorial intitulado “*Dois pesos e duas medidas*”, o jornal problematizou “o que é certo vale apenas para alguns grupos da sociedade civil”. Demonstrava indignação com o fato de a cantora Pablo Vittar ter se manifestado politicamente em um grande evento de premiação musical. Segundo o jornal, Pablo disse: “o mais importante da noite de hoje foi mostrar que a nossa música pode ser arte, mas também resistência”. O jornal questionava que diferentemente das celebridades, pastores não podem se expressar politicamente sem sofrer sanções da Justiça e perseguições da mídia. O jornal pontua “é curioso notar que o mesmo não se aplica ao caso dos pastores que, quando manifestam qualquer pensamento político em suas igrejas, são perseguidos arduamente pela imprensa e podem até enfrentar grandes problemas nas Justiça. Essa atitude não poderia ser considerada como o que

⁴² Oliveira e Martins (2021) tecem que embora não haja expressa tipificação legal do abuso de poder religioso, os casos acabam sendo enquadrados pelos tribunais pátrios como outras espécies de abuso de poder (político, econômico ou de autoridade) e como captação ilícita de sufrágio, cujas penalidades aplicadas podem variar desde multas as igrejas e pastores, como na perda do mandato/cassação da chapa do candidato beneficiado.

chamamos anteriormente de ‘dois pesos e duas medidas?’” Encerra o editorial afirmando que não se pode deixar influenciar por aqueles que se opõem a fé cristã.

Fonte: Dois pesos (2018), sintetizado pelo autor.

A segunda vez que o assunto foi abordado pela mídia impressa iurdiana foi em texto publicado na edição nº 1.385, também no espaço reservado ao Editorial. O jornal foi distribuído para os leitores no dia da eleição para o segundo turno e na semana que o sucedeu (de 28 de outubro a 03 de novembro 2018). Segundo informações contidas na capa do jornal, a tiragem do semanário alcançou o número de 1.860.375 unidades.

Síntese 02

No editorial intitulado “*O espírito da lei não é a lei contra o espírito*”, o jornal critica aqueles que escrevem em jornais de grande circulação dizendo que a fé não pode ser motivo para os eleitores escolherem seus candidatos. Segundo o jornal “chegam a insinuar que seja crime eleitoral. É ‘abuso de poder religioso’”. O editorial esclarece que embora a legislação eleitoral proíba campanha em bens públicos e de uso do povo, como as igrejas, os pastores e quaisquer outros religiosos não estão impedidos de se posicionarem politicamente em grupos de *WhatsApp*, em conversas ou de subirem em palanques durante comícios. Questiona “por que um bispo não pode pregar pela melhoria das condições do povo ou não pode debater questões que afligem os fiéis?”. Afirma que “o medo de quem quer calar as igrejas é que os cristãos escolham candidatos que representam valores que a Bíblia defende: família, honra, honestidade, etc.”. Encerra defendendo que um líder espiritual precisa alertar e debater com sua comunidade questões políticas e que cada voto é poderoso, destacando a necessidade de se votar com consciência cristã.

Fonte: O espírito (2018), sintetizado pelo autor.

O jornal apontava que, sobre o direito de manifestação política, os setores da sociedade recebiam tratamentos diferenciados. Intradiscursivamente o tabloide de Macedo argumentava que a classe artística gozava do privilégio de poder se manifestar livremente em qualquer lugar, entretanto pastores e bispos eram perseguidos pela mídia e que corriam o risco de se envolverem em imbrólios com a Justiça. O semanário reatualizava o discurso já cristalizado de minoria perseguida não apenas pela mídia secular, como pelas instituições sociais. O tabloide provocava a indignação dos leitores através do vitimismo, todavia ocultava o poderio político da IURD.

Como forma de reforçar o vitimismo e ilustrar a discrepância no tratamento entre classe artística e religiosos, o jornal problematizou a fala da cantora Pablio Vittar em um evento de premiação musical. Segundo a reportagem, a artista havia dito que: “o mais importante da noite de hoje foi mostrar que a nossa música pode ser arte, mas também resistência”. A expressão “resistência” era cristalizada perante a militância de Fernando Haddad (PT/SP), que se opunha aos discursos de cunho misóginos, homofóbicos e xenofóbicos que vinham sendo

proferidos por Jair Bolsonaro nos últimos anos⁴³. Logo, era clarividente que a manifestação da cantora era uma demonstração pública de voto ao candidato petista, e tal fato incomodava os evangélicos conservadores.

Importante destacar que durante o período eleitoral, diferentes membros da classe artística se manifestaram politicamente, seja nas redes sociais, em programas de TV ou mesmo durante a realização de eventos públicos. Todavia, somente após a fala da artista é que a igreja, via mídia impressa oficial, buscou problematizar o fato, inclusive estampando o nome da cantora nas páginas do semanário. A escolha da artista foi proposital, Pablo Vittar é uma cantora *drag queen*, tida pelos evangélicos como uma pessoa “mundana”, contrária aos preceitos religiosos defendidos pelos cristãos.

Ao problematizar o episódio, o jornal reforçava entre seus leitores a ideia de que moralmente um pastor teria muito mais legitimidade para se expressar politicamente do que uma *drag queen*, que seria uma pessoa moralmente condenável, um pecado a ser combatido pelos iurdianos em prol da construção do “reino de Deus” (OLIVEIRA & MARTINS, 2021).

O jornal era enfático ao dizer que embora não pudessem fazer campanha dentro dos templos religiosos, as lideranças religiosas não estavam impedidas de se manifestar nas redes sociais, em conversas informais ou de participarem de atos públicos de campanha. Defendia que os líderes espirituais deveriam alertar e debater com sua comunidade questões políticas e que cada voto seria poderoso para definir os rumos da nação, destacando a necessidade de se votar com consciência cristã, ou seja, levando em consideração todo o arcabouço de valores oriundos da interpretação dos textos bíblicos aprendidas na igreja.

O semanário ainda questionava aos leitores “por que um bispo não pode pregar pela melhoria das condições do povo ou não pode debater questões que afligem os fiéis?”. Ponderava que o medo de quem queria calar as igrejas era de que os cristãos escolhessem candidatos que representassem valores bíblicos como a família, a honra e a honestidade.

Qualquer leitor minimamente informado compreendia que as pautas abordadas pelo semanário encontravam estrita correlação com as pautas defendidas pelo conservador Jair Bolsonaro (PSL/RJ), e que a vitória do candidato nas urnas seria a vitória dos evangélicos e do “reino de Deus”. O pedido de votos para o candidato não era explícito, mas a semelhança dos discursos e o clamor pelo sufrágio em um cristão eram suficientes para convencer os leitores que Bolsonaro era o nome da igreja. Encerrada a análise dos textos publicados pelo jornal

⁴³ Como exemplos, no ano de 2014 Jair Bolsonaro disse a deputada Maria do Rosário que não a estuprava porque ele considerava a parlamentar “muito feia”. Em 2017, então deputado declarou: “Eu tenho 5 filhos. Foram 4 homens, a quinta eu dei uma fraquejada e veio uma mulher” (ALEXANDRE, 2020).

durante o período eleitoral, debruçarei sobre as pautas exploradas pelo semanário da igreja de Macedo após a disputa nas urnas.

3.3 PERÍODO PÓS-ELEITORAL

Entende-se como período pós-eleitoral aquele que sucede o resultado definitivo das urnas. É nesse período em que ocorre a diplomação dos eleitos, a transição de governo e antecede a posse presidencial. Sua duração no calendário em ano eleitoral pode variar, a depender da necessidade ou não de realização de segundo turno. Tendo em vista que a eleição presidencial de 2018 necessitou da realização de um segundo turno, o período pós eleitoral durou nove semanas.

Ao analisar as 09 edições semanais publicadas no período, foi possível identificar a existência de 05 editoriais e 05 notícias de cunho político/eleitoral. Transcorrida as eleições, o jornal comemorava a vitória de Jair Bolsonaro e defendia a união dos brasileiros em prol da reconstrução do país. Temáticas como Ideologia de Gênero e Escola sem Partido marcaram o período, além de críticas ao PT e Fernando Haddad. Nesse sentido buscarei destacar alguns dos textos estampados no jornal que versam sobre os assuntos mencionados.

3.3.1 União e reconstrução do país

Após a deflagração do processo eleitoral que resultou na eleição de Jair Bolsonaro como o 38º Presidente da República, reinava no país um clima de divisão. O resultado das urnas apontava a vitória do candidato filiado ao PSL em 15 estados da federação e no Distrito Federal. Haddad, candidato derrotado, venceu em 11 estados, concentrados na região nordeste e norte do país (BRASIL, 2018?). Não menos importante, as disputas acaloradas entre os candidatos causaram nacionalmente cisões e rupturas nos lares, nas relações entre amigos e no ambiente de trabalho, enfim, permearam a vida cotidiana dos brasileiros naquele ano, tendo como palco os grupos de *WhatsApp* e as publicações do *Facebook* e do *Twitter*. Entretanto, ao presidente eleito cabia a missão de governar não apenas para aqueles grupos que o elegeram, mas a toda a sociedade brasileira.

Uma das pautas trabalhadas pela *Folha Universal* no período consistia justamente na necessidade de arrefecimento dos ânimos dos eleitores, em prol de um processo de união entre as pessoas e de reconstrução do país, que ainda enfrentava severa crise econômica. Assim o semanário abordou a temática em duas diferentes oportunidades. A primeira delas foi na edição

nº 1.387, em meia página, na seção Opinião, especificamente no espaço reservado ao Editorial. O tabloide foi distribuído para os leitores entre os dias 11 a 17 de novembro de 2018, tendo alcançado a tiragem de 1.860.375 unidades. Vejamos:

Síntese 01

No editorial intitulado “*A vida deve seguir para frente*”, o jornal afirma que os eleitores não podem esquecer que os eleitos governam para todos e que não dá mais para dividir o Brasil entre “nós” e “eles”. Destaca a necessidade de se recuperar os laços rompidos com familiares e amigos que desfizeram relacionamentos por causa de discussões políticas. Para o jornal “o desafio inicial será olhar o outro com compaixão, como ensinou Jesus Cristo”. Destaca que “é preciso saber que os escolhidos para ocupar o poder devem seguir as regras já estabelecidas no país. Não há motivo para pânico”. Pontua “não adianta continuar reclamando do que já passou. A partir de agora, é preciso olhar para a frente”. Defende que os brasileiros devam permanecer unidos e aprender a respeitar as diferenças de posicionamento, almejando encontrar um equilíbrio. Complementa reforçando a necessidade de cobrar e fiscalizar os trabalhos dos eleitos.

Fonte: A vida (2018), sintetizado pelo autor.

A segunda vez que o assunto foi pautado pelo jornal foi na edição nº 1.389, em texto de duas páginas, na seção Geral. O jornal foi distribuído para os leitores entre os dias 25 de novembro a 01 de dezembro de 2018. Segundo informações contidas na capa do jornal, a tiragem do semanário alcançou o número de 1.864.875 unidades.

Síntese 02

Em reportagem intitulada “*Dá para se reconciliar com amigos e familiares depois das eleições*” o jornal destaca que muitas pessoas trocaram ofensas por causa de divergências políticas. Para o jornal as frustrações com a política e o medo foram as principais causas das brigas em ano eleitoral. O jornal destaca a fala da psicóloga Patrícia Estrela: “O governador e o presidente não vão visitar você na sua casa ou no hospital se você tiver um problema. É importante valorizar as pessoas que participam da sua caminhada”. Assina a reportagem Rê Campbell.

Fonte: Campbell (2018), sintetizado pelo autor.

Através da análise realizada por meio das sínteses textuais acima, verifico que deflagrado o pleito eleitoral, o clima de beligerância criado pelo jornal deu lugar ao discurso reconciliação com aqueles cuja posição política era divergente. Após o resultado das urnas não havia mais a necessidade de causar pânico aos leitores, pelo contrário, eleito o candidato preferido pela cúpula da IURD, caberia a sociedade aceitar a decisão soberana do povo nas urnas, reconhecer o resultado declarado pelo TSE e torcer pelo sucesso do governo do presidente eleito.

A mídia oficial iurdiana construía um discurso pacificador, pontuando aos leitores que os eleitos governam para todos, e que não mais se justificava a divisão entre “nós” e “eles”

sendo necessário “olhar o outro com compaixão, como ensinou Jesus Cristo”. Interdiscursivamente, o jornal evidenciava a existência de duas visões de mundo antagônicas, o “nós”, representado pelos iurdianos que moralmente vivem e professam os valores cristãos, e o “eles”, segmento que se opõe às pautas defendidas pela igreja. Para Eller (2018), religiosos fundamentalistas, como os neopentecostais, se valem dos textos sagrados para interpretar experiências religiosas e justificar padrões de conduta moralmente aceitáveis ou não, assim acabam criando divisões de mundo antagônicas entre o “nós” e o “eles”, os “de dentro” e os “de fora”, ou ainda os “escolhidos” e os “excluídos”, buscando evidenciar suas fronteiras identitárias e deslegitimar aqueles que pensam diferentes. Entretanto, naquele momento o jornal acionou preceitos bíblicos que buscava mitigar essas diferenças, face a vitória do candidato que melhor falava a língua dos evangélicos (ALEXANDRE, 2020). Era a certeza dos iurdianos de que ao menos por quatro anos teriam um presidente ideologicamente comprometido com seus ideais, ou seja, defensor da família, contrário a corrupção, ao aborto e a legalização drogas, e combativo no que diz respeito à liberdade de gênero.

O jornal tecia que “é preciso saber que os escolhidos para ocupar o poder devem seguir as regras já estabelecidas no país. Não há motivo para pânico”. De fato, independentemente do posicionamento ideológico do agente público eleito, este sempre estará sujeito as leis vigentes, e não poderá legislar a seu bel prazer, estando sujeito aos preceitos constitucionais e à ratificação de suas medidas pelo Congresso Federal e pelo Poder Judiciário (HACK, 2012).

O discurso de submissão dos agentes políticos ao ordenamento jurídico pátrio é cristalizado não apenas no meio jurídico, mas na sociedade em geral, entretanto, estimular o pânico entre os leitores acerca do avanço de pautas da esquerda, durante o período eleitoral, ainda que indiretamente, era conveniente para a cúpula iurdiana angariar votos para Jair Bolsonaro (PSL/RJ).

Finalizada a análise sobre a temática da união e reconciliação do país, passarei a analisar outro assunto estampado na *Folha Universal* no período pós-eleitoral: Escola sem Partido.

3.3.2 Escola sem Partido e Partido com Escola

Partindo da premissa de que o discente é a parte mais fraca no processo educacional enquanto o professor goza de uma posição privilegiada na formação de seus alunos, o Programa Escola sem Partido nasceu com o intuito de coibir uma suposta doutrinação ideológica nas instituições de educação básica. Embora se autodenomine apartidário, o projeto tem sido

encampado por parlamentares conservadores, com especial destaque para a Bancada Evangélica do Congresso Nacional. Atrelado à Reforma do Ensino Médio proposta pelo governo Temer, o projeto busca estabelecer a educação como responsabilidade majoritariamente familiar e a instrução uma função técnica da escola, que teria como papel único e exclusivo de preparação dos jovens para o mercado de trabalho (ROSSI & PÁTARO, 2020)⁴⁴.

Durante as eleições de 2018, a temática era um dos pilares de campanha do presidente eleito Jair Bolsonaro, que via no projeto uma forma de coibir o amplo debate sobre liberdade de gênero, sexualidade, diversidade religiosa e posicionamento político, pautas caras à esquerda e fortemente combatidas pelos setores mais conservadores da sociedade. Para o presidente eleito era necessário “expurgar a ideologia de Paulo Freire”, baseada na construção do conhecimento através do diálogo entre professor e alunos, e oferecer “mais matemática, ciências e português, sem doutrinação e sexualização precoce”, estimulando o modelo de educação bancária, onde o conhecimento técnico é inculcado na mente dos alunos, com restrita possibilidade dialógica sobre os assuntos tratados (TOKARNIA, 2018).

Na contramão das discussões sobre a Escola sem Partido, o Ministério da Educação (MEC) autorizou a criação de uma universidade vinculada ao PRB, partido tido como braço da Igreja Universal. Visando esclarecer o posicionamento da igreja sobre o assunto, a mídia impressa oficial iurdiana reservou o Editorial do jornal nº 1.389, que contou com a participação do presidente da legenda, Marcos Pereira. O jornal foi distribuído para os leitores entre os dias 25 de novembro a 01 de dezembro de 2018. Segundo informações contidas nas capas do jornal, a tiragem do semanário alcançou o número de 1.864.875 unidades. Vejamos:

Síntese 01

No editorial intitulado “*Escola sem partido e partido com escola: é claro que pode*”, o jornal aponta que o PRB foi o primeiro partido a formar e administrar uma faculdade. Informa que “a Faculdade Republicana [Brasileira] não estará vinculada a nenhuma igreja, e mesmo que tivesse vinculação não seria problema, ressaltando a existência de universidades católicas, metodistas, presbiterianas, batistas, etc. Sobre o conflito entre o partido apoiar o projeto Escola Sem Partido e administrar a faculdade destaca que o projeto busca evitar a disseminação de ideias marxistas entre crianças indefesas, enquanto a faculdade é um ambiente de livre debate e que contempla todas as linhas ideológicas, além de não ser de matrícula obrigatória como o ensino básico. Destaca que “na escola, o professor exerce autoridade máxima, podendo transferir ‘verdades absolutas’ que não correspondem com o desejo do país. Na

⁴⁴ Na prática, diversos estados e município legislaram sobre a temática, entretanto no ano de 2020 o STF declarou a inconstitucionalidade das leis por violarem princípios e dispositivos constitucionais como: os direitos à igualdade e à liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; o melhor interesse de crianças e adolescentes; a laicidade do Estado; além de invadir a competência privativa da União de legislar sobre as bases nacionais da educação (OLIVEIRA & MARTINS, 2021).

faculdade, seja ela qual for, há espaço ao contraditório”. E “na idade escolar, crianças ainda estão em formação cultural, psicológica, ideológica e moral, atribuição que é e sempre deve ser de responsabilidade da família. Na faculdade, o candidato em tese já passou dessa fase”. Encerra afirmando que “num país democrático como o nosso, essa atitude deveria ser comemorada, e não criticada”. Em nota de rodapé consta que Marcos Pereira, presidente do PRB colaborou com o editorial.

Fonte: Pereira (2018), sintetizado pelo autor.

Através da análise da síntese acima é possível verificar que havia uma preocupação do jornal em deixar claro que embora o PRB tenha conseguido fundar uma universidade, essa não estaria submetida a nenhuma igreja. Ao fazer essa afirmativa, intradiscursivamente a mídia oficial da IURD evidenciava a ligação entre a igreja e o partido político, todavia buscava demonstrar que a instituição acadêmica seria plural. Ao construir um discurso em prol da pluralidade, a mídia oficial iurdiana esclarecia que, ainda que a instituição tenha sido fundada por um braço da igreja, não se limitaria a aceitar alunos pertencentes a denominações evangélicas, estando aberta a frequentadores de diferentes crenças religiosas.

O jornal deixava claro que, ainda que houvesse uma eventual intromissão da igreja na universidade, isso não seria problemático, justificando a existência de diferentes instituições de ensino confessional, como a Pontifícia Universidade Católica e a Universidade Presbiteriana Mackenzie. Importante ponderar que nessas instituições o quadro diretivo geralmente é formado por lideranças religiosas, assim, a estratégia de minimizar uma eventual vinculação religiosa com instituições de ensino serviu como meio de arrazoar e legitimar a participação de membros da IURD na administração da faculdade. Válido ressaltar que o atual reitor da universidade é Joaquim Mauro da Silva, que além de ser o 1º tesoureiro nacional do Republicanos, é pastor da igreja do bispo Macedo.

O tabloide era enfático ao se posicionar favoravelmente ao projeto Escola sem Partido, destacando que “na escola, o professor exerce autoridade máxima, podendo transferir ‘verdades absolutas’ que não correspondem com o desejo do país”. O jornal não deixava claro quais eram os desejos do país, mas a defesa ao projeto pela Bancada Evangélica sempre se dava com base na proteção da família e dos valores cristãos, temas que vinham sendo explorados desde as primeiras edições do jornal naquele ano eleitoral.

Ao discorrer que “num país democrático como o nosso, essa atitude deveria ser comemorada, e não criticada”, o jornal buscava suavizar as críticas que a universidade recém criada e o PRB vinham sofrendo, principalmente dos partidos que se opunham à proposta acusada de tentar amordaçar os professores em sala de aula, como o PT e o PSOL.

Tendo em vista a colaboração de Marcos Pereira no editorial é possível afirmar que o posicionamento estampado nas páginas do jornal simbolizava não apenas a posição da igreja

de Edir Macedo, mas franqueava espaço para promoção do PRB e publicização da Faculdade Republicana entre os leitores.

Finalizada a análise sobre a temática da Escola sem Partido, passarei a discorrer acerca da última temática política estampada nas páginas da *Folha Universal*, qual seja: as ferrenhas críticas tecidas a Haddad e ao Partido dos Trabalhadores.

3.3.3 Críticas ao PT e a Haddad

Embora no período pós-eleitoral a *Folha Universal* tenha comprado o discurso da união entre os eleitores de diferentes opiniões políticas em prol da reconstrução do país, o clima de paz não se estendia aos candidatos derrotados nas urnas. Desde o desembarque dos iurdianos do governo de Dilma Rousseff, o PT e seus candidatos retornaram à condição de inimigos da igreja, frequentemente sendo associados à corrupção, à perseguição aos evangélicos e à tentativas de perverter os valores da família cristã. Contudo, somente após a derrota de Haddad (PT/SP) foi que as críticas ao partido e ao presidencialismo se tornaram mais explícitas e contundentes.

O clima de beligerância foi notado em dois diferentes textos publicados no semanário iurdiano. O primeiro deles foi identificado na edição nº 1.386, em meia página, situada na seção Opinião, especificamente no espaço reservado ao Editorial. O jornal foi distribuído para os leitores entre os dias 04 a 10 de novembro de 2018, tendo como tiragem 1.860.375 unidades. Vejamos:

Síntese 01

No editorial intitulado “*Somos todos verde-amarelo*”, o jornal tece que o período eleitoral foi muito conturbado, marcado pelas Fake-news e pelos atos de vandalismo a templos e insultos aos evangélicos. Aponta que Gerson Florindo, presidente do diretório municipal do PT em Ubatuba, teria ordenado via áudio que militantes do partido se infiltrassem na IURD da cidade para causar confusões nos cultos. Destaca que os ataques aos evangélicos é um erro clássico do PT, que menospreza o poder dos evangélicos de decidir uma eleição. Complementa dizendo que o candidato Fernando Haddad (PT) não quis cumprimentar publicamente o presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL), desejando-lhe sucesso e boa sorte por meio de sua conta no *Twitter*. Pontua que “a briga partidária leva apenas ao retrocesso e à velha política”. Defende a necessidade de união do povo para reconstruir o país, independentemente da posição ideológica. Pontua que “é preciso entender e desmistificar o ‘nós contra eles’”. O país precisa se unir, afinal de contas todos querem um país melhor”. Menciona que Jair Bolsonaro será o 38º presidente, e que o candidato eleito terá muitos desafios em seu mandato, todos pautados pela união do país. Encerra com a seguinte mensagem “Nossa bandeira não é roxa, amarela, rosa; é verde e amarela. Sem ódio podemos avançar. Com ele, o retrocesso é mais do que certo”.

Fonte: Somos todos (2018), sintetizado pelo autor.

O segundo texto em que a mídia impressa oficial da IURD critica o Haddad e o PT foi publicado na edição nº 1.393, em página inteira, na seção Panorama. O jornal foi distribuído para os leitores entre os dias 23 a 29 de dezembro de 2018, tendo como tiragem o número de 1.867.875 unidades.

Síntese 02

Em reportagem intitulada “*Fernando Haddad é condenado a pagar indenização ao Bispo Macedo*” o jornal noticia que o ex-prefeito de São Paulo e candidato à presidência derrotado Fernando Haddad havia sido condenado em primeira instância a pagar uma indenização no valor de 79 mil reais ao Bispo Edir Macedo. Explica que durante o segundo turno da campanha presidencial, o Bispo Edir Macedo havia declarado apoio ao candidato Jair Bolsonaro e que no dia 12 de outubro Haddad teria declarado: “sabe o que é Bolsonaro? Ele é o casamento do neoliberalismo desalmado, representado por Paulo Guedes, [...] com o fundamentalismo charlatão de Edir Macedo. Isso é o Bolsonaro”. O jornal ainda destacou que “com sua fala criminosa, o ex-prefeito de São Paulo desrespeitou não apenas os mais de 7 milhões de adeptos da Universal apenas no Brasil, mas todos os brasileiros católicos e evangélicos que não queriam a volta ao poder de um partido político [Partido dos Trabalhadores] que tem como projeto a destruição dos valores cristãos, como a família, a honra e a decência”. Por fim, tece que a fala do então candidato foi uma “tentativa desesperada de abocanhar eleitores”, visto o desempenho exitoso de Jair Bolsonaro nas pesquisas eleitorais. Assina a reportagem Rafaela Dias.

Fonte: Dias (2018), sintetizado pelo autor.

Como em edições anteriores, o jornal se valia da condição de minoria perseguida para provocar indignação em seus leitores e atacar seus adversários. Na oportunidade o tabloide iurdiano ressaltava que as eleições de 2018 haviam sido marcadas pela grande circulação de Fake-news, pelo vandalismo em seus templos e pelo ataque aos evangélicos.

O jornal acusava o presidente do diretório municipal do PT em Ubatuba/SP de estimular a militância a se infiltrar nos cultos para causar tumulto. Embora não se possa minimizar a conduta do líder partidário, é importante destacar se tratar de um evento isolado, mas que retoricamente foi explorado pelo jornal como forma de macular a imagem do partido de esquerda em sua totalidade. O jornal era enérgico ao dizer que o erro do PT era menosprezar o poderio político dos evangélicos, entretanto em nenhum momento mencionou que a cúpula da igreja teve relevante espaço nos governos de Lula (entre os anos de 2003 e 2010) e de Dilma Rousseff (entre 2011 e 2016). Dessa forma, se mostra inverídica a acusação de menosprezo tecida pelos iurdianos.

O jornal ainda problematizou a conduta do candidato petista derrotado, que não cumprimentou publicamente Bolsonaro pela vitória nas urnas. Fernando Haddad somente desejou sucesso e boa sorte ao vitorioso no dia seguinte, por meio de sua conta no *Twitter*.

Interdiscursivamente o semanário buscava despertar nos leitores a sensação de que a conduta do petista foi infantil e antidemocrática, isso porque há em nosso país uma prática que,

embora não positivada pela legislação, ficou socialmente cristalizada, em que o candidato derrotado liga para candidato vitorioso parabenizando-o pela vitória. Via de regra, a atitude é enxergada como ato de respeito à democracia e às instituições. Entretanto, insta justificar que a ausência de contato telefônico entre Haddad e Bolsonaro se deu mais pelo tom de campanha dado pelo presidente eleito, que caluniava e difamava publicamente o candidato petista, do que pela decepção da derrota. Segundo dirigentes do PT, Bolsonaro havia sido extremamente agressivo com Haddad, disseminando Fake-news sobre sua vida pessoal e xingando-o nas redes sociais. Dias antes da realização do segundo turno, o ex-capitão das forças armadas havia chamado Haddad de “canalha” e afirmado que iria “banir os marginais vermelhos da pátria” (GONÇALVES, 2018).

Não obstante, o maior espaço dedicado a Fernando Haddad (PT/SP) no jornal diz respeito a condenação do político em processo movido por Edir Macedo, por danos morais. A matéria mencionava o atrito protagonizado por Haddad contra a liderança primaz iurdiana no feriado de 12 de outubro. Nascimento (2019) aponta que no dia dedicado à padroeira do Brasil, o petista disse que “a candidatura de Jair Bolsonaro era um casamento do neoliberalismo desalmado – representado pelas ideias do economista Paulo Guedes – com o fundamentalismo charlatão⁴⁵ de Macedo. Sabe o que está por trás dessa aliança? Em latim chama *auri sacra fames*. Fome de dinheiro” (NASCIMENTO, 2019, p. 292).

O jornal sustentava que a conduta do candidato desrespeitou não só os fiéis da Universal “mas todos os brasileiros católicos e evangélicos que não queriam de volta ao poder um partido político que tem como projeto a destruição dos valores cristãos, como a família, a honra e a decência”. O jornal reiteradamente acionava o discurso já sedimentado entre os conservadores de que a esquerda brasileira tem como projetos para o país subverter os ensinamentos bíblicos, buscando liberalizar irrestritamente as drogas e o aborto, disseminar a liberdade de gênero e orientação sexual nas escolas, e interferir negativamente no direito à crença cristã. Para o jornal, a conduta de Haddad era uma tentativa desesperada de abocanhar votos do adversário.

Esgotada as análises das edições da *Folha Universal* nesse segundo capítulo, é possível verificar, ainda que discretamente, que em 2018 o jornal mobilizou discursos mais propensos a convencer os leitores a votarem no ultraconservador Jair Bolsonaro (PSL/RJ) do que em

⁴⁵ Tipificado no Art. 283 do Código Penal, o crime de charlatanismo consiste em inculcar ou anunciar cura por meio secreto e infalível. O termo charlatanismo vem do italiano *ciarlale*, que significa falar muito, tagarelar. Para Capez (2016), é o crime da “conversa fiada”, que ilude os incautos e os faz crer em curas mágicas.

qualquer outro candidato. E mesmo após a vitória do militar nas urnas, o tabloide continuou a encampar as pautas do presidente, agora sem medo de estampar o nome do político em suas páginas. Feitas tais constatações, buscarei no terceiro e último capítulo desta dissertação analisar a conjuntura política que levou Jair Bolsonaro à vitória, destacando a dinâmica dos acontecimentos, o desempenho dos candidatos nas pesquisas eleitorais ao longo do processo de escolha do novo presidente do país, bem como o perfil do voto evangélico naquele ano.

4 *VOX POPULI, VOX DEI: A CORRIDA PRESIDENCIAL NO ANO DE 2018*

No ano de 2018 ocorreu no país eleições para diversos cargos a nível estadual e federal. Importante destacar que se tratava de um momento significativo para a história política do país, pois marcava o restabelecimento da expressão da vontade popular nas urnas. Isso porque como já mencionado no primeiro capítulo, a presidenta Dilma Rousseff acabou destituída de seu segundo mandato presidencial em função de manobras jurídico-políticas que, embora previstas no texto constitucional, culminaram no desrespeito a escolha dos cidadãos manifesta nas urnas, e alçaram ao poder defensores de um projeto de país não referendado pela maioria dos eleitores.

Nesse mesmo passo, oportuno tecer que da mesma forma como políticos tradicionais da esquerda e aliados do PT tiveram sua imagem maculada pelos escândalos de corrupção como o Mensalão e o Petrolão, importantes quadros da direita que encamparam o processo de *impeachment* também acabaram envolvidos em graves querelas, como o próprio presidente Michel Temer, acusado de receber propina de empresários do grupo empresarial JBS. Dessa forma, desde as manifestações de 2013, o cenário era favorável para o surgimento e fortalecimento de novos atores políticos, apoiados por uma crescente parcela da população que se denominava apartidária, crítica ao sistema, anticorrupção e conservadora no plano dos costumes. É partindo desse cenário que passarei a contextualizar a corrida presidencial no ano de 2018, que culminou na vitória do ultraconservador Jair Bolsonaro.

Como em anos anteriores, a atenção das principais mídias nacionais se direcionou para a escolha do novo presidente. Não diferentemente, a *Folha Universal*, mídia impressa dos iurdianos, já dava sinais nas páginas da primeira edição daquele ano que cobriria o pleito eleitoral. As emissoras *TV Record* e *Record News*, além do site de notícias *R7*, todos pertencentes ao Bispo Macedo, também demonstravam interesse pelo acompanhamento dos preparativos e desdobramentos do processo eleitoral que se deflagraria.

Havia grande incerteza sobre quais nomes os partidos políticos lançariam como candidatos ao Palácio do Planalto, todavia a crise política e econômica que assolava o país era um fértil terreno para o surgimento de variada gama de candidatos, cada qual propondo diferentes soluções para reconstruir política e economicamente o país. Nesse sentido, os principais institutos nacionais de pesquisa tinham como missão testar a opinião do eleitorado sobre os pretensos candidatos ao Palácio do Planalto.

Urge esclarecer que as pesquisas eleitorais realizadas pelos institutos consistem no levantamento e na interpretação de dados atinentes à opinião do eleitorado, tendo como finalidade verificar a aceitação ou desempenho de candidatos. Realizadas através do emprego

de métodos estatísticos, funcionam como uma espécie de fotografia do momento em que são realizadas. São úteis sobretudo para a definição de estratégias e tomada de decisões, seja pelos próprios postulantes, seja pelos partidos políticos (GOMES, 2015).

Importante termos em mente que antes do registro de candidatura perante a Justiça Eleitoral, os pretensos candidatos estão impedidos de pedir votos aos cidadãos, todavia nada os impede de manifestar publicamente o interesse em disputar as eleições. Dessa maneira, nomes de políticos tradicionais e *outsiders* apareciam na mídia como pretensos postulantes à Presidência da República, sendo motivo de grande especulação pelos institutos, que os inseriam em diferentes cenários de pesquisas eleitorais.

Nesse sentido, pesquisa realizada ainda no mês de janeiro de 2018 pelo Instituto Datafolha, testou nove diferentes cenários envolvendo dezoito possíveis candidatos⁴⁶. Faltando aproximadamente nove meses para que os eleitores fossem às urnas, Lula (PT/SP) liderava em todas as rodadas em que seu nome era apresentado aos entrevistados, obtendo em média 35% das intenções de votos, seguido pelo deputado federal Jair Bolsonaro (PSL/RJ), com cerca de 18%. Outros nomes com forte tradição na política como o ex-governador Geraldo Alckmin (PSDB/SP) e os ex-ministros Ciro Gomes (PDT/CE) e Marina Silva (REDE/AC) alternavam entre si os postos de terceiro e quarto colocados e concentravam cerca de 13% dos votos, a depender da nominata de candidatos apresentados em cada cenário. Os demais nomes experimentados somavam em média 14% das intenções de votos. Brancos e nulos margeavam os 16%, e o índice de entrevistados que não sabiam em quem votar girava em torno de 3% (G1, 2018).

Quando as sondagens excluía o nome do petista Lula e o substituíam por Jaques Wagner (PT/BA), as intenções de voto para o Partido dos Trabalhadores caía para apenas 2%, enquanto Jair Bolsonaro (PSL/RJ) passava a liderar as pesquisas, obtendo em média 20% das intenções de voto. Todavia, Alckmin (PSDB/SP), Ciro Gomes (PDT/CE) e Marina Silva (REDE/AC) acumulavam aproximadamente 24% dos votos, e alternavam entre si os postos de segundo e terceiro colocados, a variar de acordo com os nomes apresentados em cada rodada. Os demais pré-candidatos somavam cerca de 18%. Brancos e nulos chegavam a 33%, e o percentual daqueles que não sabiam em quem votar gravitava em torno de 4% (G1, 2018). Vejamos:

⁴⁶ A pesquisa eleitoral realizada pelo Instituto Datafolha ouviu 2.826 eleitores entre os dias 29 e 30 de janeiro de 2018. A metodologia adotada pelo instituto prevê uma margem de erro de dois pontos percentuais para mais ou para menos. Nível de confiança de 95% (G1, 2018).

Tabela 04 – Intenções de votos em diferentes cenários do primeiro turno das Eleições Presidenciais de 2018

Candidato	Cenários								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Ciro Gomes	7%	7%	6%	7%	12%	13%	10%	12%	6%
Luiz Inácio Lula da Silva	37%	36%	34%	35%	-	-	-	-	34%
Jacques Wagner	-	-	-	-	2%	2%	2%	2%	-
Michel Temer	-	-	-	-	-	-	-	-	1%
Henrique Meirelles	-	1%	1%	-	-	2%	1%	-	1%
Marina Silva	-	-	8%	10%	-	-	13%	16%	7%
Álvaro Dias	4%	4%	3%	4%	6%	6%	5%	6%	3%
Jair Messias Bolsonaro	16%	18%	16%	17%	19%	20%	18%	20%	15%
Paulo Rabello de Castro	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	0%
Rodrigo Maia	-	-	-	-	-	-	-	-	1%
Fernando Collor de Mello	2%	2%	1%	-	3%	3%	2%	3%	1%
Geraldo Alckmin	7%	7%	6%	2%	11%	11%	8%	-	6%
João Dória Jr.	-	-	-	4%	-	-	-	5%	-
João Amoêdo	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	0%
Manuela D'Ávila	1%	2%	1%	1%	3%	3%	2%	2%	1%
Guilherme Boulos	0%	0%	0%	0%	1%	1%	0%	0%	0%
Luciano Huck	-	-	6%	-	-	-	8%	-	5%
Joaquim Barbosa	5%	-	-	-	5%	-	-	-	3%
Branco/Nulo/Nenhum	16%	18%	14%	16%	32%	33%	25%	28%	13%
Não Sabe	3%	3%	2%	2%	4%	4%	4%	4%	3%

Fonte: G1 (2018-a), adaptado pelo autor.

Naquela oportunidade, o Datafolha também questionava os entrevistados em quem não votariam no primeiro turno. O então presidente Michel Temer (MDB/SP) liderava o índice de rejeição, com 60%. A seguir vinham os ex-presidentes Collor (PTC/AL) com 44% e Lula (PT/SP) com 40%. Geraldo Alckmin (PSDB/SP) aparecia com 26%, seguido por Luciano Huck (sem partido) com 25%, Marina Silva (REDE/AC) com 23% e Ciro Gomes (PDT/CE) com 21% (G1, 2018).

Embora ainda estivéssemos distantes do primeiro turno, a pesquisa feita pelo Datafolha permite realizar importantes leituras sobre as eleições de 2018. No início daquele ano, o ex-presidente Lula figurava como o candidato preferido por cerca de 37% do eleitorado. O retrospecto positivo das políticas sociais implementadas em seus governos associado ao progressivo desmonte das políticas públicas e o agravamento da crise econômica nos últimos anos do governo Temer contribuía com o êxito do candidato nas pesquisas, principalmente entre o segmento mais pobre, que se viu favorecido pelos programas de distribuição de renda e pela democratização do acesso ao ensino de nível técnico e superior. Contudo, a imagem do PT e de Lula eram negativamente exploradas pela grande mídia, por setores conservadores da

sociedade e por lideranças religiosas em função dos escândalos de corrupção envolvendo importantes quadros do partido e os imbróglis do ex-presidente com Justiça Federal, fato que poderia tirá-lo do páreo, conforme veremos adiante.

Um importante fator para a recuperação da imagem do ex-presidente junto ao eleitorado seria o tempo reservado ao pretense candidato no horário eleitoral gratuito no rádio e na TV. O acesso ao horário eleitoral gratuito é previsto na Constituição Federal, e está relacionado ao desempenho da agremiação partidária nas últimas eleições para a Câmara dos Deputados Federais⁴⁷ (GOMES, 2015). Nesse sentido, cabe rememorar que no ano de 2014 o Partido dos Trabalhadores elegeu 68 deputados federais, por este motivo era o partido que, isoladamente, detinha o maior tempo na propaganda eleitoral gratuita em 2018. A quantidade de votos obtidos naquele ano também garantia ao partido acesso a aproximadamente 212,2 milhões de reais do Fundo Eleitoral (BRASIL, 2018; FURLAN, 2018).

Jair Bolsonaro também aparecia bem nas sondagens realizadas pelo Instituto Datafolha. O ex-capitão da reserva do Exército, eleito deputado federal por sete vezes, era o segundo colocado nas intenções de votos naquele momento. Parlamentar de poucos projetos, porém polêmico em suas declarações, era defensor do regime ditatorial vigente no Brasil entre os anos de 1964 a 1985, favorável ao armamento da população civil e contra os avanços das políticas públicas benéficas as minorias étnicas e de gênero. O candidato discursava em prol das pautas conservadoras dos evangélicos, contra a corrupção da velha política, e em defesa da Pátria e da família cristã – que a seu ver englobava a maioria dos brasileiros.

Ferrenho crítico ao PT e a Lula, o candidato de ultradireita era uma das principais opções ao antipetismo e aos avanços das classes indígena e LGBTQIA+. Para o candidato, não caberia a maioria se curvar diante dos direitos conquistados pelas minorias, pelo contrário, as minorias que deveriam se submeter as pautas defendidas pelos grupos majoritários (ALMEIDA, 2019). Bolsonaro era filiado ao PSL, partido nanico do centrão que no ano de 2014 elegeu apenas um parlamentar para a Câmara dos Deputados. Dessa forma, a agremiação partidária do candidato gozava de reduzido espaço de propaganda eleitoral gratuita, bem como tinha acesso a pouco mais de 9,2 milhões de reais do Fundo Eleitoral, valor considerado bagatético para custeio de campanhas presidenciais (BRASIL, 2018; FURLAN, 2018).

⁴⁷ Conforme o artigo 17, §3º da CRFB/88, terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que alternativamente: obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 3% (três por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas; ou tiverem elegido pelo menos quinze deputados federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação (BRASIL, 1988).

Outro importante dado a ser observado é o significativo encolhimento do PSDB. Embora o partido tenha protagonizado embates eleitorais juntamente com o PT durante os anos de 1994 até 2014 e tenha saído fortalecido nas eleições locais de 2016, no ano de 2018 apresentava baixa adesão do eleitorado. O partido amargurava um desempenho nas pesquisas eleitorais muito aquém de seu histórico, ainda que substituísse o nome do experiente Geraldo Alckmin pelo então prefeito da capital paulista, João Dória Jr.

Em entrevista concedida ao jornal o *Estado de São Paulo*, Tasso Jereissati, ex-presidente do PSDB afirmou que “o partido cometeu um conjunto de erros memoráveis” nos últimos anos. Nesse sentido, cabe lembrar que poucas semanas após a eleição de Dilma para o seu segundo mandato, a cúpula peessedebista questionou os resultados das urnas, sinalizando a possibilidade de fraudes e requisitando a realização de auditoria e processo de recontagem dos votos. Não menos relevante, houve o embarque da legenda no governo Temer, tido como o mais impopular da história brasileira. Outro episódio que não pode ser olvidado foi as acusações de envolvimento de Aécio Neves (PSDB/MG) em suposto esquema de cobrança de propina aos empresários Wesley e Joesley Batista para cobrir gastos da campanha do político em 2014. Dessa forma, a baixa adesão do eleitorado ao partido estava atrelado ao crescimento de uma nova direita apartidária, crítica ao sistema, às instituições e à corrupção sistêmica (VENCESLAU, 2018).

Embora as pesquisas apontassem um resultado incipiente para o PSDB, o partido tinha como trunfo o satisfatório desempenho nas urnas em 2014, ano em que elegeu 54 parlamentares para o Congresso Federal. Dessa forma, a agremiação partidária tinha direito a significativa parcela de tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV e, a título de Fundo Eleitoral, fazia jus a uma fatia de aproximadamente 185,7 milhões de reais (BRASIL, 2018; FURLAN, 2018).

Crítico aos governos peessedebistas e petistas, Ciro Gomes se apresentava como uma terceira via capaz de solucionar os problemas do país, principalmente no plano econômico. O pré-candidato defendia a redução de impostos e o aumento dos investimentos públicos em desenvolvimento tecnológico. O pré-candidato ainda manifestava interesse em ajudar a tirar o nome das pessoas com “nome sujo” dos cadastros de inadimplência como SPC e SERASA, todavia tinha dificuldades de ganhar adesão do eleitorado mais pobre, que saudosos da estabilidade econômica vigente entre os anos de 2002 a 2013, preferia Lula e o PT. Ciro era filiado ao PDT, partido que na última eleição para a Câmara dos Deputados havia eleito 20 representantes. A agremiação recebeu cerca de 61,4 milhões de reais para custear suas campanhas eleitorais (MOURA & COBERLLINI, 2019; BRASIL, 2018; FURLAN, 2018).

Marina Silva era outro nome já experimentado em pleitos presidenciais, trazendo para o debate pautas ambientais e religiosas. Sem embargo, a pré-candidata do partido Rede Sustentabilidade nunca foi uma porta-voz de pautas conservadoras relativas a comportamentos e costumes, principalmente por defender a laicidade do Estado e o caráter privado da fé, propondo a realização de plebiscitos e referendos para os assuntos controversos a sociedade e caros aos cristãos como aborto e o casamento homoafetivo. No ano de 2016, seu partido tinha apenas três anos de existência, e não elegeu nenhum representante para a Câmara dos Deputados. Por essa razão, possuía exíguo tempo de propaganda no rádio e na TV. A título de Fundo Eleitoral recebeu pouco mais que 10 milhões de reais (ALMEIDA, 2019; BRASIL, 2018; FURLAN, 2018).

O então presidente Michel Temer também naufragava nas pesquisas. O chefe do Executivo enfrentava grande rejeição devido às medidas impopulares tomadas em seu governo, como a aprovação da PEC do Teto de Gastos, que prejudicava investimentos em setores como a saúde e educação; a aprovação da Reforma Trabalhista efetuada em 2017, que beneficiava empregadores e retirava direitos dos trabalhadores; além da tentativa frustrada de promover a Reforma da Previdência, que aumentaria o tempo de contribuição dos trabalhadores.

Outra questão que depunha contra o então presidente eram as acusações tecidas pelo empresário Joesley Batista, de que Temer consentia e utilizava de seu prestígio político para arrecadar recursos financeiros capazes de garantir o silêncio de seu correligionário Eduardo Cunha (PMDB/RJ), preso nos desdobramentos da Operação Lava-Jato. O peemedebista era acusado de corrupção passiva, obstrução da justiça e de integrar uma organização criminosa, contudo os pedidos de afastamento do chefe do Executivo foram arquivados no Congresso Nacional (NASCIMENTO, 2019).

Em janeiro, o pré-candidato contava com apenas 1% das intenções de votos e elevado índice de rejeição, o que inviabilizava significativamente sua candidatura à reeleição pelo MDB. A própria direita brasileira não se via representada por Temer e por seu partido, razão pela qual não encampavam a tentativa de reeleição do presidente. Assim, caberia ao partido duas alternativas: substituir o candidato ao Palácio do Planalto por outro com menor índice de rejeição, ou desistir de lançar uma candidatura própria à presidência.

No dia 22 de maio o presidente Michel Temer desistiu de concorrer à reeleição, abrindo espaço para que Henrique Meirelles fosse oficializado pelo partido (FERNADES & CARAM, 2018). Embora Meirelles não tivesse concorrido a cargos públicos, era proveniente do mercado financeiro e possuía experiência no serviço público, tendo exercido a presidência do Banco Central durante os governos de Lula, e foi Ministro da Fazenda durante os anos que Temer

ocupou o cargo máximo do Executivo Nacional. Era um candidato de perfil técnico e que, assim como Temer, não tinha o nível de carisma que Lula e Bolsonaro apresentavam.

Na eleição de 2014, o MDB elegeu 65 deputados federais, razão pela qual usufruiria de grande espaço na propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV. Com expressiva votação, o partido auferiu pouco mais de 230,9 milhões de reais do Fundo Eleitoral para o patrocínio de suas campanhas (BRASIL, 2018; FURLAN, 2018).

As pesquisas sinalizavam que dificilmente algum dos pré-candidatos obteria a maioria absoluta dos votos em primeiro turno. Dessa forma, havia grandes chances de as eleições para Presidente da República caminharem para o segundo turno. Assim, em sondagens também realizadas pelo Datafolha em janeiro de 2018, Lula derrotaria todos os adversários em um eventual segundo turno. Alckmin, por sua vez, empataria tecnicamente com Ciro e Bolsonaro. Em um remoto cenário entre Marina Silva e Bolsonaro, o instituto apontava que a pré-candidata venceria as eleições (G1, 2018). Vejamos:

Tabela 05 - Intenções de votos em diferentes cenários do segundo turno das Eleições Presidenciais de 2018

Candidato	Percentual de Intenções de voto (%)
Luiz Inácio Lula da Silva (PT)	49
Geraldo Alckmin (PSDB)	30
Branco/Nulo/Não opinaram	21
Luiz Inácio Lula da Silva (PT)	49
Jair Messias Bolsonaro (PSL)	32
Branco/Nulo/Não opinaram	19
Luiz Inácio Lula da Silva (PT)	47
Marina Silva (REDE)	32
Branco/Nulo/Não opinaram	21
Geraldo Alckmin (PSDB)	34
Ciro Gomes (PDT)	32
Branco/Nulo/Não opinaram	34
Geraldo Alckmin (PSDB)	35
Jair Messias Bolsonaro (PSL)	33
Branco/Nulo/Não opinaram	32
Marina Silva (REDE)	42
Jair Messias Bolsonaro (PSL)	32
Branco/Nulo/Não opinaram	26

Fonte: G1 (2018-a), adaptado pelo autor.

Embora grande parte dos veículos de comunicação tenham explorado as pesquisas realizadas pelos diversos institutos durante o período pré-eleitoral, a *Folha Universal* se manteve silente quanto a essas sondagens. Possivelmente essa estratégia tenha sido empregada devido a fatores como: 1) a falta de concretude das candidaturas, vez que só seriam formalizadas

junto ao TSE no mês de agosto; 2) a indefinição da cúpula da igreja no lançamento de candidatura própria, ou no apoio a algum dos candidatos; 3) a possibilidade de surgimento de outros nomes mais palatáveis ao segmento evangélico e à igreja de Edir Macedo.

Entretanto, conforme demonstrado no capítulo anterior, na edição de número 1.350, a IURD criticou o presidente da Câmara dos Deputados e pré-candidato Rodrigo Maia (DEM/RJ). O semanário problematizava o fato de Maia ter autorizado a doação de 792 mil reais dos cofres públicos para a Basílica de Natividade, situada em Belém, na Cisjordânia, enquanto nosso país enfrentava dificuldades em diversos setores. Insta lembrar que o deputado carioca é pertencente ao grupo político oposto ao liderado por Marcelo Crivella no estado do Rio de Janeiro.

Outro fato que não podemos olvidar é que no dia 27 de março de 2018, o empresário Flávio Rocha se filiou ao PRB, momento em que o partido lançou sua pré-candidatura ao Palácio do Planalto. O semanário iurdiano só estampou a notícia em suas páginas na edição de número 1.367, distribuída aos leitores entre os dias 24 e 30 de junho. O jornal enfatizava que o pré-candidato do PRB era um empresário de sucesso, cristão, casado e pai de família. Sobre seus projetos para o país, o jornal pontuava que Rocha era favorável a um Estado conservador nos costumes e liberal na economia, e que se eleito teria como carros-chefes de seu governo a privatização de empresas estatais e a reforma da Previdência.

Com apenas 1% das intenções de voto nas pesquisas, no dia 13 de julho o empresário Flávio Rocha desistiu de sua pré-candidatura. Campos (2018) pontua que nos bastidores da política, o PRB articulava apoiar candidatos de outros partidos para presidente, cogitando lançar Rocha como candidato a vice-presidente em alguma chapa. O jornalista pontuava que o empresário havia se reunido com emissários de Henrique Meirelles (MDB), de Geraldo Alckmin (PSDB) e de Álvaro Dias (PODEMOS), entretanto tais negociações não avançaram e Flávio acabou não submetendo seu nome ao eleitorado. Diferentemente dos demais veículos de comunicação controlados por Edir Macedo, a *Folha Universal* não noticiou a desistência do pré-candidato.

Diversas outras pré-candidaturas também acabaram se desidratando ao longo do período pré-eleitoral. O petista Jacques Wagner acabou preterido por seu partido e optou por disputar uma vaga de senador pela Bahia. Paulo Rabello aceitou o convite para compor chapa com o presidenciável Álvaro Dias. Rodrigo Maia buscou a reeleição a Câmara dos Deputados. Collor e João Dória Jr. optaram por disputar o cargo de governador, respectivamente pelos estados de Alagoas e São Paulo. O comunicador Luciano Huck e o ex-ministro do STF Joaquim Barbosa decidiram não disputar cargos públicos naquele ano.

Por força de lei, os partidos políticos só devem oficializar suas candidaturas entre os dias 20 de julho e 05 de agosto do ano eleitoral, através das convenções partidárias. Martins (2019) explica que a convenção partidária é o ato solene em que, além de escolher os candidatos que participarão da disputa a determinado cargo eletivo, também é o momento em que as agremiações partidárias deliberam sobre a forma como pretendem se apresentar à sociedade: isoladas ou através de coligações partidárias⁴⁸. As coligações, por sua vez, consistem na celebração de uma aliança entre dois ou mais partidos políticos, com o objetivo comum de, conjuntamente, escolherem seus candidatos e apoiá-los durante as eleições (GOMES, 2015). Dessa forma, realizada as convenções, os partidos deliberaram sobre seus candidatos e registram suas candidaturas junto ao TSE. Naquele ano de 2018, treze chapas foram registradas perante o tribunal eleitoral com intuito de concorrerem à Presidência. Vejamos a seguir detalhes sobre cada uma delas:

Quadro 04 – Relação de chapas presidenciais registradas no TSE em 2018

Chapa		Partidos Integrantes	Número de urna
Candidato Presidente	Candidato Vice		
Ciro Gomes	Kátia Abreu	PDT e Avante	12
Luiz Inácio Lula da Silva	Fernando Haddad	PT, PC do B e PROS	13
Henrique Meirelles	Germano Rigotto	MDB e PHS	15
Vera Lúcia	Hertz Dias	PSTU	16
Jair Messias Bolsonaro	Hamilton Mourão	PSL e PRTB	17
Marina Silva	Eduardo Jorge	REDE e PV	18
Álvaro Dias	Paulo Rabello	PODE e PRP, PSC, e PTC	19
José Maria Eymael	João Barbosa Bravo	DC	27
João Amoêdo	Christian Lohbauer	NOVO	30
Geraldo Alckmin	Ana Amélia	PSDB, DEM, PP, PR, PRB, SD, PTB, PSD e PPS	45
Guilherme Boulos	Sônia Guajajara	PSOL e PCB	50
Benevenuto Daciolo	Suelene Balduino	PATRI	51
João Goulart Filho	Léo da Silva Alves	PPL	54

Fonte: BRASIL, (2018?-a), adaptado pelo autor.

A celebração de coligações é uma importante estratégia utilizada pelos candidatos a cargos disputados pelo sistema majoritário, pois impacta no acesso a recursos do Fundo

⁴⁸ Através da Emenda Constitucional 97/2017, ficou estabelecido o fim das coligações para os cargos disputados pelo sistema proporcional (Vereadores, Deputados Estaduais/Federais/Distritais) a partir de 2020, prevalecendo apenas nos casos de disputas pelo sistema majoritário (Prefeitos, Governadores, Senadores e Presidente da República).

Eleitoral. Naquele ano, mais de 1,7 bilhões de reais foram divididos entre as agremiações partidárias para o custeio de suas campanhas (TSE, 2018).

Outro fator relevante diz respeito ao tempo de exposição dos postulantes na propaganda eleitoral nas emissoras de rádio e TV, pois a aliança celebrada com outros partidos garante aos candidatos usufruírem da soma do tempo destinado a cada um dos partidos integrantes da coligação. Na tabela abaixo apresento a distribuição do tempo de propaganda eleitoral realizada pelo TSE naquele ano de 2018:

Tabela 06 – Distribuição do tempo de Propaganda Eleitoral no rádio e na TV aos candidatos a Presidente em 2018

Candidato Presidente	Tempo de Programa Eleitoral primeiro turno (por bloco)	Quantidade de inserções de 30 segundos veiculadas durante a programação das emissoras em primeiro turno
Ciro Gomes	38 segundos	51
Luiz Inácio Lula da Silva	143 segundos	189
Henrique Meirelles	115 segundos	151
Vera Lúcia	5 segundos	7
Jair Messias Bolsonaro	8 segundos	11
Marina Silva	21 segundos	29
Álvaro Dias	40 segundos	53
José Maria Eymael	8 segundos	12
João Amoêdo	5 segundos	8
Geraldo Alckmin	332 segundos	434
Guilherme Boulos	13 segundos	17
Cabo Daciolo	8 segundos	11
João Goulart Filho	5 segundos	7
Bônus ao último candidato a aparecer no dia	9 segundos	-
Total	750 segundos	980

Fonte: Furlan (2018), adaptado pelo autor.

É importante destacar que o PRB, partido vinculado à IURD optou por não lançar candidatura própria e declarar apoio a Geraldo Alckmin. Embora o semanário iurdiano não tenha publicizado a posição do partido, o presidente da legenda Marcos Pereira divulgou nota, afirmando que o partido optou pela unidade com as demais siglas de centro em torno de um único projeto contra os extremos, representado por Alckmin (CAMPOS, 2018).

Válido rememorar que o PSDB vinha polarizando o cenário político com o PT desde a década de 90. Alckmin era um nome já experimentado nas urnas em outros pleitos, sendo eleito governador do maior colégio eleitoral brasileiro por três vezes, além de ter avançado para o segundo turno das eleições presidenciais em 2006, obtendo mais de 37 milhões de votos

(BRASIL, 2006?). Atrelado a esse fato, as siglas de centro subestimavam a campanha do candidato do PSL frente aos poucos recursos para custeio e o baixo tempo de rádio e TV concedidos a Bolsonaro, e acreditavam no crescimento do candidato peessedebista no decorrer do primeiro turno (NASCIMENTO, 2019).

Acerca da visibilidade dos candidatos, Nicolau (2020) considera que no Brasil os pleiteantes a cargos eletivos tendem a se tornar amplamente conhecidos pelo eleitorado após o começo da propaganda eleitoral no rádio e na TV. No caso de nomes tradicionais da política e já familiarizados pelos eleitores, como o de Geraldo Alckmin, a propaganda tende a servir como importante instrumento para que a população saiba que o político está pleiteando um cargo eletivo. Assim, a aliança formada pelos partidos de centro com o PSDB garantiu ao tucano 44,2% do horário eleitoral gratuito (FURLAN, 2018) dando ao candidato tempo para melhor expor suas propostas e atacar seus adversários. Dessa forma, DEM, PP, PR, PRB, SD, PTB, PSD e PPS apostavam em um possível segundo turno entre PT e PSDB, assim como ocorria tradicionalmente desde o ano de 2002.

A distribuição desigual do horário eleitoral pelo TSE levou os candidatos a investirem em outras formas de comunicação com o eleitorado, em especial as redes sociais como *Twitter*, *Facebook* e *WhatsApp*. Foram elas os canais de comunicação capazes de sustentar a campanha de Jair Bolsonaro que, mesmo contando com irrisórios 08 segundos nos programas de rádio e TV, conseguiu se manter em ascendente crescimento nas pesquisas eleitorais. Em seus programas no rádio e na TV, o ex-capitão convidava os eleitores a participarem de suas transmissões na Internet (*lives*), cujo tempo de duração não era passível de controle pela Justiça Eleitoral.

Nesse sentido, Alves (2019) chama a atenção para a pesquisa realizada pela *Pew Research Center* em que se constatou que 41% da população brasileira utiliza as redes sociais para se informar sobre diferentes assuntos. Em contrapartida, o grande problema na utilização dessas redes para informação reside na grande possibilidade de disseminação Fake-news e no reduzido poder de fiscalização e combate à desinformação. Nesse sentido, Almeida (2019) acrescenta que as plataformas do *Twitter*, *Facebook* e *WhatsApp* tiveram papel decisivo na deslegitimação dos candidatos que disputaram as eleições em 2018, aumentando-lhes a rejeição em razão da rápida circulação de mensagens falseadas.

Delineado o cenário político pré-eleitoral, bem como a definição das candidaturas ao Palácio do Planalto, explorarei a seguir um importante assunto que marcou o ano eleitoral de 2018, qual seja, os problemas do candidato petista com a Operação Lava-Jato, deflagrada pela Justiça Federal do Paraná.

4.1 A CANDIDATURA PETISTA E OS IMBRÓGLIOS DE LULA COM A JUSTIÇA BRASILEIRA

Havia uma grande incerteza quanto ao candidato petista que disputaria as eleições presidenciais. Isso porque, em 12 de julho de 2017, o então juiz federal Sergio Moro, titular da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR, condenou Lula a nove anos e seis meses de prisão pela prática dos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, sendo o ex-presidente acusado de receber um apartamento de alto padrão na orla da praia no Guarujá/SP como forma de pagamento pelo favorecimento da Construtora OAS em obras realizadas pela Petrobras (IBRAHIM, 2021). O processo movido pelo Ministério Público Federal (MPF) em desfavor de Lula era um desdobramento das delações premiadas obtidas pela Operação Lava-Jato, e ficou conhecido como “o caso do Triplex do Guarujá”.

Após a sentença de primeiro grau, a defesa do ex-presidente e o MPF apelaram ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região contra a decisão. Enquanto os advogados de Lula concentravam as teses recursais na incompetência da Justiça Federal do Paraná para o julgamento do caso e na parcialidade do magistrado durante a instrução processual, os promotores de justiça pugnavam pelo aumento da pena de Lula.

Ibrahim (2021) destaca que o trâmite de recursos dessa natureza protocolados no tribunal leva cerca de um ano para ser analisado. Contudo, em 24 de janeiro de 2018, os três desembargadores da 8ª Turma do TRF-4 realizaram o julgamento da ação penal e negaram provimento a Apelação Criminal aviada pela defesa do ex-presidente, dando parcial provimento ao recurso protocolado pelo MPF, confirmando a condenação de Lula e ampliando a pena de prisão para doze anos e nove meses (IBRAHIM, 2021). Dessa forma, o recurso foi julgado em pouco mais de seis meses após a prolação da decisão em primeira instância.

A confirmação da condenação do líder nas pesquisas eleitorais deixava dúvidas sobre a viabilidade de sua candidatura, isso porque o Congresso Nacional havia aprovado a Lei Complementar nº 135/2010. Popularmente conhecida como Lei da Ficha Limpa, o diploma normativo estabelecia como hipótese de inelegibilidade para cargos eletivos a existência de condenação criminal por órgão judicial colegiado em casos de crimes contra a administração pública e lavagem patrimonial de bens e valores. Lula se tornava inelegível por se enquadrar em uma lei promulgada por ele mesmo no ano de 2010, enquanto Presidente da República.

Embora a Constituição Federal de 1988 preconize em seu artigo 5º, inciso LVII que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória”, o STF já havia declarado a constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa (GOMES, 2015). Não

menos importante, no ano de 2016 o STF havia firmado o entendimento de que confirmada a condenação criminal por órgão colegiado, o cumprimento da pena deveria ocorrer imediatamente, independentemente do trânsito em julgado da decisão. Isso porque não cabe às casas revisoras o reexame e valoração de provas, mas apenas zelar pela correta aplicação da legislação constitucional e infraconstitucional.

Ante o iminente risco de prisão do ex-presidente, sua defesa novamente recorreu ao TRF-4, no intuito de reformar a decisão do tribunal, bem como endereçou recursos ao STJ e ao STF almejando a anulação da condenação e o direito de o réu permanecer em liberdade até o esgotamento de todas as vias recursais (PACHECO & BASTOS, 2019; IBRAHIM, 2021).

O *Habeas Corpus* impetrado pelos advogados de Lula no STJ fora rejeitado. Já o remédio constitucional protocolado junto ao STF revelou divisão da Corte sobre o tema. Pacheco e Bastos (2019) tecem que os ministros Celso de Mello, Marco Aurélio de Mello, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Dias Toffoli já haviam indicado voto favorável à manutenção da liberdade de Lula. Os ministros Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Roberto Barroso, Luiz Fux e Carmem Lúcia tinham manifestado posição contrária, votando pela prisão do réu. A posição da ministra Rosa Weber seria decisiva para o futuro de Lula. Em seu voto, a magistrada deixou claro que seu entendimento pessoal era contrário à prisão antes do trânsito em julgado das condenações, todavia ponderou que a mudança de entendimento firmado pelo tribunal só poderia ocorrer através de Ação Declaratória de Inconstitucionalidade, e não em julgamento de um caso particular, como o do ex-presidente. Dessa forma o Plenário do STF, por 6 votos a 5, denegou o pedido de *Habeas Corpus* impetrado pela defesa de Lula (PACHECO & BASTOS, 2019).

Nesse sentido, em 05 de abril de 2018 o TRF-4 encaminhou ao juiz Sergio Moro ofício determinando o imediato início do cumprimento da pena. No dia 07 de abril, o ex-presidente se entregou à Polícia Federal em ato político realizado próximo à sede do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista, sediado na cidade de São Bernardo do Campo/SP (IBRAHIM, 2021).

Mesmo após o episódio da sua prisão, Lula continuou como líder nas pesquisas. Conforme levantamento realizado pelo Instituto Datafolha e divulgado em 16 de abril de 2018⁴⁹, o candidato aparecia com 31% de intenções de voto em seu melhor cenário, diminuindo cinco pontos percentuais quando comparado com o levantamento realizado pelo mesmo

⁴⁹ A pesquisa eleitoral realizada pelo Instituto Datafolha ouviu 4.194 eleitores entre os dias 11 e 13 de abril de 2018. A metodologia adotada pelo instituto prevê uma margem de erro de dois pontos percentuais para mais ou para menos. Nível de confiança de 95% (MARREIRO, 2018).

instituto no mês de janeiro (MARREIRO, 2018). Todavia calha destacar que a redução na intenção de votos ao ex-presidente não pode ser resumida apenas à sua prisão, mas à inserção de novos nomes nas sondagens realizadas pelo instituto como os pré-candidatos Flávio Rocha (PRB) e Guilherme Afif Domingos (PSD).

Ante o resultado das pesquisas, o Partido dos Trabalhadores continuou trabalhando em prol da candidatura do ex-presidente. Em 05 de agosto de 2018 o partido realizou sua convenção partidária e formalizou o registro da chapa Lula presidente e Haddad vice-presidente. No dia 31 de agosto daquele ano, o Plenário do TSE indeferiu o registro da candidatura de Lula, facultando a coligação formada pelos partidos PT, PCdoB e PROS a substituir o seu candidato principal no prazo de dez dias. Em 11 de setembro, o PT optou pelo lançamento da chapa Haddad presidente e Manuela D'Ávila vice-presidente. Lula ficou preso na carceragem da Superintendência da Polícia Federal de Curitiba/PR por 580 dias⁵⁰ (G1, 2019-b).

A condenação e a prisão de Lula, bem como a substituição do candidato petista à presidência ganhou espaço nos principais jornais, telejornais e portais virtuais de notícias. Embora a TV Record⁵¹ e a Record News⁵² tenham noticiado esses episódios, a *Folha Universal* não fez qualquer tipo de menção aos fatos. O semanário iurdiano não tecia críticas explícitas ao PT ou a membros do partido, todavia reiteradamente pontuava a importância de seus leitores escolherem políticos honestos e comprometidos com o país, de analisarem a vida pregressa dos candidatos a fim de não votar em políticos envolvidos em corrupção, o que interdiscursivamente acionava elementos capazes de reverberar negativamente na intenção de votos dos petistas entre os evangélicos iurdianos conservadores.

⁵⁰ Em 09 de junho de 2019 foram publicadas pelo site *The Intercept Brasil* supostas conversas atribuídas ao juiz Sergio Moro e procuradores da Lava-Jato em grupo no aplicativo *Telegram*, sinalizando a existência de conluio entre o magistrado e os promotores de justiça para a condenação de Lula e demais investigados na operação (G1, 2019-a). Lula foi solto no dia 08 de novembro de 2019, após o STF mudar o posicionamento anteriormente firmado, passando a considerar inconstitucional a prisão de condenados pela justiça antes do trânsito em julgado da sentença criminal (G1, 2019-b). No dia 08 março de 2021 o ministro do STF Edson Fachin entendeu que a condenação de Lula no caso do Triplex do Guarujá não guardava conexão com os desvios apurados na Petrobras pela Lava-Jato, declarando, portanto, incompetente o foro de Curitiba e reconhecendo a competência da Justiça Federal de São Paulo. Dessa forma, o ministro anulou a condenação imposta por Sérgio Moro ao ex-presidente Lula. A medida foi referendada pelo Plenário do STF em 15 de abril daquele ano. O petista recuperou seus direitos políticos, fato que possibilitou sua candidatura nas eleições de 2022 (STOCHERO, 2021).

⁵¹ No dia 13 jul. 2017, o Jornal da Record exibiu matéria de 3:45 referente a condenação de Lula no caso do Triplex do Guarujá (JORNAL, 2017). Em 25 jan. 2018 o mesmo jornal reservou 5:13 para noticiar a confirmação da condenação do ex-presidente pelo colegiado do TRF-4 (JORNAL, 2018). No dia 06 abr. 2018 o jornal noticiou a ordem de prisão de Lula, em reportagem de 1:55 (JORNAL, 2018). A prisão também foi tema do programa Domingo Espetacular, em reportagem de 5:17 (DOMINGO, 2018).

⁵² No dia 13 jul. 2017 o JR News reuniu especialistas para comentar a condenação de Lula, reservando 33:21 para discussão do tema (JR, 2018).

Para Ibrahim (2021), mesmo preso, Lula continuava sendo uma força política preponderante no Brasil, capaz, inclusive, de eleger um apadrinhado político pela terceira vez, a não ser que algo atípico acontecesse, como o atentado contra a vida do Messias. Assim, ultrapassado os apontamentos acerca dos imbrólios jurídicos que retiraram Luiz Inácio Lula da Silva da disputa eleitoral, passarei a discorrer sobre o atentado sofrido por Jair Messias Bolsonaro durante o primeiro turno das eleições de 2018.

4.2 O ATENTADO CONTRA A VIDA DO MESSIAS

Da mesma maneira como os demais candidatos, Bolsonaro vinha realizando diversos atos públicos de campanha, em diferentes regiões do país, no intuito de aproximar-se do eleitorado e angariar um maior número de votos. Todavia, o episódio-chave capaz de atrair os holofotes para o candidato ocorreu no dia 06 de setembro de 2018, por volta das 15h40, na cidade de Juiz de Fora/MG.

Enquanto o presidenciável era carregado nos ombros por apoiadores em evento realizado no centro daquela cidade, um homem se aproximou do candidato e lhe desferiu uma facada no abdômen (IBRAHIM, 2021). Segundo relatos, o então candidato teve lesões no intestino grosso e no intestino delgado, sendo encaminhado para a Santa Casa de Juiz de Fora para realização de procedimento cirúrgico de emergência, e posteriormente transferido para o hospital *Albert Einstein*, localizado na capital paulista (MOURA & COBERLLINI, 2019).

O responsável pelo atentado ao candidato foi Adélio Bispo de Oliveira⁵³, preso em flagrante e encaminhado para a delegacia da Polícia Federal em Juiz de Fora/MG. Muito se especulou acerca de possíveis mandantes do atentado, todavia, após as investigações a polícia concluiu que Adélio agiu sozinho, sem a interferência de terceiros, e movido unicamente por convicções políticas e religiosas. Adélio era apresentado pela mídia como alguém que odiava a direita e defensor dos governos de esquerda da América-Latina, além de ser ex-filiado do PSOL, agremiação política de esquerda (IBRAHIM, 2021).

⁵³ No dia 14 de junho de 2019, o juiz Bruno Savino, titular da 3ª Vara Federal de Juiz de Fora, proferiu a sentença de Adélio Bispo pelo atentado contra a vida de Jair Messias Bolsonaro. Analisando as provas colacionadas ao caderno processual, o magistrado se convenceu acerca da inimputabilidade do réu, impondo medida de segurança de internação por prazo indeterminado, que deverá se estender até que reste comprovada a cessação da periculosidade do acusado. Para o magistrado, “a conduta do réu, embora típica e antijurídica, não pode ser punida por não ser juridicamente reprovável, já que o réu é acometido de doença mental que lhe suprimiu a capacidade de compreender o caráter ilícito do fato”. O magistrado ainda fixou prazo mínimo de três anos para a realização do primeiro exame de cessação de periculosidade. O acusado cumpre a respectiva internação na Penitenciária de Segurança Máxima de Campo Grande/MS (GAZETA DO POVO, 2019).

Nas redes sociais o atentado viralizou rapidamente e seu conteúdo foi fortemente compartilhado. Transcorrido pouco mais de duas horas do fato, o nome de Jair Bolsonaro já possuía mais de 380 mil menções na Internet, ficando, inclusive, no segundo lugar nos *Trending Topics*⁵⁴ mundiais da rede social *Twitter*. O próprio filho do presidente utilizou sua conta oficial na plataforma para pedir orações aos apoiadores de seu pai (MOURA & COBERLLINI, 2019).

Após o ataque, a campanha de Bolsonaro no rádio e na TV passou a adotar um tom messiânico em relação à figura do candidato, se enveredando pela narrativa de que a facada teria sido uma tentativa de barrar a mudança, reiterando a tese de que o candidato do PSL era aquele que os eleitores depositavam a esperança em um país melhor. Frases de efeito como “O povo brasileiro caminha unido em oração pela vida do nosso Jair Messias Bolsonaro” e “Não vão conseguir parar a força de um Brasil que quer mudar. A esperança está mais viva do que nunca” eram frequentemente compartilhadas através de vídeos de campanha do candidato que circulavam nas redes sociais (CUNHA, 2019).

Para Moura e Corbellini (2019), o atentado contra a vida de Bolsonaro trouxe benefícios evidentes para o candidato, momento que as notícias sobre seu estado de saúde, bem como sobre as investigações do caso, tiveram ampla cobertura midiática. Os autores ainda destacam que tanto o peessedebista Geraldo Alckmin quanto os demais candidatos precisaram frear as críticas ao ex-capitão, visto o clima de comoção e solidariedade em função da recuperação do candidato.

Valendo-se de sua convalescença, Bolsonaro fugiu do combate e se manteve em uma zona de conforto. Mesmo após receber alta médica e liderar as pesquisas eleitorais em virtude da substituição da candidatura de Lula por Fernando Haddad, o presidente continuou evitando atos de campanha, inclusive recusando os convites para participação em sabinas e debates eleitorais. Destaque especial para a negativa do candidato em participar do debate organizado pela Rede Globo, o último antes das eleições de primeiro turno. Em contrapartida, Bolsonaro concedeu longa entrevista exclusiva à TV Record, exibida no dia 04 de outubro daquele ano, no mesmo horário do debate tradicionalmente mais aguardado pelos eleitores. O espaço concedido em horário nobre deixava clarividente o apoio de Edir Macedo ao candidato de extrema-direita (NASCIMENTO, 2019).

⁵⁴ *Trending Topics* (Tópico de Tendência): consiste em uma lista de palavras ou expressões compartilhadas reiteradas vezes por usuários da Internet em determinados aplicativos como *Twitter* e *Instagram*. Nesse sentido, acabam servindo como indicador de popularidade de um determinado assunto ou acontecimento.

Cabe destacar que, assim como a prisão de Lula, o atentado contra Jair Messias Bolsonaro ganhou espaço nos principais jornais, telejornais e portais virtuais de notícias. Embora a TV Record⁵⁵ e o portal de notícias R7⁵⁶ tenham noticiado o episódio da facada, a *Folha Universal* não fez qualquer menção ao fato. O semanário iurdiano era cauteloso e não explicitava o nome de candidatos a presidente, todavia reiteradamente pontuava a importância de seus leitores escolherem políticos cujos nomes não estivessem envolvidos em esquemas de corrupção, bem como que optassem por candidatos que defendessem a família e os preceitos cristãos, o que corroborava para a adesão dos iurdianos à campanha do presidencial Jair Bolsonaro, face à semelhança das propostas do candidato com a ideologia da igreja estampada nas páginas da *Folha Universal* em ano eleitoral.

Explorado sobre o atentado sofrido pelo presidencial Jair Bolsonaro (PSL/RJ), passarei a abordar o desempenho dos candidatos nas pesquisas eleitorais realizadas durante o Período Eleitoral, bem como o resultado obtido pelas urnas.

4.3 A VITÓRIA DA DIREITA NAS URNAS

Conforme já pontuado, as eleições presidenciais de 2018 foram marcadas pela pulverização de candidaturas de diferentes posições ideológicas. A crise política e econômica que assolava nosso país potencializou o registro de 13 candidaturas, cada qual apresentando suas soluções para recuperar a estabilidade econômica e a confiança nas instituições. Tendo em vista a proximidade da data das eleições, legalmente era dada a largada para a prática dos atos oficiais de campanha (debates, comícios, passeatas), bem como para a propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV.

Nesse sentido, diversos institutos de pesquisas foram contratados por diferentes instituições a fim de verificar a intenção de voto do eleitorado. Curial destacar que para os candidatos os bons resultados em pesquisas podem resultar em apoio político, contribuições financeiras de apoiadores, mais espaço na mídia. O oposto pode resultar na perda de aliados, pressões intrapartidárias, e até mesmo abdicação da disputa. Já para os demais *stakeholders*, a

⁵⁵ O episódio do esfaqueamento do candidato Bolsonaro foi noticiado pelo programa policiaisco Cidade Alerta poucas horas após o ocorrido, em matéria de 5:10 (CIDADE, 2017). Nos dias seguintes, a emissora de Edir Macedo continuou explorando a temática, buscando manter seus telespectadores atualizados sobre o estado de saúde do candidato e os desdobramentos da investigação do caso.

⁵⁶ A facada também ganhou ampla cobertura no portal de notícias R7, vinculado ao grupo Record (BOLSONARO, 2018).

pesquisa tende a dar certa previsibilidade, à medida que sinaliza qual candidato detém maior potencial de vitória.

Assim como havia ocorrido no período pré-eleitoral, uma série de sondagens foram encomendadas pela TV Globo e pelo jornal *Folha de São Paulo* junto ao Instituto Datafolha para mensurar o desempenho dos candidatos nas eleições que se aproximavam⁵⁷. Abaixo apresento uma síntese das pesquisas realizadas durante o primeiro turno das eleições, vejamos:

Tabela 07 – Pesquisas Datafolha de intenção de votos para Presidente em primeiro turno

Candidato	Datas							
	22 ago	10 set	14 set	20 set	28 set	02 out	04 out	06 out
Luiz Inácio Lula da Silva	39%	-	-	-	-	-	-	-
Jair Messias Bolsonaro	19%	24%	26%	28%	28%	32%	35%	36%
Fernando Haddad	-	9%	13%	16%	22%	21%	22%	22%
Ciro Gomes	5%	13%	13%	13%	11%	11%	11%	13%
Geraldo Alckmin	6%	10%	9%	9%	10%	9%	8%	7%
Marina Silva	8%	11%	8%	7%	5%	4%	4%	3%
João Amoêdo	2%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%
Henrique Meirelles	1%	3%	3%	2%	2%	2%	2%	2%
Álvaro Dias	3%	3%	3%	3%	2%	2%	2%	2%
Cabo Daciolo	1%	1%	1%	0%	1%	2%	1%	1%
Guilherme Boulos	1%	1%	1%	1%	1%	0%	0%	1%
Vera Lúcia	1%	1%	1%	1%	1%	0%	0%	0%
João Goulart Filho	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
José Maria Eymael	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Branco/Nulo/Nenhum	11%	15%	13%	12%	10%	8%	6%	6%
Não Sabe	3%	6%	6%	5%	4%	6%	6%	4%

Fonte: Moura e Coberllini (2018), adaptado pelo autor.

Através da tabela acima é possível verificar que primeiras pesquisas realizadas no decorrer do Período Eleitoral foram realizadas antes do indeferimento da candidatura do ex-presidente Lula e do atestado a Bolsonaro. Mesmo preso, Lula (PT/SP) continuava liderando as sondagens, seguido pelo ex-capitão Jair Bolsonaro.

No rádio e na TV a campanha de Lula problematizava a cassação de sua candidatura, sustentando que a prisão do líder nas pesquisas era uma injustiça e uma forma de “aprisionar a vontade do povo”. O partido se valia da piora dos indicadores socioeconômicos desde o *impeachment* da presidenta Dilma, e apelava para a memória do eleitor sobre os avanços

⁵⁷ Durante o primeiro turno das eleições, o Datafolha realizou 08 sondagens em diferentes datas. O nível de confiança das pesquisas é de 95%, e a margem de erro é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos.

econômicos e sociais durante os governos do sindicalista como forma de convencer o eleitorado de que o petista poderia trazer o país novamente para os trilhos (CUNHA, 2019).

Somente na segunda semana de propaganda eleitoral gratuita foi que Fernando Haddad se posicionou como candidato oficial do PT. A partir desse momento, o discurso de Haddad e da militância petista PT focou em responsabilizar o governo de Michel Temer (MDB/SP) pela crise econômica e política, além de acusar o presidente de querer favorecer os mais ricos em detrimento dos menos favorecidos. Na primeira pesquisa realizada após a substituição da candidatura petista, Haddad possuía apenas 9% das intenções de voto, figurando como quinto colocado. A estratégia para buscar alavancar as intenções de voto no candidato substituto era associar a imagem de ambos, adotando o *slogan* “Lula é Haddad, e Haddad é Lula”. Gravações de Lula defendendo que sua prisão havia sido uma manobra para retirá-lo das eleições e pedindo voto para Haddad eram publicizadas não só nas emissoras de rádio e TV, como circulavam nas redes sociais (CUNHA, 2019). A estratégia associada às pautas do candidato fizeram o candidato crescer 13 pontos percentuais nas pesquisas, migrando para o segundo lugar em pouco mais de um mês.

Em seus últimos programas no rádio e na TV, Haddad destacava que os governo petistas haviam tirado 36 milhões de pessoas da pobreza e gerado 20 milhões de empregos, trazendo estabilidade econômica e social para o país. Haddad prometia redução de impostos para os mais pobres e a classe média, distribuição de renda, aumento do crédito e redução dos juros (CUNHA, 2019).

Já o ex-capitão se apresentou no horário eleitoral gratuito de forma mais moderada do que habitualmente se apresentava em entrevistas e *lives*. Cunha (2019) pontua que os programas do candidato na primeira semana eram voltados para destacar que “a família é a base da sociedade” e fazia um convite para os eleitores: “Vamos juntos mudar o destino do Brasil. Embora fosse um parlamentar tarimbado, o político se apresentava como um *outsider*, crítico ao sistema, defensor da moral cristã e saudosista do regime militar.

Na semana seguinte, o ataque sofrido pelo candidato passou a ganhar destaque nos programas do candidato no rádio e na TV. A coordenação de campanha de Bolsonaro construiu e disseminou a narrativa de que a facada teria sido uma tentativa de barrar a mudança, e a campanha passou a adotar um tom messiânico em relação a Bolsonaro. Mesmo convalescente, as pautas defendidas pelo candidato no período pré-eleitoral e o ataque a adversários políticos eram fortemente disseminadas por seus apoiadores nas redes sociais (CUNHA, 2019).

A saída de Lula do cenário político daquele ano fez com que Bolsonaro passasse a liderar as pesquisas, e a cobertura do episódio da facada, associado com o trabalho da militância

bolsonarista nas redes sociais, fizeram com que a intenção de votos no candidato crescesse progressivamente, aumentando cerca de 19 pontos percentuais.

Os demais candidatos pouco oscilavam nas sondagens realizadas pelos institutos de pesquisas, entretanto havia expectativas de que a intenção de votos em políticos experientes como Ciro Gomes e Geraldo Alckmin aumentassem, de forma a incomodar Bolsonaro e Haddad.

A estratégia utilizada pela equipe de Ciro Gomes (PDT/CE) durante o primeiro turno das eleições foi de se apresentar como candidato ficha limpa, e capaz de resolver os problemas econômicos do país. No rádio e na TV o candidato buscou apresentar sua biografia e relembrar seu papel no processo de transposição do Rio São Francisco. Com exíguo tempo de propaganda eleitoral gratuita, o candidato convidava os eleitores a visitarem o site da campanha (CUNHA, 2019). Ciro mirava crescimento nos estados do nordeste brasileiro, contudo o tom morno da campanha foi insuficiente para retirar os votos do PT naquela região.

Geraldo Alckmin (PSDB/SP) era o candidato com maior tempo de exposição na propaganda eleitoral gratuita. O ex-governador de São Paulo se apresentava como uma alternativa a polarização entre “a turma de vermelho” e “a turma da revolta, da intolerância e do ódio”. A estratégia adotada pela assessoria de campanha do político era de acusar a incompetência dos governos petistas pela crise sistêmica que o país enfrentava, bem como destacar a falta de apoio político e despreparo de Bolsonaro para assumir o Poder Executivo (CUNHA, 2019). A campanha do peessedebista focava em colocá-lo como um político experiente, influente, contrário ao radicalismo e capaz de derrotar o PT nas urnas. Entretanto, o discurso utilizado foi incapaz de alavancar a intenção de votos no candidato, visto o crescimento de uma nova direita que não mais se identificava com o partido.

Embora grande parte dos veículos de comunicação tenham explorado as pesquisas realizadas durante o primeiro turno, a *Folha Universal* se manteve silente quanto a essas sondagens. O jornal se preocupava em construir uma narrativa capaz de convencer os eleitores a optar por candidatos críticos à Ideologia de Gênero e comprometidos com os valores da família tradicional cristã, o que coadunava com os discursos do candidato de ultradireita Jair Bolsonaro (PSL/RJ). Somente às vésperas da deflagração do primeiro turno foi que Edir Macedo externalizou apoio individual ao ex-capitão.

Institutos de pesquisa como o Datafolha sinalizavam que as eleições caminhariam para um novo turno, a ser disputado por Jair Bolsonaro (PSL/RJ) e Fernando Haddad (PT/SP), fato que se confirmou nas urnas. Vejamos abaixo:

Tabela 08 – Resultado do primeiro turno das Eleições Presidenciais de 2018

Candidatos	Número de Votos	Percentual de votos	Percentual de votos válidos
Jair Messias Bolsonaro	49.277.010	41,99	46,03
Fernando Haddad	31.342.051	26,71	29,28
Ciro Gomes	13.344.371	11,37	12,47
Geraldo Alckmin	5.096.350	4,34	4,76
João Amoêdo	2.679.745	2,28	2,50
Cabo Daciolo	1.348.323	1,15	1,26
Henrique Meirelles	1.288.950	1,10	1,20
Marina Silva	1.069.578	0,91	1,00
Álvaro Dias	859.601	0,73	0,80
Guilherme Boulos	617.122	0,53	0,58
Vera Lúcia	55.762	0,05	0,05
José Maria Eymael	41.710	0,04	0,04
João Goulart Filho	30.176	0,03	0,03
Branços	3.106.937	2,65	-
Nulos	7.206.222	6,14	-

Fonte: Brasil (2018?-b), adaptado pelo autor.

Realizada as eleições em primeiro turno, vários institutos de pesquisa começaram a ser alvo de questionamentos pela sociedade, face à discrepância com os resultados das urnas. Enquanto o Datafolha sinalizava que Jair Bolsonaro teria entre 36% e 38% do total de votos, o candidato obteve quase 42%, ultrapassando significativamente a margem de erro adotada metodologicamente. O instituto também subestimou o potencial de Haddad, informando que o candidato teria entre 20% e 24% do total de votos, quando na realidade chegou próximo a 27%.

Em entrevista a *Jovem Pan* (2022), o cientista político Alberto Carlos Almeida ponderou que a diferença entre as pesquisas e o resultado das urnas naquele ano de 2018 não se tratou de erro amostral ou metodológico, mas foi fruto da complexidade do próprio cenário eleitoral, onde muitos eleitores optaram por mudar e/ou definir o voto após o fechamento das últimas pesquisas. O entrevistado ainda destacou que nas eleições de 2018, cerca de 20% dos eleitores só decidiram em quem votar na noite de sábado e no decorrer do domingo, data da eleição. Para ele, esse fenômeno tende a ser recorrente em eleições cujos candidatos mais bem posicionados são pouco conhecidos pela população. Embora Bolsonaro e Haddad já tivessem uma trajetória política, ambos candidatos eram mais populares na região sudeste do que nas demais regiões do país. Almeida ainda ponderou que historicamente o instituto contratado pela TV Globo e pelo jornal *Folha de São Paulo* tende a apresentar no segundo turno pesquisas mais

condizentes com as urnas, face a significativa diminuição do número de postulantes ao cargo (JOVEM PAN, 2022).

Assim, dada largada para o início do segundo turno, novas pesquisas foram encomendadas pela TV Globo e pelo jornal *Folha de São Paulo*, cujos resultados continuavam evidenciando o favoritismo de Bolsonaro nas urnas. Vejamos:

Tabela 09 – Pesquisas Datafolha de intenção de votos para Presidente em segundo turno

Candidatos	Datas		
	10 out	18 out	25 out
Jair Messias Bolsonaro	49%	50%	48%
Fernando Haddad	36%	35%	38%
Branco/Nulo/Nenhum	8%	10%	8%
Não Sabe	6%	5%	6%

Fonte: G1 (2018-b), adaptado pelo autor.

Durante o segundo turno o ataque entre os candidatos se tornou mais intenso. Haddad acusava seu adversário de criar uma organização criminosa, mantida com dinheiro de caixa dois, para disseminar Fake-news via *WhatsApp*. O petista afirmava que empresas ligadas ao candidato estavam custeando pacotes de disparos em massa de mensagens contra ele e seu partido. A prática é tida como ilegal, pois desde 2015 a legislação veda a doações eleitorais de pessoas jurídicas. Lado outro, Bolsonaro e sua militância disseminam informações duvidosas sobre a vida pessoal do adversário petista. Dias antes da realização do segundo turno, o ex-capitão das forças armadas chamou Haddad de “canalha” e afirmou que, caso fosse eleito, iria “banir os marginais vermelhos da pátria” (GONÇALVES, 2018).

A vitória do deputado vinculado à Bancada Evangélica no Congresso Nacional já se mostrava bem encaminhada, entretanto a cúpula da IURD não menosprezava o poderio do PT. Embora o bispo Edir Macedo já tivesse explicitado o voto no candidato ultraconservador, foi possível verificar no capítulo anterior que o jornal não se comprometia pedindo votos para Bolsonaro e nem mesmo divulgava o resultado das pesquisas, mas a convergência entre os discursos do candidato e aqueles estampados no semanário eram suficientes para convencer os leitores de que o ex-capitão era a mudança que os iurdianos queriam.

As urnas no segundo turno confirmaram o que as pesquisas do Datafolha apontavam. Jair Bolsonaro (PSL/RJ) sagrou-se vitorioso com 49,85% do total de votos computados. As pesquisas realizadas no dia 25 de outubro previam que o deputado, membro da Bancada Evangélica, oscilava entre 46% e 50%, considerando a margem de erro adotada pelo instituto. Vejamos abaixo o resultado daquela eleição:

Tabela 10 – Resultado do segundo turno das Eleições Presidenciais de 2018

Candidatos	Número de Votos	Percentual de votos	Percentual de votos válidos
Jair Messias Bolsonaro	57.797.847	49,85	55,13
Fernando Haddad	47.040.906	40,58	44,87
Branco	2.486.593	2,14	-
Nulos	8.608.105	7,43	-

Fonte: Brasil (2018?-b), adaptado pelo autor.

Alexandre (2020) rememora que na noite do dia 28 de outubro de 2022, após a confirmação da vitória de Bolsonaro pelo TSE, a residência do candidato eleito foi cercada por cinegrafistas e repórteres de diversas emissoras, que esperavam ansiosamente o pronunciamento do recém eleito. Ladeado pelo então senador Magno Malta (PL/ES), o novo presidente afirmava que o pastor tinha sido peça importante em sua campanha, pois teria contribuído para celebração de alianças com diferentes religiões, mencionado os evangélicos, os católicos e os espíritas. Entretanto, antes de dar início à leitura de seu discurso, o presidente passou a palavra ao pastor para que fizesse a seguinte oração:

Senhor meu Deus e meu Pai, nesse momento nós te somos agradecidos. Foram anos de luta, falando com o povo, pedindo a Tua proteção, falando sobre família, falando sobre país, o cuidado das nossas crianças, Deus na vida da família, na vida do Brasil, lutando contra a corrupção, enfrentando tudo e todos. Esse é um momento festivo, mas mais que isso, é um momento de gratidão! Agradecer ao Senhor pelo que fez, levantou Jair Bolsonaro duas vezes. O Senhor não permitiu que a morte o tragasse no momento de expectativa e de sonho para o povo brasileiro. [...] Ele está de pé! Deus, a vitória concretizada. Agora, dê a ele sabedoria, compreensão ao povo brasileiro, a todos nós, para que ele possa ter tempo, Senhor, para poder reparar, desfazer minas que foram colocadas, e devolver dias felizes, de alegria, ao povo brasileiro, às nossas crianças, nossas escolas, e às nossas famílias. A Tua Palavra diz que quem unge autoridade é Deus, e o Senhor ungiu Jair Bolsonaro, e a partir dessa data, Senhor, ele passa a ser o presidente de todos nós. Um presidente que ama a pátria, um cristão verdadeiro, um patriota cheio de fé, coragem e esperança todos os nossos amigos, companheiros, desde o homem mais simples nas ruas, do município mais simples desse país, que levantou uma bandeira, desde aquela senhora que orava de madrugada, outra que rezava, evangélicos, espíritas, católicos, confissões de fé de um país majoritariamente cristão. Obrigado Jesus pela família dele, pelos filhos, pela esposa, pelo cuidado, Deus, porque se tornaram guardiões da vida dele mais que nunca, no momento difícil. Obrigado por essa hora de festa no Brasil e no mundo. Agradecemos em nome de Jesus, o Brasil acima de tudo e Deus acima de todos.

Somente após a oração do senador, foi que Bolsonaro realizou seu primeiro discurso. Em linhas gerais, o presidente agradeceu a Deus e ao povo brasileiro pela vitória nas urnas, e a

equipe médica de Juiz de Fora que salvou a sua vida. Assumiu um compromisso público com a democracia, prometeu um governo decente, se comprometeu a obedecer a Constituição Federal, a recuperar a economia e a instituir de uma pátria livre e próspera para todos. Encerrou sua fala com o jargão de sua campanha: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

A vitória de Jair Bolsonaro rompeu com um padrão observado em outros pleitos, que se traduzia no que era apontado como as condições necessárias para alguém ser eleito presidente no Brasil: expressivo volume e dinheiro para financiamento de campanha e tempo razoável de propaganda no horário eleitoral. Não menos importante, contou com apoio especial dos evangélicos, não só da IURD, como de outras denominações.

Dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2018 evidenciam a preferência eleitoral dos brasileiros em função da pertença religiosa. Dentre aqueles que responderam ao questionário, 51% se declararam católicos, 32% se declararam evangélicos e 17% se declararam como pertencentes outras religiões ou ateus/agnósticos. Bolsonaro liderou em todas as categorias, com especial vantagem entre os evangélicos, chegando a quase 70% das intenções de voto. Assim, se estima que o ex-capitão recebeu quase 23,5 milhões de votos do mundo evangélico (NICOLAU, 2020).

Para Ibrahim (2021), diferentes fatores justificam a vitória do ultraconservador Jair Bolsonaro (PSL/RJ), a saber: 1) o antipetismo, que foi estimulado pelo mercado e pela mídia, face à crise econômica instalada no país e os constantes escândalos de corrupção que permearam os governos petistas e de Michel Temer; 2) o elitismo histórico marcado pelo discurso de caracterizar as mulheres, os negros, os gays e o povo indígena como seres inferiores; 3) as pautas conservadoras assumidas pelo candidato e que fizeram com que os cristãos, em especial os evangélicos, se identificassem com seu discurso; 4) o sentimento de antissistema, em virtude de uma descrença no modelo de democracia representativa (que deu origem a 31 milhões de abstenções e 11 milhões de votos em branco e nulos); 5) o uso de novas ferramentas e estratégias de comunicação, através das redes sociais como *WhatsApp*, *Facebook* e *Twitter*, que facilitaram a disseminação de notícias falsas e de discursos de medo e ódio.

Mais do que um líder antissistema, Bolsonaro se coloca como o líder de uma revolta conservadora, associando suas posições de extrema-direita à defesa de tudo que é ético e decente, e evidenciando que aquilo que desvia de sua visão de mundo é coisa da “esquerda”, portanto pernicioso para a sociedade.

Nobre (2022) pontua que, sob a ótica do presidente eleito, todo mundo que aceitou as regras da Constituição é de esquerda e, portanto, responsável pela destruição do país. Nessa perspectiva, a redemocratização é para Bolsonaro a responsável por todos os males do presente, e a verdadeira democracia é apenas aquela que existia durante a ditadura militar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho evidenciei que a Igreja Universal do Reino de Deus apresenta características peculiares, as quais lhe garantem acolhida popular e sólida estruturação institucional, o que proporcionou ao longo de sua existência não apenas a sua expansão no campo religioso, mas também no campo político. Teologicamente a IURD possui raízes no Pentecostalismo Clássico trazido dos Estados Unidos para o Brasil no início da década de 1910. Entretanto, a propagação da ideia de exclusividade nos serviços e meios de salvação dos fiéis, além de suas investidas na mídia para propagandear seus rituais de cura e combate ao demônio a diferencia das demais instituições religiosas evangélicas.

Desde a década de 1980 a igreja de Edir Macedo apostou no televangelismo e no evangelismo radiofônico como forma de propagandear a igreja e arrebanhar novos fiéis. Inicialmente a IURD adotou a estratégia de arrendar horários em emissoras para veicular seus programas religiosos, porém, à medida que a igreja foi arrebanhando fiéis e aumentando suas arrecadações, começou a estruturar seu próprio parque midiático, com especial destaque para a Rede Record, a Rede Aleluia e o jornal impresso *Folha Universal*.

É também válido repisar o papel preenchido pela IURD no espaço público da política institucional. O desejo da instituição em eleger representantes que agissem em defesa dos valores cristãos e dos interesses da igreja de Edir Macedo fez com que a igreja se transformasse em um verdadeiro celeiro eleitoral, inclusive potencializando a estruturação de um partido político próprio, voltado para o lançamento de candidaturas de bispos, pastores e obreiros – o PRB, atual Republicanos.

Urge destacar que a fórmula de sucesso da IURD se resume à tríade Igreja – Mídia – Política, cujos componentes estão em processo de constante interação e que se retroalimentam. É através dos trabalhos de evangelização que a igreja consegue financiar seus projetos midiáticos e oferecer palanque para seus candidatos; é através da mídia que a igreja divulga seus trabalhos de evangelização, arregimenta novos fiéis e se posiciona politicamente frente à sua membresia; é através da política que a igreja ganha espaço no parlamento, consegue frear o avanço de pautas progressistas na sociedade e adquire autorizações para exploração de canais de rádio e TV.

Nesse trabalho procurei analisar os discursos de cunho político/eleitoral estampados na *Folha Universal*, especificamente no ano de 2018. Forçoso dizer que a mídia impressa iurdiana é frequentemente apontada no meio acadêmico como um canal pelo qual um arsenal de bens simbólicos é acionado no intuito de se obter a representação política e o voto

corporativo dos fiéis. É através do semanário que a cúpula da instituição estabelece comunicação com pastores, obreiros, fiéis e simpatizantes da igreja, não se limitando a questões de plano espiritual, mas construindo uma visão de mundo que acaba resvalando na esfera comportamental e no agir cotidiano, inclusive interferindo na opinião política de sua membresia. Nesse sentido, o jornal acaba sendo mais um instrumento de locução e disseminação da ideologia iurdiana, sustentada em grande parte pela Teologia do Domínio e Teologia da Prosperidade.

Na introdução deste trabalho me propus a responder se especificamente no ano de 2018 a mídia impressa da IURD foi utilizada para tentar interferir no votos dos leitores. Os resultados obtidos através da análise do discurso da instituição via jornal me levam a concluir que sim, houve empenho da igreja em verter votos ao candidato Jair Bolsonaro, ainda que de forma velada.

Ao analisar detidamente as edições do tabloide publicadas durante o período pré-eleitoral foi possível observar uma preocupação institucional em informar os fiéis acerca da estrutura política instituída, bem como conscientizá-los sobre a importância do voto como instrumento capaz de mudar os rumos do país. Via jornal, a IURD cumpriu a função social de elucidar aos leitores quais cargos públicos estavam em disputa, qual a função do ocupante desses cargos, além de explicar o funcionamento da urna eletrônica. Entretanto, o jornal também fazia questão de transmitir o posicionamento institucional da IURD sobre temas caros aos pré-candidatos como extremismo político, Fake-news e o papel do Estado na Economia. Não menos importante, a mídia religiosa franqueou abertamente espaços para a promoção da imagem do PRB e de políticos do partido.

Ao se posicionar contrária a candidaturas extremistas, ideologicamente a IURD se mostrava defensora dos princípios da democracia, posição que se encontra enraizada na trajetória política da igreja, que viu na eleição de membros uma forma de garantir o funcionamento da instituição e de ter voz nos parlamentos, principalmente para frear o avanço de pautas ofensivas aos preceitos morais dos evangélicos, tidas como empreitadas do diabo no plano terreno.

Assim como a crítica ao extremismo político, a condenação do uso de Fake-news é um posicionamento esperado de toda e qualquer instituição que defenda os preceitos democráticos. Contudo, a Universal também se valeu da temática como pretexto para se apresentar como mídia comprometida com a verdade e macular a credibilidade de conglomerados de comunicação tidos como “inimigos” da igreja, alegando que há anos os evangélicos são vítimas de perseguição por parte do jornal *Folha de São Paulo* e da revista *Veja*.

No que tange ao papel do Estado na economia, o jornal se mostrava crítico às políticas assistencialistas fortalecidas nos governos petistas, defendendo a desregulamentação da economia como forma de facilitar o empreendedorismo. Ideologicamente, esse posicionamento da IURD pode ser justificado pela Teologia da Prosperidade, em que se prega que ao realizar esforços pecuniários para financiar os projetos de evangelização, o fiel se torna uma espécie de credor de Deus, sendo recompensado com uma vida próspera nos negócios e no âmbito pessoal.

Considerável sublinhar que as edições daquele período não fizeram qualquer menção direta ao nome de Jair Bolsonaro (PSL/RJ), contudo é possível identificar afinidades entre os posicionamentos tanto do semanário quanto do presidencial, principalmente no âmbito econômico e no antipetismo, o que pode ter contribuído para que os leitores se identificassem com o pré-candidato de ultradireita. Lado outro, a indefinição dos planos da IURD e do PRB para as eleições daquele ano era um óbice a manifestação mais incisiva do jornal. O semanário não escondia sua aversão aos partidos de esquerda, todavia o fato do antigo aliado Luiz Inácio Lula da Silva ser o líder nas pesquisas eleitorais levava a igreja a agir pragmaticamente.

Nas edições publicadas durante o primeiro turno o semanário investiu em temáticas como o combate à Ideologia de Gênero e a preservação da família e proteção as crianças, consideradas vulneráveis psicologicamente. Ideologicamente o jornal reatualizava o discurso da Teologia do Domínio, que consiste na crença de que Deus e o diabo seriam forças autônomas e equivalentes brigando por um mesmo espaço. Institucionalmente a igreja de Edir Macedo partia da premissa de que a conquista de direitos pelas minorais de gênero nas últimas três décadas implicavam em riscos para as famílias cristãs, em especial para as crianças, e significavam a vitória do diabo, pois estavam na contramão daquilo que os iurdianos defendem como valores do “Reino de Deus”. Também aproveitava de seu lugar de fala para criticar a Rede Globo, acusada de encampar as pautas do movimento LGBTQIA+. Dessa forma, a IURD, via jornal, atribuía a responsabilidade aos leitores para que escolhessem candidatos comprometidos com os valores cristãos.

Naquele período o jornal não fazia qualquer menção direta ao nome de Jair Bolsonaro (PSL/RJ) ou outro candidato à presidência, contudo haviam fortes similitudes entre os posicionamentos da igreja via semanário oficial e as falas do presidencial de ultradireita, principalmente no que diz respeito à preservação da instituição familiar nos moldes heteronormativos e a consequente oposição a Ideologia de Gênero. Para ambos, o avanço de tais pautas estavam associados a uma esquerda que deveria ser combatida a todo custo.

Embora a IURD não tenha manifestado institucionalmente apoio ao ex-capitão, o líder primaz da igreja revelou seu voto às vésperas da deflagração das eleições em primeiro turno.

Não se pode menosprezar o valor e o peso simbólico do ato, vez que atrelado às pautas do jornal, pode ter corroborado significativamente para convencer os membros da igreja a aderir à campanha de Bolsonaro.

Durante o segundo turno o tabloide abordou temas como o ódio nas redes sociais, e a defesa do direito de manifestação política de pastores e bispos. O jornal problematizava o direito de a classe artística poder se manifestar politicamente, enquanto pastores e bispos não podiam expressar sua opinião nos púlpitos das igrejas, pois estavam sob constante vigilância dos poderes públicos, em especial da Justiça Eleitoral. Ideologicamente o jornal acionava o discurso de minoria perseguida, que deveria lutar para ocupar o espaço público no intuito de frear o avanço das pautas da esquerda. A mídia impressa iurdiana orientava os pastores e obreiros a debater com a comunidade questões políticas e que cada voto seria poderoso para definir os rumos da nação.

Naquele momento a vitória de Jair Bolsonaro (PSL/RJ) já era prevista pelos institutos de pesquisa, entretanto havia certo receio por parte da igreja de uma eventual vitória petista, frente o alto potencial de transferência de votos de Lula para Fernando Haddad (PT/SP). Logo, o jornal não pedia expressamente votos para Bolsonaro, mas ao abordar pautas conservadoras nos costumes e liberais na economia, sugestionava que ele era o candidato ideal para os iurdianos.

A campanha do ex-capitão deixava claro que havia dois candidatos no segundo turno: Jair Bolsonaro (PSL/RJ), o presidenciável da mudança, e Fernando Haddad (PT/SP), o candidato da velha-política, cujo partido era associado à ineficiência administrativa e à institucionalização da corrupção. O jornal também era taxativo, criticava explicitamente a esquerda (sem citar o nome de Haddad ou qualquer outro presidenciável), defendia o fim da velha-política e reiterava a necessidade da eleição de políticos honestos e comprometidos com os valores cristãos.

Transcorrida as eleições, o jornal comemorava a vitória de Jair Bolsonaro e defendia a união dos brasileiros em prol da reconstrução do país. Temáticas como Escola sem Partido e críticas ao PT e ao candidato derrotado nas urnas Fernando Haddad ganhavam destaques nas páginas da *Folha Universal*.

O tabloide ratificava o apoio da igreja ao Programa Escola sem Partido, que visava impedir a doutrinação nas escolas, mas se vangloriava da fundação de uma faculdade pelo PRB, partido-braço da igreja. Durante as eleições de 2018, a temática era um dos pilares de campanha do presidente eleito Jair Bolsonaro, que via no projeto uma forma de coibir o amplo debate

sobre liberdade de gênero, sexualidade, diversidade religiosa e posicionamento político, pautas caras à esquerda e fortemente combatidas pelos setores mais conservadores da sociedade.

Após a derrota da esquerda nas urnas, o jornal se mostrava mais seguro para criticar explicitamente PT e Haddad. O semanário acusava integrantes do partido de se infiltrarem nos templos da igreja para causar tumultos, e afirmava que o erro dos petistas era subestimar a força dos evangélicos nas urnas. Já Haddad era acusado pelo jornal de ter caluniado o bispo Macedo, chamando-o de charlatão. O tabloide se vangloriava da decisão da justiça, que condenou Haddad em primeira instância a pagar uma indenização no valor de 79 mil reais ao bispo.

O jornal, enquanto porta-voz da Universal, só tornou mais evidente o apoio a Jair Bolsonaro à medida que ele passou a demonstrar condições de vencer as eleições e, mais ainda, depois de ele ter vencido. Durante o período Pré-eleitoral e Eleitoral havia afinidades entre as proposições de Jair Bolsonaro e as pautas da instituição evangélica, entretanto isso não era suficiente para estampar seu nome nas páginas do jornal antes da vitória. Havia racionalidade da cúpula iurdiana e do corpo editorial do jornal, que apenas se colocou explicitamente favorável a eleição do candidato quando este demonstrou que tinha chances concretas de lograr êxito nas urnas.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Ricardo. **E a verdade os libertará**: reflexões sobre religião, política e bolsonarismo. São Paulo: Mundo Cristão, 2020.

ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro Presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **CEPRAP**, v 38, nº 01, p. 185-213, abr/2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S010133002019000100010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 20 abr. 2020.

ALVES, Marcelo. O papel das Mídias Sociais nas Eleições de 2018. *In*: DE PAULA, Carolina; FERES JR., João (orgs). **Eleições 2018 e a crise da democracia brasileira**. Curitiba: Appris, 2019.

BAPTISTA, Saulo de Tarso Cerqueira. **Cultura política brasileira, práticas pentecostais e neopentecostais**: a presença da Assembleia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso Nacional. 2007. Tese (Doutorado em Ciência da Religião) – Faculdade de Filosofia e Ciências da Religião, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2007. Disponível em: <http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/425>. Acesso em: 22 abr. 2021.

BARBOSA, Peterson Almeida. **Abuso do Poder Religioso nas Eleições**: a atuação política das igrejas evangélicas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

BELLIGNI, Silvano. Extremismo. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**: volume I. 11ª ed. Trad. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0B8jeXMvFHiD-QjRtaU1CdWpWNkU/edit>. Acessado em: 11 jun. 2020.

BRASIL. **Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco**. Relação de candidatos à Presidência da República em 1989. Brasília, [1989?]. Disponível em: <http://www.tre-pe.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1899/candidatos-1989> Acesso em: 26 set. 2021.

_____. **Tribunal Superior Eleitoral**. Relação de candidatos à Presidência da República em 1994. Brasília, [1994?]. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1994/relacao-do-candidatos-a-presidencia-da-republica-eleicoes-1994>. Acesso em: 26 set. 2021.

_____. **Tribunal Superior Eleitoral**. Divulgação de candidatos à Presidência da República em 1998. Brasília, [1998?]. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1998/candidaturas-votacao-e-resultados/divulgacao-candidatos-1998>. Acesso em: 26 set. 2021.

_____. **Tribunal Superior Eleitoral**. Divulgação de candidatos à Presidência da República em 2002. Brasília, [2002?]. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2002/candidaturas-votacao-e-resultados/divulgacao-de-candidaturas-eleicoes-2002>. Acesso em: 26 set. 2021.

_____. **Tribunal Superior Eleitoral.** Divulgação de candidatos à Presidência da República em 2006. Brasília, [2006?]. Disponível em: <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#!/municipios/2006/14423/BR/candidatos>. Acesso em: 26 set. 2021.

_____. **Tribunal Superior Eleitoral.** Divulgação de candidatos à Presidência da República em 2010. Brasília, [2010?]. Disponível em: <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#!/estados/2010/14417/BR/candidatos>. Acesso em: 26 set. 2021.

_____. **Tribunal Superior Eleitoral.** Divulgação de candidatos à Presidência da República em 2014. Brasília, [2014?]. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2014/candidaturas/sistema-de-divulgacao-de-candidaturas>. Acesso em: 26 set. 2021.

_____. **Tribunal Superior Eleitoral.** Divulgação de candidatos à Presidência da República em 2018. Brasília [2018?-a]. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/votacao-e-resultados/resultados-2018>. Acesso em: 26 set. 2021.

_____. **Tribunal Superior Eleitoral.** Justiça Eleitoral conclui totalização dos votos do segundo turno. Brasília, [2018?-b]. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Outubro/eleicoes-2018-justica-eleitoral-conclui-totalizacao-dos-votos-do-segundo-turno>. Acesso em: 26 set. 2021.

_____. **Tribunal Superior Eleitoral.** Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC). Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/prestacao-de-contas-1/fundo-especial-de-financiamento-de-campanha-fefc>. Acesso em: 12 out. 2022.

BURCKHARDT, Eduardo. Confissões do terreiro: ex-mãe-de-santo do presidente Collor se converte e conta sobre os despachos que fazia na Dinda. **Revista Época**. São Paulo. 22 ago. 2018. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR51195-6009,00.htm>. Acesso em: 20 dez. 2022.

BURITY, Joanildo. Religião, cultura e espaço público: onde estamos na presente conjuntura?, *In*: F. Mezzomo; C. S. Pátaro; F. A. Hahn (eds.). **Religião, cultura e espaço público**. São Paulo: Olho D'Água. 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/299523225_Religio_cultura_e_espaco_publico_on_de_estamos_na_presente_conjuntura. Acesso em 29 jun. 2021.

_____. A cena da religião pública: contingência, dispersão e dinâmica relacional. **Novos Estudos**, n. 102, p. 89-105, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/nec/n102/1980-5403-nec-102-89.pdf>. Acesso em 29 jun. 2021.

CALAMEO. **Plataforma de publicação interativa**. Disponível em: <https://pt.calameo.com>. Acesso em 26 set. 2021.

CAMPOS, Leonildo Silveira. O Marketing e as Estratégias de Comunicação da Igreja Universal do Reino de Deus. **Estudos de Religião**, São Bernardo do Campo, v. 15, p. 21-38, 1999. Disponível em:

<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/67262dda8996e9c14436a91b16c5b971.PDF>.

Acesso em: 30 jan. 2023.

CAMPOS, João Pedroso. Flávio Rocha desiste de candidatura à presidência. **Revista Veja**. São Paulo, 13 jul. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/flavio-rocha-desiste-de-candidatura-a-presidencia/>. Acesso em: 12 out. 2022.

CAMURÇA, Marcelo. Igreja Universal do Reino de Deus: entre o “plano de poder” e a lógica de minoria perseguida. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 01, p. 43-66, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010085872020000100043&tlng=pt. Acesso em: 29 jun. 2021.

_____. Religião, Política e Espaço Público no Brasil: perspectiva histórico/sociológica e a conjuntura das eleições presidenciais e 2018. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 19, n. 25, p. 125-159, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/243765>. Acesso em: 25 out. 2021.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**: parte especial, vol. 3. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

CARRANZA, Brenda. Linguagem midiática e religião. In: PASSOS, João Décio; USARKI, Frank. **Compêndio de ciência da religião**. São Paulo: Paulinas, 2013.

_____. Evangélicos: o novo ator político. In: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda. **Novo ativismo político no Brasil**: os evangélicos do século XXI. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.

CARREIRÃO, Yan. A Eleição Presidencial de 2002: uma análise preliminar do processo e dos resultados eleitorais. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, p. 179-194, jun. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/zzsbFkSmhyFdZfXDZwK6Xyb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2021.

CARVALHO, Sarita dos Santos. **O fiel empreendedor, testemunha e ferramenta de marketing**: uma análise do discurso acerca dos congressos empresariais da IURD. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) - Programa de Pós Graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2017. Disponível em: <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/1076>. Acesso em: 24 mar. 2021.

CERQUEIRA, Cláudia. Igreja como Partido: a relação entre Igreja Universal do Reino de Deus e o Republicanos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. XXX, v. 36, n. 107, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/YWZWKnDk6LwvPpbSZ3PRnVQ>. Acesso: 27 dez. 2022.

CIDADE Alerta. Jair Bolsonaro é esfaqueado durante campanha em Juiz de Fora (MG) **TV Record**. 09 jul. 2017 (3:45 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8r-ObtqdTm0>. Acesso em: 25 dez. 2022.

CONRADO, Flávio César dos Santos. **Cidadãos do Reino de Deus**: representações, práticas e estratégias eleitorais (um estudo da “Folha Universal” nas eleições de 1998). 2000. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: https://www.academia.edu/41093418/Cidad%C3%A3os_do_Reino_de_Deus_Representa%C3%A7%C3%B5es_Pr%C3%A1ticas_e_Estrat%C3%A9gias_Eleitorais_Um_estudo_da_Folha_Universal_nas_elei%C3%A7%C3%B5es_de_1998. Acesso em: 25 out. 2021.

_____. Política e Mídia: a Igreja Universal do Reino de Deus nas eleições. **Religião e Sociedade**, v. 21, n. 2, p. 85-111, nov. 2021. Disponível em: https://www.academia.edu/33084312/Pol%C3%ADtica_e_M%C3%ADdia_A_Igreja_Universal_do_Reino_de_Deus_nas_Elei%C3%A7%C3%B5es. Acesso em: 25 out. 2021.

COSTA, Heloiza de Castro da. A importância da análise do discurso na compreensão de enunciados. *Controvérsia*, v. 8, n. 2, p. 17-27, 2012. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/controversia/article/view/5529>. Acesso em: 01 fev. 2023.

CRIVELLA, Marcelo. 7 Razões para votar em Dilma. **Folha Universal**, ano 17, ed. 969. São Paulo: 2010.

CRUZ, Marcelo Pereira. **A Igreja Universal do Reino de Deus no “Jogo do Poder”**: a aliança com o Partido dos Trabalhadores nas eleições presidenciais de 2002. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/2113>. Acesso em: 28 jun. 2021.

CUNHA, Christina Vital. Ativismo negro e religioso. O caso da Frente Parlamentar de Terreiros no Congresso Nacional Brasileiro. **Novos estudos**, São Paulo, v. 40, n. 02, p. 243-259, maio/ago, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/dwTG3D5d7nf9cSsvZgWZqXj/>. Acesso em: 05 fev. 2022.

CUNHA, Cynthia. Resumo do Horário Eleitoral Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE). DE PAULA, Carolina; FERES JR., João (orgs). **Eleições 2018 e a crise da democracia brasileira**. Curitiba: Appris, 2019.

DARIE, Marina. O que aconteceu no escândalo do Mensalão?. **Politize**. Brasília. 22 ago. 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/mensalao-o-que-aconteceu/>. Acesso em: 26 set. 2021.

DE PAULA, Tiago Franco. Deus acima de tudo: a atuação política da Igreja Universal do Reino de Deus nas eleições presidenciais de 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/42663>. Acesso em: 20 dez. 2022.

DIP, Andrea. **Em nome de quem?**: a bancada evangélica e seu projeto de poder. 1ª ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2018.

DOMINGO Espetacular. Últimos minutos de liberdade de Lula foram marcados por muitos protestos. **TV Record**. 09 jul. 2017 (3:45 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5qVHa0R-NQk>. Acesso em: 25 dez. 2022.

ELLER, Jack David. **Introdução à antropologia da religião**. Petrópolis: Vozes, 2018.

FERES JR., João. Mídia e Redes Sociais. *In*: DE PAULA, Carolina; FERES JR., João (orgs). **Eleições 2018 e a crise da democracia brasileira**. Curitiba: Appris, 2019.

FERNANDES, Talita; CARAM, Bernardo. Temer desiste de candidatura e anuncia Meirelles pelo MDB. *Folha de São Paulo*. Brasília, 22 mai. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/05/temer-desiste-de-candidatura-e-anuncia-meirelles-pelo-mdb.shtml>. Acesso em: 12 out. 2022.

FERRARI, Odêmio Antônio. **Bispo S/A: a Igreja Universal do Reino de Deus e o exercício do poder**. 3ª ed. São Paulo: Editora Ave Maria, 2007.

FEUERWERKER, Alon. **Brasil em capítulos: um olhar sobre a política, do impeachment às eleições de 2018**. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro, 2018.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, p. 29-60. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/NCQ3t3hRjQdmgJvSjLYMLN/>. Acesso em: 13 nov. 2022.

FOLHA. Filme de Edir Macedo ‘Nada a Perder’ tem bilheteria inflada. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 03 abr. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/04/filme-de-edir-macedo-nada-a-perder-tem-bilheteria-inflada.shtml>. Acesso em: 15 nov. 2022.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France**, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FRAZÃO, Felipe. Edir Macedo declara apoio a Jair Bolsonaro. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 30 set. 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,edir-macedo-declara-apoio-a-bolsonaro,2070002526353>. Acesso em: 26 set. 2021.

FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment**. 1993. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/279821>. Acesso em: 28 abr. 2021.

FURLAN, Flávia. PT, MDB e PSDB terão 34% do tempo de TV e rádio na campanha eleitoral. **Exame**. São Paulo, 12 jun. 2018. Disponível em: <https://exame.com/brasil/pt-mdb-e-psdb-terao-34-do-tempo-de-tv-e-radio-na-campanha-eleitoral/>. Acesso em: 12 out. 2022.

G1. Site divulga trechos de mensagens atribuídas a procuradores da Lava-Jato e a Sérgio Moro. **G1**. Rio de Janeiro, 09 jun. 2019. 2019-a. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/09/site-divulga-trechos-de-mensagens-atribuidas-a-procuradores-da-lava-jato-e-a-sergio-moro.ghtml>. Acesso em: 16 out. 2022.

_____. Lula deixa Curitiba e vai para São Paulo depois de ser solto. **G1**. Paraná, 09 nov. 2019. 2019-b. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2019/11/09/lula-deixa-curitiba-e-vai-para-sao-paulo-depois-de-ser-solto.ghtml>. Acesso em: 16 out. 2022

_____. Lula tem 37%, Bolsonaro 16%, Alckmin 7%, aponta pesquisa Datafolha para 2018. **G1**. Rio de Janeiro, 31 jan. 2018. 2018-a. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/lula-tem-37-bolsonaro-16-alckmin-7-aponta-pesquisa-datafolha-para-2018.ghtml>. Acesso em: 16 out. 2022

_____. Datafolha de 25 de outubro para presidente por sexo, idade, escolaridade, renda, região, religião e orientação sexual. **G1**. Rio de Janeiro, 26 out. 2018. 2018-b. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/26/datafolha-de-25-de-outubro-para-presidente-por-sexo-idade-escolaridade-renda-regiao-religiao-e-orientacao-sexual.ghtml>. Acesso em: 19 jan. 2023.

_____. Presidente do PRB anuncia que bancada votará pelo impeachment. **G1**. Brasília, 12 abr. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/presidente-do-prb-anuncia-que-bancada-votara-pelo-impeachment.html>. Acesso em: 26 set. 2021.

_____. PSDB pede ao TSE auditoria para verificar 'lisura' da eleição. **G1**. Brasília, 30 out. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/10/psdb-pede-ao-tse-auditoria-para-verificar-lisura-da-eleicao.html>. Acesso em: 25 nov. 2021.

GAZETA DO POVO. Leia na íntegra: a sentença de Adélio Bispo. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 14 jun. 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/sentenca-adelio-bispo/>. Acesso em: 02 nov. 2022.

GIUMBELLI, Emerson. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/Qsh6vSD3yFVTK9dZBfHfLyF/?lang=pt>. Acesso em: 05 fev. 2022.

GOMES, José Jairo. **Direito Eleitoral**. 11 ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2015.

GOMES, Marcela A. CRAS e intervenção psicopolítica: Os terreiros como lugar de pertença, acolhimento e resistência política. **Psicologia Política**, v. 20, n. 47, p. 87-101, 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2020000100008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 05 fev. 2022.

GONÇALVES, Eduardo. Haddad não telefonou e não pretende ligar para Bolsonaro. **Revista Veja**. Brasília, 28 out. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/haddad-nao-telefonou-e-nao-pretende-ligar-para-bolsonaro/>. Acesso em: 13 jan. 2023.

GUTIERREZ, Carlos. A Igreja Universal e o Partido Republicano Brasileiro: conflitos em torno do secularismo. In: ARAÚJO, Melvina.; CUNHA, Chistina Vital da (Org). **Religião e Conflito**. Curitiba: Editora Prismas, 2016, p. 63-75.

HACK, Érico. **Direito constitucional: conceitos, fundamentos e princípios básicos**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir. O voto como adesão. In: Miranda, J. et al (org.). **Imaginários Sociais em Movimento: oralidade e escrita em contextos multiculturais**. Campinas: Pontes Editores, 2006.

HUFF JR., Arnaldo Érico; PORTELLA, Rodrigo. Ciência da Religião: uma proposta a caminho para consensos mínimos. **Numen**, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. 433-456, 2012. Disponível em <https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/21847>. Acesso em: 04 set. 2020.

IBGE. **Resultado dos Dados do Censo 2000 e 2010**. Brasília, [2010?] Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/137>. Acesso em 26 set. 2021.

IBRAHIM, César Antônio Calejon. **A Ascensão do Bolsonarismo no Brasil do século XXI**. 2ª ed. Curitiba: Kotter Editorial, 2021.

ILHA, Franciele Roos da Silva; BRITTES, Letícia Ramalho. Teorias discursivas: diferentes possibilidades analíticas na educação. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 8, n. 36, p. 69-81, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/4333>. Acesso em: 08 fev. 2023.

JAIR Bolsonaro é esfaqueado durante campanha em Juiz de Fora (MG). **Portal R7 Notícias**. São Paulo, 06 set. 2018. Disponível em: <https://recordtv.r7.com/cidade-alerta/videos/jair-bolsonaro-e-esfaqueado-durante-campanha-em-juiz-de-fora-mg-23092022>. Acesso em: 25 dez. 2022

JANUARY JÚNIOR. Decisão de Cunha sobre impeachment de Dilma deve ser lida nesta quinta. **Câmara dos Deputados**. Brasília, 02 dez. 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/477179-decisao-de-cunha-sobre-pedido-de-impeachment-de-dilma-deve-ser-lida-nesta-quinta/>. Acesso em: 25 nov. 2021.

JARDIM, Willelm Martins Andrade. **Religião e Política na Igreja Universal do Reino de Deus: um estudo das campanhas eleitorais de 2010 e 2014**. 2016. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2016.

JR News. Jornal da Record News reúne especialistas com opiniões divergentes para comentar condenação de Lula. **Record News**. 13 jul. 2017 (33:21 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TamOiYjZL4Y>. Acesso em: 25 dez. 2022.

JORNAL da Record. Após 9 horas de julgamento, Lula é condenado por unanimidade em segunda instância. **TV Record**. 25 jan. 2018 (5:13 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VFxmH2C0IRM>. Acesso em: 25 dez. 2022.

_____. Ex-presidente Lula é condenado a nove anos de prisão pelo juiz Sérgio Moro. **TV Record**. 13 jul. 2017 (3:45 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5qVHa0R-NQk>. Acesso em: 25 dez. 2022.

_____. Sérgio Moro decreta prisão de Lula. **TV Record**. 06 abr. 2018 (1:55 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=En0_o_Qif3Y. Acesso em: 25 dez. 2022.

JOVEM PAN. Por que Datafolha errou percentual de Bolsonaro em 2018? Especialista responde. **Jovem Pan**. 13 set. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0x08k-H8GhE>. Acesso em: 19 jan. 2023.

LEITÃO, Leslie; PRADO, Thiago. A foto que Crivella esconde há 26 anos. **Revista Veja**. Rio de Janeiro, 24 out. 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/a-foto-que-crivella-esconde-ha-26-anos/>. Acesso em: 15 nov. 2022.

LIMA, Diana & WERNECK, Vinícios. A notícia política na mídia evangélica: o Mensageiro da Paz e a Folha Universal em perspectiva comparada. **Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 55, n. 1, p. 221 a 250, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582012000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 04 mai. 2021.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. 1 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MAFRA, Clara. O cuidado das multidões a as teorias persecutórias. In: XXII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Caxambu, 1998. Disponível em: <http://www.anpocs.org/index.php/encontros/papers/22-encontro-anual-da-anpocs/gt-20/gt16-16/5159-cmafra-o-cuidado/file>. Acesso em: 31 jan 2023.

MARIANO, Ricardo. Expansão Pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 52, p. 121-138, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000300010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 04 mai. 2021.

_____. Igreja Universal do Reino de Deus: a magia institucionalizada. **Revista USP**, São Paulo, n. 31, p. 120-131, set./nov. 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/26006/27737>. Acesso em: 18 mar. 2021.

_____. Mudanças no campo religioso brasileiro no Censo 2010. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 14, n. 24, p. 119-137, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debatesdoner/article/view/43696/27488>. Acesso em: 18 mar. 2021.

_____. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MARX, Karl, 1818-1883. **Manuscrtos econômico-filosóficos** / Karl Marx; tradução, apresentação e notas Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010

MARREIRO, Flávia. Datafolha: Lula cai e Joaquim Barbosa desponta com até 10%. **EL PAÍS**. São Paulo, 16 abr. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/14/politica/1523729933_579711.html. Acesso em: 02 nov. 2022.

MARTINS, Cáo César Nogueira. A Cota de Gênero em benefício da candidatura de mulheres: essência, preenchimento, aferição e estatísticas. **Revista Democrática**. Curitiba, v. 5, p. 09-31, 2019. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/5915>. Acesso em: 12 out. 2022.

MARTINS, Cáo César Nogueira, OLIVEIRA, Fabrício Roberto Costa. Religião e Política na IURD: um estudo da Folha Universal no ano eleitoral de 2018. In: OLIVEIRA, Fabrício

Roberto Costa et. al. (org). **Cristianismos, Sociabilidade e Espaços Públicos**: reflexões sobre as relações entre religião e sociedade. Campinas: D7 Editora, 2020.

_____. Religião e política na Igreja Universal do Reino de Deus: um estudo da eleição de 2018. *In*: Religião e democracia: os desafios no espaço público, 2019, Juiz de Fora. **Anais do IV Congresso Nacional de Ciência da Religião**. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019. Disponível em: <http://www.conacir.com.br/p/versoes.html>. Acesso em: 26 set. 2021.

MORAES, Geórgia. Especial Concessões 1: entenda o que é uma concessão de rádio e de TV. **Câmara dos Deputados**. Brasília, [2021]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/292353-especial-concessoes-1---entenda--o-que-e-uma-concessao-de-radio-e-detcv--06-08--->. Acesso em: 27 nov. 2021

MOURA, Maurício; CORBELLINI, Juliano. **A Eleição Disruptiva**: por que Bolsonaro venceu. Rio de Janeiro: Record, 2019.

NASCIMENTO, Cláudia Cerqueira do. **Igreja como Partido**: capacidade de coordenação eleitoral da Igreja Universal do Reino de Deus. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/20151>. Acesso em: 25 jun. 2021.

NASCIMENTO, Gilberto. **O Reino**: a história de Edir Macedo e uma radiografia da Igreja Universal. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NEVES, Espaço Público em Hannah Arendt e Habermas: em busca de uma reflexão. **Temáticas**, v. 11, n. 21, p. 161-177, jan./dez. 2003. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/271-276/8885>. Acesso em 18 set. 2022.

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou a Direita**: uma radiografia da Eleição de Bolsonaro em 2018. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

NOBRE, Marcos. **Limites da Democracia: de junho de 2013 ao Governo Bolsonaro**. 1ª ed. São Paulo: Todavia, 2022.

OLIVEIRA, Fabrício Roberto Costa; MARTINS, Cáo César Nogueira. O discurso eleitoral da Igreja Universal do Reino de Deus e a ascensão de Bolsonaro. **Revista Plural**, v. 28, n. 1, p. 237-258, São Paulo, jul. 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/issue/view/12070/2075>. Acesso em: 25 jul. 2021.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 13 ed. Campinas: Pontes Editores, 2020.

ORO, Ari Pedro. A Política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 53, p. 52-79. Rio de Janeiro: out/2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n53/18078.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2021.

_____. O neopentecostalismo macumbeiro. **Revista USP**, São Paulo, n. 68, p. 319-332, dez./fev. 2005-2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13505>. Acesso em: 25 out. 2021.

_____. Neopentecostalismo: dinheiro e magia. **Revista Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis v. 3, p. 71-83, nov. 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/14957>. Acesso em: 28 mar. 2021.

PACHECO, João Pedro; BASTOS, Luiza Meira. A prisão de Lula. *In*: DE PAULA, Carolina; FERES JR., João (orgs). **Eleições 2018 e a crise da democracia brasileira**. Curitiba: Appris, 2019.

PÊCHEUX, Michel. **Análise do Discurso**: Michel Pêcheux – textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. 4 ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

PICUSSA, Roberta; CODATO, Adriano. Forasteiros na política: uma visão geral. **SciELO Preprints**, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4533>. Acesso em: 09 out. 2022.

PIEPER, Frederico. Religião: limites e horizontes de um conceito. **Estudos de Religião**, v. 33, n. 1, p. 5-35, 2019. Disponível em <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ER/article/view/9056/0>. Acesso em 04 ago. 2022.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Secularização em Max Weber: da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 37, p. 43-73, jun. 2020. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001037640>. Acessado em: 30 jan. 2023

PIRES, Marcos Cordeiro; et. al. **Economia Brasileira: da colônia ao governo Lula**. São Paulo: Saraiva, 2010.

PIVA, Otávio. **Presidencialismo sem coalizão**: a ruptura do modelo de relacionamento entre poderes no governo Collor. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Administração Pública e Governo) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/1918/1/000423248-Texto%2BCompleto-0.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2021.

RECUERO, Raquel GRUZD, Anatoly. Cascata de Fake News Políticas: um estudo de caso no Twitter. *Revista Galaxia*, n. 41, p. 31-47. São Paulo: mai-ago. 2019, Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542019239035>. Acesso em: 02 nov. 2022.

REDE ALELUIA. Sobre a Rede. **Rede Aleluia**. São Paulo, [2021?]. Disponível em: <http://redealeluia.com.br/sobre-a-rede-3/>. Acesso em: 26 set. 2021.

ROCHA, Maria da Penha Nunes. **As estratégias de comunicação da Igreja Universal do Reino de Deus**. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Programa de Pós Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de

Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp021807.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2020.

RODRIGUES, Elisa. Pentecostalismo, Política e Conservadorismo: curso de extensão oferecido pela UFJF em junho de 2020. Religando Ciência da Religião Online. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=B2ToAEa08eU&t=295s>. Acesso em: 11 jun. 2021.

ROLDÃO, Ivete Cardoso. O governo FHC e a política de Radiodifusão. **Intercom**, Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/f7c0cfafb1be0931e99fcc97f75cf289.PDF>. Acesso em: 20 nov. 2021.

ROSSI, Jean Pablo Guimarães; PÁTARO, Ricardo Fernandes. A “lei da mordaza” na literatura científica: um estado da arte sobre o movimento Escola sem Partido. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 36, p. 01-20, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/38038/29626>. Acesso em: 12 jan. 2023.

VENCESLAU, Pedro. Tasso Jereissati: “Nosso grande erro foi ter entrado no governo Temer”. **O Estado de São Paulo**, 13 set. 2018. Disponível em: <https://politica.estadão.com.br/noticias/eleicoes,nosso-grande-erro-foi-ter-entrado-no-governo-temer,90002500097>. Acesso em: 12 out. 2022.

SÁ MARTINO, Luís Mauro. A religião midiaticizada nas fronteiras entre público e privado: uma abordagem teórico-crítica. **Revista Ciberlegenda**, n. 26, p. 111-122, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36904/21479>. Acesso em: 01 fev. 2023.

SINNER, Rudolf von. A presença das religiões no espaço público: uma análise crítica. **Revista Confluências Culturais**. v. 2, n. 1, março de 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/316355787_A_presenca_das_religioes_no_espaco_publico_-_uma_analise_critica. Acessado em: 05 fev. 2022.

SIUDA-AMBROZIAK, Renata. Religião e Estado no Brasil contemporâneo: os processos da “(neo)pentecostalização” da política brasileira. 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/35913767/Religi%C3%A3o_e_Estado_no_Brasil_contempor%C3%A2neo_os_processos_da_neo_pentecostaliza%C3%A7%C3%A3o_da_pol%C3%ADtica_brasileira. Acesso em: 05 fev. 2022.

SOUZA, Pedro H. G. **Ferreira de Souza, et.al. Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, 2019. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9356/1/td_2499.pdf. Acesso em: 04 dez. 2022.

STOCHERO, Tahiane. Entenda a decisão de Fachin que anulou as condenações de Lula e o que acontece agora. G1. Brasília, 08 mar. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/03/08/entenda-a-decisao-de-fachin-que-anulou-as-condenacoes-de-lula-e-o-que-acontece-agora.ghtml>. Acesso em: 16 out. 2022.

TOKARNIA, Mariana. Saiba quais são as propostas de Bolsonaro e Haddad para a educação. **Agência Brasil**. Brasília, 25 out. 2018. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-10/saiba-quais-sao-propostas-de-bolsonaro-e-haddad-para-educacao>. Acesso em: 12 jan. 2023.

UOL. Greve dos caminhoneiros: a cronologia dos 10 dias que pararam o Brasil. UOL. São Paulo, 30 mai. 2018. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2018/05/30/greve-dos-caminhoneiros-a-cronologia-dos-10-dias-que-pararam-o-brasil.htm>. Acesso em: 03 nov. 2022.

UOL. Partidos, Congresso e Presidência são instituições menos confiáveis do país. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 15 jun. 2018. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2018/06/1971972-partidos-congresso-e-presidencia-sao-instituicoes-menos-confiaveis-do-pais.shtml>. Acesso em: 27 nov. 2021.

VIRAL, Vídeos. **Jair Bolsonaro no Jornal Nacional HD Completo 28/08/2018**. (28min 35seg). Youtube, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BMAfHqUI2cM>. Acesso em: 05 jan. 2023

VEJA. Caso dos Sanguessugas entra para a rede de escândalos. *Revista Veja*. São Paulo, 13 jun. 2012. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/caso-dos-sanguessugas-entra-para-a-rede-de-escandalos/>. Acesso em: 26 set. 2021.

WEBER, Max. Conceitos sociológicos fundamentais. *In: Economia e Sociedade: fundamentos da sociedade*. Editora da Universidade de Brasília. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

ZAMPIER, Debora. Defesa do ex-deputado Bispo Rodrigues diz que dinheiro era para pagamento de dívida de campanha. *Portal de notícias Terra*. Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/atualizada-defesa-do-ex-deputado-bispo-rodrigues-diz-que-dinheiro-era-para-pagamento-de-divida-de-campanha,a4efdc840f0da310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 25 nov. 2021.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

AGRESSÃO nos assuntos políticos movimentam as redes sociais. *Folha Universal*, ano 25, nº 1.382. São Paulo, 07 out. 2018. Editorial, p. 03. Disponível em: <http://calameo.download/0007247976b2dd8604e5e>. Acesso em: 02 dez. 2022.

A DITADURA da Ideologia de Gênero. *Folha Universal*, ano 25, nº 1.379. São Paulo, 16 set. 2018. Editorial, p. 03. Disponível em: <http://calameo.download/000724797cf0500b1de3a>. Acesso em: 02 dez. 2022.

A IMPORTÂNCIA do Parlamento. *Folha Universal*, ano 25, nº 1.346. São Paulo, 21 jan. 2018. Editorial, p. 03. Disponível em: <https://pt.calameo.com/read/000724797841057d5acfe>. Acesso em: 02 dez. 2022.

A VIDA deve seguir para frente. *Folha Universal*, ano 25, nº 1.387. São Paulo, 11 nov. 2018. Editorial, p. 03. Disponível em: <https://pt.calameo.com/books/00072797f6c1b2c6b8b>. Acesso em: 02 dez. 2022.

A VIRTUDE do equilíbrio contra o sistema. **Folha Universal**, ano 25, nº 1.348. São Paulo, 04 fev. 2018. Editorial, p. 03. Disponível em: <https://pt.calameo.com/books/000724797e5e018ed37ef>. Acesso em: 02 dez 2022.

BATISTA, André. As eleições de 2018 e as notícias falsas. **Folha Universal**, ano 25, nº 1.368. São Paulo, 01 jul. 2018. Panorama, p. 08. Disponível em: <https://pt.calameo.com/books/000724797870727143fb7>. Acesso em: 02 dez. 2022.

CAMPBELL, Rê. Dá para reconciliar com amigos e familiares depois das eleições? **Folha Universal**, ano 25, nº 1.389. São Paulo, 25 nov. 2018. Geral, p. 30. Disponível em: <http://calameo.download/0007247971b5054a40f26>. Acesso: 02 dez. 2022.

_____. O que pensa Flávio Rocha. **Folha Universal**, ano 25, nº 1.367. São Paulo, 24 jun. 2018. Panorama, p. 08. Disponível em: <https://pt.calameo.com/books/00072479756eb12a1e7e6>. Acesso em: 02 dez. 2022.

CUIDADO, não vote contra a fé. **Folha Universal**, ano 25, nº 1.381. São Paulo, 30 set. 2018. Editorial, p. 03. Disponível em: <https://pt.calameo.com/books/0007247970af7b504dcf6>. Acesso em: 02 dez. 2022.

CURY, Ana Carolina. Novela para adolescente promove ideologia de gênero. **Folha Universal**, ano 25, nº 1.376. São Paulo, 26 ago. 2018. Panorama, p. 08. Disponível em: <https://pt.calameo.com/books/0007247977a72b5f4df6f>. Acesso em: 02 dez. 2022.

_____. Por que 7 de outubro será o dia das crianças? **Folha Universal**, ano 25, nº 1.381. São Paulo, 30 set. 2018. Capa, p. 16. Disponível em: <https://pt.calameo.com/books/0007247970af7b504dcf6>. Acesso em: 02 dez. 2022.

DIAS, Rafaela. Fernando Haddad é condenado a pagar indenização ao bispo Macedo. **Folha Universal**, ano 25, nº 1.393. São Paulo, 23 dez. 2018. Panorama, p. 08. Disponível em: <https://pt.calameo.com/books/00072479777a30807211a>. Acesso em: 02 dez. 2022.

DOAÇÃO incompreensível. **Folha Universal**, ano 25, nº 1.350. São Paulo, 18 fev. 2018. Editorial, p. 03. Disponível em: <https://pt.calameo.com/books/0007247971c9f8ddc87fa>. Acesso em: 02 dez 2022.

DOIS PESOS e duas medidas. **Folha Universal**, ano 25, nº 1.383. São Paulo, 14 out. 2018. Editorial, p. 03. Disponível em: <https://pt.calameo.com/books/000724797f794e1331cb2>. Acesso em: 02 dez. 2022.

ESTADO forte, interventor ou mais autonomia do cidadão. **Folha Universal**, ano 25, nº 1.351. São Paulo, 25 fev. 2018. Editorial, p. 03. Disponível em: <https://pt.calameo.com/books/0007247974e327eb2a9bc>. Acesso em: 02 dez 2022.

FACEBOOK e a possível má influência nas eleições. **Folha Universal**, ano 25, nº 1.375. São Paulo, 19 ago. 2018. Editorial, p. 03. Disponível em: <https://pt.calameo.com/books/0007247977262cea7d6a1>. Acesso em: 02 dez 2022.

FAKE-NEWS e o discurso de ódio nas eleições. **Folha Universal**, ano 25, nº 1.360. São Paulo, 29 abr. 2018. Editorial, p. 03. Disponível em: <https://pt.calameo.com/books/000724797764b5be7b375>. Acesso em: 02 dez. 2022.

FAKE-NEWS nas eleições: muito além das redes sociais **Folha Universal**, ano 25, nº 1.369. São Paulo, 08 jul. 2018. Editorial, p. 03. Disponível em: <https://pt.calameo.com/books/000724797d4ef1314e86f>. Acesso em: 02 dez. 2022.

GESTÃO de Marcos Pereira foi marcada por resultados positivos. **Folha Universal**, ano 25, nº 1.349. São Paulo, 11 fev. 2018. Panorama, p. 09. Disponível em: <https://pt.calameo.com/books/000724797687a25645376>. Acesso em: 02 dez. 2022.

MEDEIROS, Janaina. Você já foi enganado por notícias falsas? **Folha Universal**, ano 25, nº 1.358. São Paulo, 15 abr. 2018. Capa, p. 16. Disponível em: <https://pt.calameo.com/books/00072479730077a2c0e67>. Acesso em: 02 dez. 2022.

O ESPÍRITO da lei não é a lei contra o espírito. **Folha Universal**, ano 25, nº 1.385. São Paulo, 28 out. 2018. Editorial, p. 03. Disponível em: <https://pt.calameo.com/books/000724797d9716c356e2c>. Acesso em: 02 dez. 2022.

PEREIRA, Marcos. Escola sem partido e partido com escola: é claro que pode. **Folha Universal**, ano 25, nº 1.389. São Paulo, 25 nov. 2018. Editorial, p. 03. Disponível em: <http://calameo.download/0007247971b5054a40f26>. Acesso: 02 dez. 2022.

ROUPAS para Meninos e Meninas podem estar com os dias contados. **Folha Universal**, ano 25, nº 1.380. São Paulo, 23 set. 2018. Editorial, p. 03. Disponível em: <https://pt.calameo.com/books/000724797d1cdf4b8e8a8>. Acesso em: 02 dez. 2022.

SOMOS todos verde-amarelo. **Folha Universal**, ano 25, nº 1.386. São Paulo, 04 nov. 2018. Editorial, p. 03. Disponível em: <https://pt.calameo.com/books/000724797f63c1b2c6b8b>. Acesso em: 02 dez. 2022.

TODA forma de radicalismo atenta contra a democracia. **Folha Universal**, ano 25, nº 1.347. São Paulo, 28 jan. 2018. Editorial, p. 03. Disponível em: <https://pt.calameo.com/books/000724797bc4a1f925882>. Acesso em: 02 dez. 2022

VOCÊ teria condições de escolher o capitão da seleção do Brasil? E o presidente? **Folha Universal**, ano 25, nº 1.357. São Paulo, 08 abr. 2018. Editorial, p. 03. Disponível em: <http://calameo.download/000724797938f147e2b2f>. Acesso em: 02 dez. 2022.

APÊNDICE A – Relação de Editoriais de cunho político/eleitoral publicados pelo jornal *Folha Universal* no ano de 2018

Período	Ed.	Título
Pré-eleitoral	1.344	As suas escolhas podem definir o futuro de todos (p. 02)
	1.346	A importância do Parlamento (p. 03)
	1.347	Toda forma de radicalismo atenta contra a democracia (p. 03)
	1.348	A virtude do equilíbrio contra o sistema (p. 03)
	1.350	Doação incompreensível (p. 03)
	1.351	Estado forte, interventor ou mais autonomia do cidadão (p. 03)
	1.352	É importante saber o que o Congresso Nacional faz? (p. 03)
	1.355	Ao jovem (p. 03)
	1.356	A política como mediação necessária (p. 03)
	1.357	Você teria condições de escolher o capitão da seleção do Brasil? E o presidente? (p. 03)
	1.358	A importância do voto (p. 03)
	1.360	Fake-news e o discurso de ódio nas eleições (p. 03)
	1.364	O poder do eleitor muito além do voto (p.03)
	1.366	Não basta ter liberdade de culto, é preciso expressar a fé sem impedimentos (p. 03)
	1.368	A corrupção do dia a dia (p. 03)
	1.369	Fake-news nas eleições: muito além das redes sociais
1.371	O problema do desequilíbrio (p. 03)	
1.372	O voto é uma conquista: não o desperdice (p. 03)	
Primeiro Turno	1.375	Facebook e a possível má influência nas eleições (p. 03)
	1.376	Novo perfil do eleitorado pode influenciar o resultado das eleições (p. 03)
	1.377	O político e os dois mares de Israel (p. 03)
	1.378	Por que Daniel foi lançado a cova dos leões (p.03)
	1.379	A ditadura da Ideologia de Gênero (p. 03)
	1.380	Com o futuro incerto, Brasil desperdiça o presente e queima o passado (p. 03)
	1.381	Cuidado, não vote contra a fé (p. 03)
Segundo Turno	1.382	A agressão nos assuntos políticos movimenta as redes sociais (p. 03)
	1.383	Dois pesos e duas medidas (p. 03)
	1.384	Acabou a festa: é o fim da velha política (p. 03)
	1.385	O espírito da lei não é a lei contra o espírito (p.03)
Pós-eleitoral	1.386	Somos todos verde-amarelo (p. 03)
	1.387	A vida deve seguir para frente (p.03)
	1.388	Respeito sim, doutrinação nas escolas não (p.03)
	1.389	Escola sem partido e partido com escola: é claro que pode (p. 03)
	1.393	E a Reforma da Previdência, desta vez sai? (p. 03)

APÊNDICE B – Relação de Matérias de cunho político/eleitoral publicados pelo jornal *Folha Universal* no ano de 2018

Período	Ed.	Título
Pré-eleitoral	1.344	O futuro nas urnas (p. 16)
	1.349	Gestão de Marcos Pereira foi marcada por resultados positivos (p. 09)
	1.350	Posse de novo presidente do TSE é prestigiada pela Igreja Universal (p. 27)
	1.356	A conduta que um político deve ter (p. 08)
		Você já se preparou para as eleições 2018? (p. 13)
	1.357	Nada a perder revela história pouco conhecida (p. 16)
	1.358	Você já foi enganado por notícias falsas? (p. 16)
	1.367	O que pensa Flávio Rocha (p. 08)
	1.368	As eleições de 2018 e as notícias falsas (p.08)
	1.369	O que nos reserva o segundo tempo (p. 02)
	1.371	Os evangélicos estão de olho neles (p. 08)
1.374	Cuidado: vídeos manipulados já circulam na Internet (p. 08)	
Primeiro Turno	1.375	Você pode votar fora de seu domicílio eleitoral (p.12)
	1.376	A decisão de confiar é sua (p. 02)
		Novela para adolescente promove ideologia de gênero (p.08)
		Votos brancos e nulos não cancelam as eleições (p.12)
		Na política sem confiança sem voto (p.19)
		As árvores resolveram procurar um rei (p. 22)
		Milhares de jovens aprenderam a dizer não (p. 26)
	1.377	O que é importante você saber sobre as próximas edições (p. 02)
		Campanha em prol do voto consciente é lançada (p. 08)
		Os mitos de se abster de votar nas eleições (p.12)
		Quais barreiras impedem a educação de avançar? (p.16)
		Por que Deus tem a ver com a política? (p. 22)
		A verdadeira importância de seu voto (p. 30)
	1.378	Está nas suas mãos o poder para a mudança do cenário atual do país (p.02)
		Política ou politicagem? (p. 08)
		Quais são as regras da campanha eleitoral (p. 12)
		Que tipo de saúde você quer para o Brasil? (p. 16)
		Como Deus vê uma autoridade? (p. 22)
		O papel dos Três Poderes (p. 30)
	1.379	De ladrão de mercadinho a um grande assaltante de banco (p. 02)
		Qual o comportamento do eleitor no dia da votação? (p.12)
		O que você pode fazer pela segurança pública do país (p.16)
		Como realizar o sonho de abrir um negócio (p. 20)
Como um cristão escolhe seus representantes? (p. 22)		
Para que serve o Poder Legislativo? (p. 30)		

Período	Nº	Título
Primeiro Turno	1.380	Como a situação econômica do país afeta várias áreas da vida do brasileiro (p. 02)
		Roupas para meninos e meninas podem estar com os dias contados (p. 08)
		Acerte nas escolhas de seus candidatos (p. 12)
		Ainda não temos vagas (p. 16)
		Os verdadeiros representantes do povo de ontem e hoje (p. 22)
		Saiba como é criado e aprovado um projeto de lei (p. 30)
	1.381	Você sabe por que o futuro das famílias brasileiras está ameaçado? (p. 02)
		No Brasil, 7 milhões seguem em atraso escolar (p. 08)
		Eleições, veja a ordem de votação e saiba como votar (p. 12)
		Por que 7 de outubro será o Dia das Crianças? (p. 16)
		O seu futuro é definido por suas escolhas (p. 22)
		O que faz o presidente? E o governador? (p.30)
Segundo Turno	1.382	Como você toma as suas decisões (p. 02)
		Não jogue seu voto no lixo (p. 16)
		A infraestrutura do Brasil e a política (p. 30)
	1.383	Seu comentário (p. 03)
		Cuidado com a corrupção diária
	1.384	A emoção que domina você (p. 02)
		Por que política se o reino é de Deus? (p. 02)
		As emoções controlam você? (p. 16)
	1.385	Seu comentário (p. 03)
	Pós-eleitoral	1.386
1.388		Seu comentário (p. 03)
1.389		Seu comentário (p. 03)
		Dá para reconciliar com amigos e familiares depois das eleições? (p. 30)
1.393		Fernando Haddad é condenado a pagar indenização ao bispo Macedo (p. 08)